

ENSINO, COMUNICAÇÃO e DEZINFORMAÇÃO

- Volume IV -

Pesquisas e Aplicações

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Gerlinda Agate Platais Brasil Teixeira

Cristiane Menezes Ferreira



Observatório
Edições

Audiodescrição:

Capa do livro intitulado "Ensino, Comunicação e Desinformação - Volume IV", com o subtítulo "Pesquisas e Aplicações". O título está disposto em letras maiúsculas brancas e vermelhas, com a palavra "Desinformação" destacada, usando o número dois no lugar da letra "S". O fundo apresenta um design abstrato composto por formas geométricas, linhas curvas e retas, que se entrelaçam em camadas. As cores predominantes são amarelo, vermelho, rosa e verde, remetendo à ideia de tecnologia, redes de informação e comunicação. Na parte inferior, há uma faixa azul com o subtítulo escrito em letras brancas. No canto inferior direito, está o logotipo da editora Observatório Edições, que consiste em um símbolo colorido semelhante a páginas abertas de um livro, com as cores amarelo, verde e laranja. Os nomes dos organizadores — Gilson Pôrto Jr., Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira e Cristiane Menezes Ferreira — estão localizados no canto inferior esquerdo, em uma fonte de menor tamanho e de cor preta. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira
Cristiane Menezes Ferreira
(Orgs.)

**ENSINO, COMUNICAÇÃO E
DESINFORMAÇÃO: vol. 4 – pesquisas
e aplicações**

Observatório Edições
2025

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Porto Jr./Cristiane Ferreira
Arte de capa: Adriano Alves.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação
Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2

E57

ENSINO, COMUNICAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: vol. 4 – pesquisas e aplicações [recurso eletrônico]. / Organizadores: Gilson Pôrto Jr., Gerlinda Agate Platais Brasil Teixeira, Cristiane Menezes Ferreira. – Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. 261 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-984499-2-6

1. Comunicação. 2. Ensino. 3. Desinformação. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Teixeira, Gerlinda Agate Platais Brasil. III. Ferreira, Cristiane Menezes.

CDD 302.2
CDU 302.2
LCC: P84

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITOR
Prof. Dr. Luís Eduardo Bovolato

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Eduardo Cezari

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker
Costa

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Profa. Dra. Karileila de Andrade Klinger

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. Dra. Maria Santana Ferreira dos Santos

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dra. Eliane Marques dos Santos

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do
Amazonas, Brasil

Profa Dra. Thais de mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História
Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR, Gilson; TEIXEIRA, G. A. P. B., FERREIRA, Cristiane Menezes (org.). **ENSINO, COMUNICAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: vol. 4 – Pesquisas e Aplicações**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. 261 p. ISBN 978-65-984499-2-6.

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. *In*: PÔRTO JR, Gilson; **ENSINO, COMUNICAÇÃO E DESINFORMAÇÃO: vol. 4 – Pesquisas e Aplicações**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2025. p. xx-xx. ISBN 978-65-984499-2-6.

.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 9

CAPÍTULO 1 - O COMBATE À DESINFORMAÇÃO COMEÇA NA ESCOLA: estratégias e boas práticas para a Educação Básica / 13
Zulmira Nóbrega e Tatiana R. Barbosa

CAPÍTULO 2 - NAVEGANDO ENTRE *FAKE NEWS* E EDUCAÇÃO: o impacto da desinformação para estudantes surdos na pandemia / 35
Jaqueline Luna de Oliveira da Rocha e Ana Regina e Souza Campello

CAPÍTULO 3 - DESINFORMAÇÃO E INCLUSÃO CULTURAL: o papel da audiodescrição no combate à desinformação para pessoas com deficiência, à luz da Lei Paulo Gustavo e suas normas de acessibilidade / 55
Aline dos Santos Ribeiro

CAPÍTULO 4 - TRADUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA: desafios da inclusão e os impactos da desinformação / 59
Adriana Lopes do Espírito Santo

CAPÍTULO 5 - (NÃO) COINCIDÊNCIAS DE 22: regularidades no funcionamento da desinformação em campanhas eleitorais separadas por um século / 93
Fabiano Ormaneze

CAPÍTULO 6 - DESINFORMAÇÃO E DISCURSO MORAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: a *fake news* do kit *gay* e a disseminação de inverdades acerca da população LGBTQIAPN+ na campanha eleitoral e pós-eleitoral de 2018 / 125
Ivo Marins

CAPÍTULO 7 - VACINAS E AUTISMO: impactos sobre o imaginário popular e as "fake news" nas campanhas de antivacinação nas mídias sociais / 149

Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira

CAPÍTULO 8 - O DISCURSO ANTISSOLIDARIEDADE COMO EFEITO DA DESINFORMAÇÃO: o caso das fake news sobre as enchentes no Rio Grande do Sul / 166

Duílio Fabbri Júnior

CAPÍTULO 9 - AS ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO: conhecer para superar os mitos / 184

Shabbina Ribeiro Messina

CAPÍTULO 10 – SENTIMENTOS NA REDE X EM 8 DE JANEIRO DE 2023: análise do discurso ocorrido durante os ataques aos três poderes do Estado brasileiro / 201

Rita Paulino, Ivone Rocha, Adriano Madureira e Marcos Seruff

ÍNDICE REMISSIVO / 243

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 251

Intitulada “Ensino, Comunicação e Desinformação – vol. 4 Pesquisas e Aplicações”, esta obra se propõe a contribuir para as discussões sobre desinformação - temática que ecoa em diversos setores da sociedade, sobretudo no campo educacional, e que reverbera na cultura contemporânea, influenciada por contínuas e intensas transformações tecnológicas e sociais.

A publicação reúne textos que abordam, sob diferentes pontos de vista, as complexas relações entre educação e comunicação, ao mesmo tempo em que apontam possíveis caminhos para o combate e enfrentamento dos inúmeros desafios que se avultam diariamente, quando se trata da circulação de informações.

A escolha do tema revela uma percepção sensível acerca da complexidade que permeia o atual cenário educacional. A obra é estruturada de forma a articular diferentes perspectivas teóricas e práticas, possibilitando uma análise ampla das convergências entre educação e desinformação. Por meio de um enfoque que percorre teorias clássicas e abordagens contemporâneas, o livro traz à tona questões importantes, como a formação do pensamento crítico, a

relação entre as tecnologias digitais e a desinformação, bem como os desafios enfrentados por educadores em um mundo hiperconectado.

Um dos grandes destaques nesta publicação é a problematização do conceito de desinformação, retratado aqui não como um fenômeno isolado, mas como um elemento estruturante das dinâmicas sociais contemporâneas. Os organizadores e autores dos capítulos exploram as consequências da desinformação para a prática educativa, sugerindo possíveis caminhos para a construção de uma pedagogia mais reflexiva e inclusiva.

Os capítulos são organizados de maneira a oferecer uma análise sobre os diversos aspectos do tema. O Capítulo 1, intitulado "O combate à desinformação começa na escola: estratégias e boas práticas para a educação básica", aborda iniciativas práticas e estratégicas que podem ser aplicadas no ambiente escolar para minimizar os impactos da desinformação. No Capítulo 2, "Navegando entre *fake news* e educação: o impacto da desinformação para estudantes surdos na pandemia", as autoras discutem como a desinformação afetou estudantes surdos durante a pandemia, com foco nas desigualdades enfrentadas nesse contexto.

O Capítulo 3, "Desinformação e inclusão cultural: o papel da audiodescrição no combate à desinformação para pessoas com deficiência, à luz da Lei Paulo Gustavo e suas normas de acessibilidade", versa sobre a inclusão cultural como ferramenta de enfrentamento da desinformação, destacando a relevância da audiodescrição para pessoas com deficiência. No Capítulo 4, "Tradução de textos acadêmicos em língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais no ensino superior durante a pandemia: desafios da inclusão e os impactos da desinformação", são analisados, entre outros aspectos, as dificuldades enfrentadas por tradutores e intérpretes na adaptação de conteúdos acadêmicos e os impactos da desinformação no processo educacional.

O Capítulo 5, "(Não) coincidências de 22: regularidades no funcionamento da desinformação em campanhas eleitorais separadas por um século", traz uma perspectiva histórica comparativa entre campanhas eleitorais marcadas pela desinformação, enfatizando suas consequências sociais e políticas. No Capítulo 6, "Desinformação e discurso moral na política brasileira: a *fake news* do kit gay e a disseminação de inverdades acerca da população LGBTQIAPN+ na campanha eleitoral e pós-eleitoral de 2018", são apresentadas evidências da necessidade de uma educação crítica para o uso das redes sociais, com vistas a um emprego mais consciente dos meios digitais, para que políticas públicas educacionais de combate à homofobia/ LGBTIfobia avancem e sejam preservadas.

No Capítulo 7, "Vacinas e autismo: impactos sobre o imaginário popular e as *fake news* nas campanhas de antivacinação nas mídias sociais", os autores discutem como as *fake news* influenciam o imaginário popular e comprometem a saúde pública, com foco específico nas campanhas de vacinação. O Capítulo 8, "O discurso antissolidariedade como efeito da desinformação: o caso das *fake news* sobre as enchentes no Rio Grande do Sul", analisa o impacto da desinformação em contextos de calamidades públicas, destacando a erosão da solidariedade social. O Capítulo 9, "As altas habilidades ou superdotação: conhecer para superar os mitos", desmistifica a desinformação em torno de indivíduos com altas habilidades ou superdotação, enfatizando a importância do conhecimento para uma educação mais inclusiva; e, por fim, o Capítulo 10 repercute os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília, e examina como as redes sociais tornaram-se palco para a manifestação de sentimentos e a construção de narrativas em momentos críticos da história.

Além de seu viés analítico, o livro também assume um papel propositivo, ao traçar estratégias de enfrentamento às ameaças

decorrentes da desinformação. Nesse sentido, os organizadores e autores ultrapassam a análise diagnóstica e convidam o leitor a refletir sobre possíveis soluções viáveis de serem implementadas nos contextos educativos. Essa abordagem reflete uma preocupação genuína com o fortalecimento da educação como um dos pilares essenciais para a democracia e a cidadania crítica.

Ademais, é imprescindível destacar o potencial do alcance interdisciplinar deste trabalho. Ao integrar saberes de diversas áreas do conhecimento, os organizadores oferecem uma análise que dialoga com diversos públicos, tornando esta obra relevante não apenas para educadores e pesquisadores, mas também para formuladores de políticas públicas comprometidos com a construção de um futuro mais informado e consciente.

Por fim, "Ensino, Comunicação e Desinformação - Pesquisas e Aplicações" é um convite ao aprofundamento crítico e à reflexão, ressaltando o papel emancipador da educação em tempos que demandam urgentemente o fortalecimento do compromisso com a verdade, com a ética e com a formação cidadã.

Palmas, Tocantins, verão de 2025.

Gilson Pôrto Jr.
Gerlinda Agate Platais Brasil Teixeira
Cristiane Menezes Ferreira

O COMBATE À DESINFORMAÇÃO COMEÇA NA ESCOLA: estratégias e boas práticas para a Educação Básica

Zulmira Nóbrega
Tatiana R. Barbosa

Introdução

Seria apenas mais um caso de notícia falsa, ou *fake news*, termo em inglês já bastante disseminado. No entanto, a ironia deste fato é ainda mais pungente quando se considera que Chomsky, em suas extensas críticas à mídia, frequentemente aborda a manipulação da informação e a distorção dos fatos como instrumentos de controle social. No prefácio do livro *Necessary Illusions*, de sua autoria, Chomsky desabafa: “minha sensação pessoal é que os cidadãos das sociedades democráticas deveriam fazer um curso de autodefesa intelectual para se proteger da manipulação [da mídia]” (Chomsky, 1989, p. viii).

De maneira semelhante, na obra *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, Chomsky e Herman argumentam que a mídia não é um simples observador neutro, mas

um agente que molda a opinião pública através de um sistema de filtros que privilegiam certos interesses (Chomsky; Herman, 1988). A propagação de notícias falsas, portanto, pode ser vista como uma extensão desse processo, em que a informação é manipulada não apenas por grandes corporações, mas também por indivíduos e grupos com diversas motivações.

Apesar de ser uma prática antiga, a proliferação de *fake news* é potencializada exponencialmente, na atualidade, pela natureza descentralizada e instantânea da comunicação digital. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), a desinformação se espalha rapidamente nas plataformas *online*, muitas vezes impulsionada por robôs, contas falsas, verdadeiras “Fazendas de *Fake News*” que priorizam o engajamento em detrimento da veracidade. Esta dinâmica cria um ambiente onde as fronteiras entre fato e ficção se tornam cada vez mais tênues, desafiando a capacidade dos indivíduos de distinguir a verdade.

Diante desse contexto, surge uma questão premente a ser investigada: em uma era de livre acesso a toda e qualquer (des)informação, como ensinar os jovens a avaliarem criticamente os dados que recebem? A resposta a esta pergunta é fundamental para a formação de cidadãos informados e críticos, capazes de navegar com discernimento o mar de informações contraditórias e potencialmente enganosas.

A literatura sobre educação midiática destaca a importância de desenvolver habilidades de pensamento crítico e letramento informacional dos estudantes. Segundo Buckingham (2003), a educação midiática deve capacitar os jovens a questionarem e analisarem as mensagens mediáticas, entendendo as intenções por trás delas e reconhecendo os vieses implícitos. Além disso, pesquisadores como Hobbs (2010) enfatizam a necessidade de integrar a alfabetização midiática ao currículo escolar de forma transversal, permitindo que os alunos pratiquem a análise crítica em diferentes disciplinas e contextos.

Soma-se a este quadro de referências, o educador brasileiro Paulo Freire que, ainda nos anos 60, advogou em torno da leitura crítica da mídia através de práticas pedagógicas comprometidas que possibilitam ao educando aprender a ler a mídia, os contextos, as sublinhas, os sentidos implícitos e explícitos em uma comunicação jornalística.

Nesse contexto, propomos discutir a necessidade de inclusão da educação midiática desde a educação básica, utilizando abordagens interdisciplinares, combinando a Teoria Crítica da Mídia com práticas de Letramento Digital. Para tanto, preocupamo-nos, primeiramente, em buscar conceitualizar os termos relacionados a *fake news*, a partir de documentos oficiais e de políticas públicas educacionais voltadas ao combate da desinformação.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter teórico-propositivo, cujo objetivo principal é apresentar o delineamento para a implementação de ações que visam promover a criticidade e o hábito de checagem de informações dentro das escolas. Partimos da hipótese de que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018 e ainda em fase de implementação, incentiva o debate e possibilita espaços de inclusão de conteúdos interdisciplinares.

De forma a melhor descrever os objetivos propostos, este texto está organizado em 4 seções, incluindo estas considerações iniciais. No próximo tópico expomos o referencial teórico que embasou esta pesquisa, incluindo os conceitos de desinformação e tipologia das *fake news*. Na sequência, detivemo-nos em descrever e analisar as boas práticas já recomendadas e em andamento. Por fim, detalhamos a proposta didática para a inclusão da educação midiática na educação básica e pontuamos as considerações finais.

A questão conceitual das desordens informacionais

As sociedades planetárias têm acompanhado, de forma preocupada e polarizada, a configuração de cenários de extremismo

político, os quais ameaçam tanto as democracias modernas consolidadas quanto aquelas em processo de consolidação. Até onde pode-se compreender, discursos de ódio, negacionismo e teorias conspiratórias, entre outros, tornaram-se o combustível da intolerância, que parece se generalizar e dominar os cidadãos. Essa face obscura do mundo contemporâneo parece ser nutrida pelo fenômeno chamado desinformação e *fake news*, que, embora tenha sido presente ao longo da história, ganhou proporções exageradas com o progresso das tecnologias de comunicação digital, que estão sendo utilizadas para disseminar informações com grande poder de convencimento.

Para Empoli (2019, p. 88) “A indignação, o medo, o preconceito, o insulto, a polêmica racista ou de gênero se propagam nas telas e proporcionam muito mais engajamento [...]. O autor cita em sua obra o trabalho do estrategista de campanhas pró *Brexit*, Andy Wigmore (Empoli, 2019, p. 88-89) também conselheiro do político britânico Nigel Farage de orientação conservadora e eurocética: “Quando nós publicávamos alguma coisa sobre a economia, recebíamos três ou quatro mil curtidas no máximo. Mas cada vez que incluíamos um fator emocional, tínhamos, sempre, ao menos quatrocentas ou quinhentas mil, às vezes dois ou três milhões de curtidas”. Podemos compreender a existência de uma verdadeira “indústria dedicada à criação de mentiras e um grupo de pessoas que lucram com elas” (Fancelli, 2021, p. 46).

Para Sponholz (2024), um dos maiores problemas para se combater as ameaças digitais à democracia é identificar e classificar os conteúdos enquanto desinformação e *fake news*. De acordo com a autora, a situação é agravada com a desvalorização das interpretações teóricas pelos especialistas, supondo que os “dados falassem por si mesmos.” De fato, no mundo digital fomos e somos bombardeados a todo momento com dados, informações, assim como nossas opiniões e comportamentos são rastreados, o que leva

alguns pesquisadores a acreditar que os “estudos sobre digitalização não precisam de teoria”.

Outrossim, com base nos preceitos de Sponholz (2024), compreendemos a importância da teoria para diagnosticar um problema (identificar, aprender e classificar), para entender um problema (explicar e prevenir) e, especialmente, para evitar um problema (regular). A autora ainda argumenta que a objetividade, enquanto correlação entre a realidade extramidiática e a realidade midiática, constitui um aspecto fundamental na definição de padrões de análise e avaliação. Em outras palavras, para determinar se uma afirmação divulgada em qualquer forma de comunicação formal ou informal é verdadeira ou falsa, é necessário confirmar a sua autenticidade no mundo real.

Nesse sentido, com base nessas circunstâncias, não podemos discorrer sobre o tema tratado sem antes reconhecer que existem dois conceitos que se completam e se entrelaçam na fundamentação deste capítulo, que necessitam de uma discussão ampliada. Os termos desinformação e *fake news*, frequentemente usados de forma intercambiável, mas que possuem nuances distintas, merecem análise detalhada. Classificar e definir suas tipologias é o passo inicial para se estabelecer estratégias de enfrentamentos e combates, visando a sua neutralização e extinção.

O primeiro conceito que nos norteia é o de desinformação. O termo refere-se à disseminação deliberada de informações falsas ou enganosas com o propósito de enganar o público. Segundo Wardle e Derakhshan (2017, p. 20) a desinformação “envolve uma inverdade com intenção de causar dano”. Para os autores, este fenômeno é particularmente danoso, pois visa manipular a percepção pública e pode provocar consequências desastrosas para a sociedade e para a democracia de um país.

Nesse sentido, a Comissão Europeia (2018, p. 1) destaca como um importante desafio a ser enfrentado, “a exposição dos cidadãos à desinformação em larga escala, incluindo informação

comprovadamente falsa ou enganadora". A organização acredita que a desinformação constitui uma ameaça significativa à integridade das instituições e à credibilidade dos meios de comunicação, tanto tradicionais quanto digitais. Ao propagar informações falsas ou enganosas em larga escala, a desinformação compromete a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões informadas e conscientes, enfraquecendo as democracias.

Enfatizamos e reiteramos, portanto, que a desinformação age intencionalmente usando "notícias" falsas para ludibriar e influenciar o público. A relevância dada neste trecho à palavra "notícias" deriva da percepção da inadequação do termo. À luz das teorias jornalísticas, uma notícia precisa ser verdadeira para ser considerada como tal. Portanto, uma informação falsa não pode ser chamada de notícia. No entanto, tem-se popularizado tanto a versão em português, "notícias falsas", quanto o termo em inglês, *fake news*, que será tratado no próximo tópico.

Tipologia das *fake news*

As *fake news* caracterizam-se por imitar o formato das notícias jornalísticas tradicionais, mas sem aderir aos padrões de verificação de fatos e imparcialidade. Segundo Lazer *et al.* (2018, p. 1094), "as *fake news* são fabricadas para enganar, sendo muitas vezes disseminadas por motivos políticos ou econômicos". A proliferação de notícias falsas é facilitada pelo uso intensivo de redes sociais, onde o alcance e a velocidade de dispersão são significativamente ampliados. Para Santaella (2021, p. 62) apesar dos benefícios que as redes sociais trouxeram para a pluralidade das informações na sociedade, "elas produzem efeitos colaterais nefastos que desembocam em patologias sociais" ao propagarem discursos de ódio e racismo.

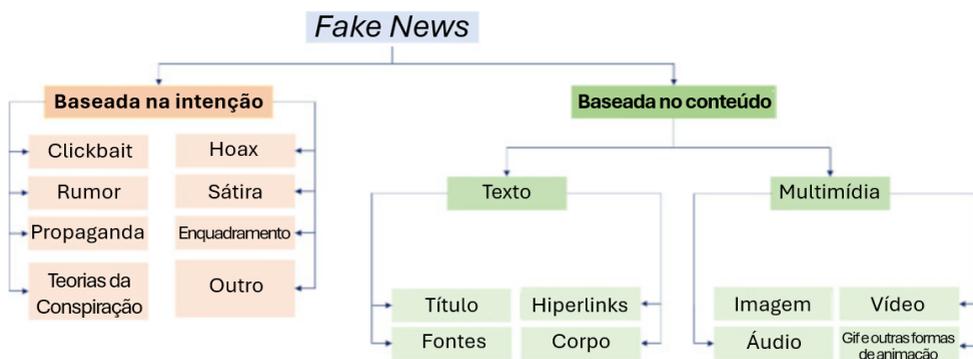
Apesar de apropriarem-se dos formatos de notícias e de seus conteúdos serem similares a uma comunicação jornalística, informações das *fake news* são verificáveis e intencionalmente falsas.

Segundo Sponholz (2009), do ponto de vista da objetividade, as notícias falsas transmitem conteúdo factual com pretensão de verdade que não corresponde à realidade ou cuja correspondência não pode ser constatada de acordo com um dado nível de conhecimento.

Santaella (2021, p. 68) chama a atenção para o fato de que “falsa” não é a melhor tradução para “fake”, visto que este vocábulo “tem mais o sentido de enganador, ou melhor, feito de maneira a parecer o que não é, por isso, chega perto do significado de trapaça”. Assim, o termo *fake news* é imbuído da intenção de produzir um efeito de verdade sobre algo sabidamente falso. Dessa forma, a autora completa que dada a complexidade das funções comunicativas que a linguagem pode exercer, há uma variedade de tipos de *fake news*, “desde as aparentemente inofensivas até as mais maléficas” (Santaella, 2021, p. 69).

Por ser um tema atual, que vem vivenciando alterações à medida que novos recursos são disponibilizados na Internet, nos aplicativos e plataformas de redes sociais, muitos autores se debruçaram na definição e classificação das *fake news*. Aïmeur *et al* (2023), por exemplo, classificam as notícias falsas de acordo com seu conteúdo e intenção:

Figura 1 – Tipologia das notícias falsas



Fonte: Traduzido de Aïmeur *et al.* (2023, p. 30).

Esta tipologia revela que quanto ao seu conteúdo, as notícias falsas podem ser divulgadas na rede mundial a partir de *hiperlinks*, vídeos, imagens (ilustrações), áudios ou serem multimodais, que é quando as *fake news* apresentam mais de um modo, por exemplo, um áudio com uma imagem ou um vídeo contendo texto escrito etc.

Com relação às intenções de quem propaga, é preciso pontuar os diferentes tipos de desinformações disseminadas. *Clickbait*, termo em inglês equivalente a “isca de cliques” também chamado de “caça-cliques”, são “histórias com chamadas e imagens sensacionalistas fabricadas especificamente para capturar a atenção do usuário na direção de sites propagandísticos com finalidades consumistas” (Santaella, 2021, p. 71).

A palavra *Hoax* vem do inglês e pode ser traduzida como boato, farsa, embuste. Os *hoaxes*, geralmente partem do interesse de captar contatos, *e-mails* e outras informações pessoais ou espalhar vírus. De acordo com Vimercate¹, deve-se ficar atento com mensagens que informam que determinada empresa “doa cinco centavos para uma garotinha doente cada vez que você envia um *e-mail*”, e até conteúdos do tipo: “você terá azar se você não compartilhar esta mensagem com mais de 20 amigos”, bastante comuns desde a popularização das redes sociais e aplicativos de envios de mensagens.

Outro tipo de *fake news* que se assemelha aos *hoaxes* são os chamados rumores, que também são boatos, mas cuja intenção é depreciar a idoneidade de uma pessoa. Podem partir de um fato verídico, como por exemplo: divulga-se que uma determinada pessoa pública é também médico/a, mas acrescenta-se o falso rumor de que ele/a já tenha realizado inúmeros abortos clandestinos, etc.

¹ Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2013/05/o-que-e-hoax-e-como-fugir-das-farsas-da-internet.ghtml>. Acesso em: 30 de jul de 2024.

Por fim, as teorias da conspiração foram bastante comuns durante a pandemia de Covid-19, quando circularam informações que, por exemplo, as vacinas estariam fabricadas para matar as pessoas idosas.

Vale ressaltar que as sátiras e o “enquadramento” não são considerados como parte do escopo das *fake news* por alguns pesquisadores da área de jornalismo, como Sponholz (2024). Para ela, as sátiras são conteúdos sabidamente falsos e que não têm a pretensão nem de informar, nem de enganar. A autora cita o exemplo do jornal online “O Sensacionalista”, conhecido por publicar sátiras e memes, cujo próprio slogan diz ser “isento de verdade”. Quanto ao “enquadramento”, este é parte do próprio fazer jornalístico e só poderia ser considerado *fake news*, nos casos de vazamentos propositais de informações com intuito de prejudicar a imagem de uma pessoa ou organização, conforme veremos a seguir.

De forma mais abrangente, Wardle e Derakhshan (2017) classificam as desordens noticiosas em três categorias, conforme ilustra a Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Tipologia das Desordens Informacionais



Fonte: Elaboração própria a partir de Wardle e Derakhshan (2017).

Os termos estão presentes no Relatório do Conselho da Europa e trazem as definições propostas para as diferentes formas de manipulação da informação. A Informação Errada, do inglês *misinformation*, refere-se à forma menos danosa, pois trata-se de uma informação falsa que é compartilhada, mas sem a intenção de causar dano, muitas vezes sem que a pessoa que a espalha tenha consciência de que a informação é incorreta, o que a diferencia da desinformação intencional. Ou seja, o *agente* pode até acreditar que se trata de uma notícia verdadeira.

A desinformação, por sua vez, ou *disinformation*, é descrita como uma informação falsa, criada deliberadamente para causar dano a uma pessoa, grupo social, organização ou país. Um exemplo disso são campanhas organizadas que utilizam notícias falsas para influenciar a opinião pública de maneira prejudicial.

Por fim, a Má Informação, do inglês *malinformation*, diz respeito a informações verdadeiras, mas usadas para causar dano, muitas vezes envolvendo a divulgação de dados privados ou sensíveis para prejudicar a reputação ou a segurança de uma pessoa, organização ou grupo.

Esses conceitos são fundamentais para entender o que o Relatório chama de "poluição da informação", um fenômeno caracterizado pela circulação massiva e rápida de conteúdos enganosos através de múltiplos canais, o que tem impactos diretos e indiretos, especialmente em democracias contemporâneas.

Para os autores do Relatório, Wardle e Derakhshan (2017, p. 16), o termo *fake news* é inadequado para descrever o complexo fenômeno que estamos vivenciando na atualidade. Para eles, o termo "começou a ser apropriado por políticos ao redor do mundo para descrever notícias de organizações cuja cobertura eles acham desagradáveis". Por isso, torna-se necessário conhecer todos os componentes do sistema de desordem informacional.

Em outra vertente, Sponholz (2009) argumenta que definir e classificar o tipo de *fake news* é o primeiro passo para se estabelecer medidas para o combate. Assim, a autora defende a tese de que a objetividade, vista como a correlação entre a realidade extramidiática e a realidade midiática, é o ponto crucial para se estabelecer critérios de análise. Ou seja, para se saber se uma assertiva veiculada em qualquer meio de comunicação formal ou informal é verdadeira ou falsa, é preciso verificar sua veracidade no mundo real.

Visando mitigar os efeitos nocivos da desinformação, autores como Hobbs (2010), Lazer *et al.* (2018) afirmam ser premente a adoção de uma abordagem multifacetada que inclua a verificação de fatos, a educação midiática e a implementação de políticas rigorosas para coibir a disseminação de notícias falsas. Wardle e Derakhshan (2017, p. 32) sugerem que "a educação midiática é fundamental para capacitar os cidadãos a identificarem e questionarem informações falsas", promovendo assim uma sociedade mais resiliente e bem-informada.

Em vista do exposto, defendemos que a educação é o caminho mais sólido para o combate às *fake news* e à desinformação. Dessa forma, vislumbramos que, fundamentados na Base Nacional Comum Curricular e com a possibilidade de inclusão de novos conteúdos, especialmente no Novo Ensino Médio (NEM), é possível a criação de ações que abordem a Educação Midiática de forma a promover o pensamento crítico e reflexivo dos alunos quanto à desinformação. Por isso, relacionaremos no próximo tópico as boas práticas em desenvolvimento, bem como nossa proposta para este tema.

Boas práticas na educação básica

O contexto do novo ensino médio

A propagação de desinformação, conforme exposto anteriormente, é uma preocupação crescente na atualidade em todas as esferas da sociedade. No campo educacional, vemos como um primeiro passo importante a preocupação do Ministério da Educação em incluir na Base Nacional Comum Curricular, a preparação do aluno para o reconhecimento de informações não confiáveis e, conseqüentemente, para o exercício da curadoria.

Ademais, a BNCC instituiu o aumento da carga horária mínima anual para a etapa final da educação básica, que passou a ser chamada de Novo Ensino Médio (NEM). Com isso, além de organizar os conteúdos tomando como base as áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas), o documento normativo também previu a introdução dos chamados itinerários formativos, e abriu espaço para a formação técnica e profissional a critério das instituições de ensino.

Nessa seara, era de se imaginar que as redes de ensino tivessem a oportunidade de incluir novas disciplinas em seus currículos. E, de fato, um levantamento²ⁱ realizado pela agência de checagem de notícias Lupa apontou que, durante o período de implantação do NEM, foram criadas 746 novas disciplinas do Novo Ensino Médio nos 27 Estados e no Distrito Federal. No entanto, de acordo com o estudo, apenas 34 novas matérias, ou seja, 4%, abordam a educação midiática e a desinformação.

De acordo com a Lupa, o modelo do Novo Ensino Médio é uma oportunidade de flexibilizar o currículo e torná-lo mais alinhado às demandas do século XXI, mas ainda precisa avançar na inclusão

² Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/educacao/2024/03/15/brasil-tem-pelo-menos-746-disciplinas-novas-no-novo-ensino-medio-so-4-com-educacao-midiatica>. Acesso em: 27 de jun de 2024.

de componentes que preparem os alunos para os desafios contemporâneos da informação e comunicação. A habilidade de analisar criticamente as informações disponíveis, por exemplo, é essencial para a formação de cidadãos conscientes e participativos, capazes de navegar com discernimento nos dados disponíveis na contemporaneidade. A integração da educação midiática no currículo é, portanto, uma necessidade urgente para fortalecer a educação básica e a formação cidadã no país.

Escola sem *fake*

Sob outra perspectiva, Rodrigues (2024) argumenta que a criação de disciplinas específicas voltadas para a educação midiática no Novo Ensino Médio, pode não ser a abordagem mais eficaz. Em vez de idealizar novas matérias, o professor defende que a educação midiática deve ser integrada de forma transversal ao currículo existente, permeando diferentes áreas do conhecimento, como linguagens, ciências humanas e tecnologia.

Essa concepção considera que, ao fragmentar a educação midiática em uma disciplina isolada, há o risco de tratá-la de maneira superficial e desconectada das demais competências que os estudantes devem desenvolver. Além disso, integrar o ensino sobre a mídia e seu funcionamento às disciplinas já existentes, permitiria uma abordagem mais prática e contextualizada, possibilitando que os alunos compreendam a mídia não apenas como uma área específica de estudo, mas como algo relevante para todas as esferas da vida, desde a análise crítica de conteúdos até o uso responsável das plataformas digitais.

Assim, no intuito de contribuir para o fortalecimento de políticas públicas de ensino voltadas para o combate à desinformação, o professor de Língua Portuguesa Tiago Rodrigues, coordena o projeto de extensão “Escola sem Fake”, uma parceria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) Professor Antônio Gomes, localizada na periferia do

município de Bayeux. O programa objetiva capacitar os alunos do NEM a identificar, analisar e desconstruir *fake news* com o auxílio de categorias teóricas da Linguística Cognitiva por meio de oficinas de identificação, análise e desconstrução de notícias falsas.

Participam do projeto, além do coordenador, onze alunos da graduação em Letras-Português e do doutorado em Linguística da UFPB. A figura 3, a seguir, ilustra exemplos das ações do grupo na ECIT.

Figura 3 – Projeto Escola sem fake



Fonte: Redes sociais do Projeto

<https://www.instagram.com/escolasemfake.ufpb>

O grupo se reúne e realiza ações desde o ano de 2023 e, além dos resultados na formação crítica dos alunos da escola que recebe as oficinas, também é objetivo do projeto motivar outros pesquisadores a desenvolverem trabalhos que visem combater a desinformação em outras escolas, além de contribuir para a formação profissional e cidadã dos discentes da UFPB que participam da equipe.

Outras práticas

Identificamos diversas iniciativas que podem contribuir para a implementação de práticas transversais de educação midiática, abrangendo diferentes faixas etárias, com ênfase especial nos jovens do Novo Ensino Médio. Essas iniciativas e políticas são fundamentais para preparar o estudante a navegar de forma crítica e responsável no mundo midiático atual, proporcionando uma formação que vai além do conteúdo acadêmico e os capacitando para serem cidadãos ativos e conscientes.

Citamos como exemplo dessas “Boas Práticas”, as atividades com jovens do Programa de Educação Midiática (EducaMídia³) do Instituto Palavra Aberta, com apoio do Google, que visa capacitar educadores e estudantes a desenvolverem habilidades de análise crítica em relação à informação e à mídia. O portal EducaMídia, além de apresentar conteúdo relevante para a sociedade como um todo, oferece recursos pedagógicos gratuitos para professores, oficinas e formações que incentivam a reflexão sobre a produção e consumo de conteúdo midiático.

Destacamos, também, o papel fundamental desempenhado pela UNESCO na promoção da educação midiática, especialmente com a publicação do manual *Jornalismo, Fake News & Desinformação* (Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo), elaborado por Ireton e Posetti (2019). Este documento serve como um recurso valioso para educadores, jornalistas e estudantes, abordando as complexidades do jornalismo contemporâneo e os desafios apresentados pela desinformação.

Saindo do contexto brasileiro, percebe-se que diversos países têm se mobilizado no que o *World Economic Forum* chamou de “guerra contra a desinformação”. De acordo com artigo publicado pela instituição⁴, a educação é o caminho mais efetivo para vencer

³ Disponível em: <https://educamidia.org.br/> Acesso em: 20 de out. 2024.

⁴ Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2019/05/how-finland-is-fighting-fake-news-in-the-classroom/>. Acesso em 28 out. 20204.

este combate e é na Finlândia, nação com reconhecimento pela alta qualidade educacional, que se encontra mais resistência, entre as nações europeias, às *fake news*.

Uma proposta transdisciplinar

Os exemplos até aqui expostos respaldam o entendimento acerca da importância de se levar para dentro das salas de aula rotinas pedagógicas que viabilizem a formação de senso crítico para tornar os alunos capazes de avaliar a veracidade de informações, especialmente em mídias digitais.

Contudo, compreendemos que uma proposta eficaz precisa percorrer dois caminhos paralelos: o primeiro diz respeito à formação docente e o segundo à promoção do protagonismo dos alunos.

Com relação ao corpo docente, é preciso que todos os professores, de todos os segmentos da escola, participem de oficinas e cursos de formação continuada de forma que eles sejam capacitados para incorporar a análise crítica de informações em suas disciplinas, utilizando ferramentas de verificação de fatos. Percebemos que em algumas escolas, há uma ideia pré-concebida de que a educação midiática seja um tema a ser tratado na disciplina de Língua Portuguesa ou, quando muito, extensível à História ou Geografia. Há ainda uma visão ainda mais retraída de que deveria existir uma matéria especializada apenas nesse assunto. No entanto, com base nas boas práticas expostas, faz-se necessário estimular todas as áreas a trabalhar no combate à desinformação, promovendo a transdisciplinaridade.

Quanto aos alunos, estes devem ser capacitados para fazer análise crítica de textos e fontes de informação, utilizar técnicas para identificar características comuns em *fake news*, reconhecer vieses e formular contra-argumentos. Ou seja, eles precisam se tornar embaixadores da verdade e curadores de notícias. Acima de tudo, os estudantes devem ser estimulados a se mobilizarem entre si e

tomarem iniciativas com vistas ao combate à desinformação. A seguir, a Figura 4 ilustra exemplos de atividades práticas que podem ser realizadas.

Figura 4 – Sugestão de ações de combate à desinformação

Oficina de verificação de fatos	Laboratório de Notícias	Rede Social para divulgação
<ul style="list-style-type: none">• Os alunos trabalham em equipe para investigar a veracidade de notícias online, usando métodos de verificação digital e aplicando critérios de confiabilidade das fontes.	<ul style="list-style-type: none">• Atividade periódica onde alunos criam “notícias” (algumas verdadeiras, outras fictícias) que serão apresentadas para a turma, que deverá avaliar e decidir quais são verdadeiras e quais são falsas.	<ul style="list-style-type: none">• Os alunos criam um perfil, na rede social que preferirem, para divulgação das atividades de combate à desinformação e que também seja um canal de <i>fact-checking</i> de notícias.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Usando a metáfora conceptual da guerra, as ações citadas são algumas armas possíveis de serem usadas no combate à desinformação. Todavia, defendemos que novas e diferentes ideias podem e devem surgir, visto que uma educação crítica midiática deve fazer parte do dia a dia de todos os integrantes da comunidade escolar.

Considerações finais

Neste capítulo, buscamos mostrar como a desinformação e as *fake news* representam desafios significativos para a integridade do conhecimento e para a democracia na atualidade. A compreensão dessas dinâmicas e o desenvolvimento de estratégias eficazes para enfrentá-las são essenciais para a manutenção de uma

sociedade bem-informada e crítica. Além disso, é preocupante a facilidade com que a desinformação de todos os tipos, incluindo discursos de ódio, teorias da conspiração e as notícias enganosas se espalham e fortalecem ideologias ultrapassadas e danosas.

Questões como estas, que, a princípio, podem parecer desconectadas dos desafios enfrentados pelos educadores, estão, na verdade, intimamente interligadas. A mesma sociedade que promove as *fake news* é também um terreno fértil para movimentos que negam a ciência, incluindo o movimento antivacina, os defensores da Terra plana e aqueles que negam o aquecimento global.

Destarte, é necessário que a educação como um todo se mobilize no sentido de desenvolver o letramento crítico midiático a partir da formação de jovens desde a Educação Básica. E, nesse sentido, os aparelhos digitais devem funcionar como ferramentas catalisadoras de conhecimento. Atordoadas com o potencial nocivo que o acesso indiscriminado às mídias pode provocar, as escolas têm optado, em geral, por abster-se do processo, inclusive com a proibição de uso de celulares dentro das instituições, sem que seja possível controlar seu uso fora delas.

No entanto, em consonância com o que apregoa o documento “Estratégia Brasileira de Educação midiática”, produzido pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal⁵, compreendemos que é obrigação da escola contribuir para a proteção dos adolescentes **na** Internet (e não **da** Internet), considerando-se o papel que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação têm na vida e no desenvolvimento das novas gerações.

⁵ Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica-apresenta-as-politicas-publicas-voltadas-para-a-populacao/2023_secom-spdigi_estrategia-brasileira-de-educacao-midiatica.pdf. Acesso em 01 de nov de 2024.

Focar exclusivamente nos aspectos negativos associados aos aparatos digitais, como celulares, tais como a dispersão de foco e o uso inadequado, significa negligenciar a missão constitucional das escolas: educar de forma plena e significativa. Assim, espera-se que a proposta pedagógica preliminar apresentada neste capítulo não apenas auxilie na formação de cidadãos mais críticos e conscientes em relação ao fenômeno da desinformação, mas também inspire outras iniciativas que aliem inovação tecnológica ao compromisso com a qualidade educacional.

Referências

AÏMEUR, Esmá; AMRI, Sabine; BRASSARD, Gilles. Fake news, disinformation and misinformation in social media: a review. **Social Network Analysis and Mining**, [S. l.], v. 13, p. 30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13278-023-01028-5>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BUCKINGHAM, David. **Media education: literacy, learning and contemporary culture**. Cambridge: Polity Press, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Necessary illusions**. Boston: South End Press, 1989.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. New York: Pantheon Books, 1988.

COMISSÃO EUROPEIA. **A European approach to tackle disinformation**. Strasbourg: Council of Europe, 2018.

HOBBS, Renee. **Digital and media literacy: connecting culture and classroom**. Thousand Oaks: Corwin, 2010.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FANCELLI, Uriã. **Populismo e negacionismo: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista**. Curitiba: Appris, 2021.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. **Desinformação: ética, jornalismo e pós-verdade**. 2024. 1 vídeo (1h30min). Publicado pelo **Canal do Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vlhOZV18Wuc>. Acesso em: 22 out. 2024.

LAZER, David et al. The science of fake news. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 2018.

SANTAELLA, Lucia. **De onde vem o poder da mentira?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2021.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Brasília: UNESCO, 2019.

RODRIGUES, Tiago. **A sala de aula vai virar agência de checagem: os frames no combate à desinformação**. 2024. 1 vídeo (1h30min).

Publicado pelo **Canal do Grupo de Pesquisa GCIL**. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Mc5hnaDLSQ0?si=4ClM02gR2Brmxlyn>. Acesso em: 22 out. 2024.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

NAVEGANDO ENTRE FAKE NEWS E EDUCAÇÃO: o impacto da desinformação para estudantes surdos na pandemia

Jaqueline Luna de Oliveira da Rocha
Ana Regina e Souza Campello

Introdução

A pandemia de Coronavírus - COVID 19 determinada pela Lei nº 13.979/20 – que dispõe sobre o enfrentamento ao COVID-19 (Brasil, 2020), que se alastrou globalmente em 2020, impôs grandes desafios em diversas esferas da sociedade, especialmente no campo da educação. No Brasil, com a necessidade do distanciamento social, escolas e universidades se viram obrigadas a adaptar seus métodos de ensino para o ambiente digital. Esse novo modelo de ensino remoto, embora necessário para a proteção da saúde, revelou e acentuou desigualdades preexistentes, afetando de maneira desigual diferentes grupos sociais. Entre eles, destaca-se a comunidade surda, que enfrentou sérias dificuldades no acesso a informações essenciais relacionadas à pandemia, como orientações de saúde pública, medidas preventivas, e dados sobre vacinas.

Embora a educação a distância tenha sido uma tentativa de garantir a continuidade dos estudos, muitos estudantes surdos se viram em desvantagem, dado que o conteúdo disponível nem sempre foi traduzido para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou legendado de forma acessível. Além disso, a pandemia também se tornou um terreno fértil para a disseminação de *fake news*, o que agravou ainda mais a situação. As informações errôneas e imprecisas sobre a COVID-19 (Brasil, 2020), especialmente aquelas relacionadas a tratamentos e vacinas, chegaram a muitos estudantes surdos sem os devidos recursos para distinguir fontes confiáveis de desinformação.

Este artigo tem como objetivo analisar o impacto da desinformação e das *fake news* durante a pandemia especificamente para os estudantes surdos brasileiros. A pesquisa se concentrará em como a disseminação de informações incorretas afetou essa população, cujas barreiras de comunicação e falta de acesso a conteúdos acessíveis amplificaram a vulnerabilidade à desinformação. A partir da análise desse fenômeno, será possível compreender como a falta de materiais educativos adaptados e a ausência de um aparato de acessibilidade eficaz prejudicaram a educação de estudantes surdos, especialmente em relação ao acesso a informações confiáveis sobre a COVID-19 (Brasil, 2020). A pandemia demonstrou de maneira contundente a necessidade de se repensar o acesso à educação e à informação para grupos minoritários, como os surdos, em situações de crise.

Desafios no Acesso à Informação para Estudantes Surdos

A pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020) impôs uma transformação radical na educação no Brasil, obrigando escolas e universidades a migrar para o modelo remoto de ensino. Para estudantes surdos, essa mudança trouxe desafios adicionais, visto que, além das dificuldades comuns ao ensino a distância, havia a barreira da falta de acessibilidade à informação.

A Falta de Acessibilidade nos Conteúdos Educacionais

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes surdos foi a falta de materiais educacionais adaptados. Embora algumas plataformas e escolas tenham se esforçado para disponibilizar conteúdos online, muitos vídeos e aulas não contavam com tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) ou legendas, o que impossibilitou o entendimento completo do conteúdo por parte dos estudantes surdos. Essa limitação gerou um cenário de exclusão educacional, em que os estudantes surdos, já historicamente marginalizados, se viram ainda mais afastados das informações que eram vitais para seu aprendizado e desenvolvimento acadêmico.

A Disparidade no Acesso às Informações de Saúde

Além dos desafios na área educacional, a pandemia também trouxe um grande desafio relacionado à disseminação de informações de saúde pública. As orientações sobre o uso de máscaras, o distanciamento social, e, posteriormente, a vacinação contra a COVID-19 (Brasil, 2020) eram frequentemente divulgadas em canais majoritariamente visuais e auditivos, como transmissões de rádio, TV e redes sociais, que nem sempre eram acessíveis para a comunidade surda.

A falta de intérpretes de Libras em pronunciamentos oficiais e campanhas educativas sobre saúde fez com que muitos estudantes surdos ficassem sem o acesso adequado às informações sobre a pandemia. Isso também contribuiu para a disseminação de *fake news* entre esse grupo, pois a carência de informações confiáveis e acessíveis dificultou a capacidade de discernir entre fontes verdadeiras e desinformação.

A Dificuldade em Participar de Atividades de Apreensão e Compartilhamento de Informações

No contexto do ensino remoto, muitos estudantes surdos enfrentaram desafios significativos para participar das atividades de aprendizado, uma vez que muitas dessas atividades exigiam comunicação direta, dificultando a plena participação de todos. No entanto, é importante reconhecer o esforço de algumas instituições de ensino em minimizar os impactos do ensino remoto, adotando estratégias de adaptação para garantir o acesso de seus alunos surdos às informações educacionais.

Algumas escolas e universidades disponibilizaram equipamentos necessários, como chips de internet e dispositivos tecnológicos, para garantir que os estudantes e intérpretes de Libras pudessem acessar as aulas e realizar a tradução simultânea durante as aulas assíncronas. Esse esforço permitiu que muitos estudantes surdos mantivessem a continuidade de seus estudos e pudessem acessar conteúdos essenciais de forma mais inclusiva.

Entretanto, apesar desses esforços, surgiram desafios técnicos e operacionais que impactaram a qualidade do ensino. Problemas de conexão de internet e a dificuldade de garantir uma iluminação adequada para a interpretação das aulas foram questões recorrentes. Além disso, o fato de os intérpretes de Libras precisarem realizar a interpretação dentro de suas próprias residências gerou um ambiente de vulnerabilidade, expondo o espaço privado e, em alguns casos, dificultando a qualidade das transmissões devido à falta de recursos adequados para garantir um ambiente profissional e livre de distrações.

Embora o compromisso de algumas instituições em oferecer suporte tenha sido notável, essas questões técnicas e logísticas demonstram que, mesmo com boas intenções, o ensino remoto para estudantes surdos exigiu mais do que a simples disponibilização de ferramentas e recursos, requerendo uma adaptação contínua e um olhar atento às condições reais de acessibilidade.

O Impacto das *Fake News* na Educação dos Estudantes Surdos

A pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020) não apenas trouxe um cenário de adaptação ao ensino remoto, mas também exacerbou a disseminação de informações falsas, ou "*fake news*", especialmente sobre temas relacionados à saúde e à ciência. A dificuldade de acesso à informação verídica afetou diversas populações, sendo que, no caso dos estudantes surdos, as barreiras comunicacionais amplificaram esse impacto. A propagação de *fake news*, sem o devido acesso a fontes confiáveis de informação e sem a presença de recursos como a tradução em Libras, contribuiu para uma percepção distorcida da realidade entre muitos indivíduos.

A desinformação pode ser entendida como um estado de ignorância em relação ao conhecimento que seria relevante para o indivíduo. Conforme apontado por Nehmy e Paim (1998), e Aquino (2007), a desinformação é descrita como um "estado de uma pessoa ou grupo de pessoas não informadas ou mal informadas a respeito de determinada coisa" (Michaelis, 2020). Nessa perspectiva, a desinformação não se limita apenas à falta de conhecimento, mas também reflete uma ausência cultural e de recursos para o acesso à informação.

Para os estudantes surdos, a falta de conteúdo acessível e a ausência de informações confiáveis sobre a pandemia reforçaram esse estado de desinformação, dificultando a compreensão correta de medidas de prevenção, tratamentos e vacinas.

Além disso, a vulnerabilidade à desinformação não se limita apenas à falta de acesso. A exposição constante a informações erradas, muitas vezes amplificadas por redes sociais e outros meios digitais, fez com que, mesmo aqueles que tinham algum acesso a informações, tivessem dificuldades em filtrar as fontes e distinguir as *fakes news* da informação confiável. Esse cenário tornou a educação de estudantes surdos ainda mais desafiadora, já que muitos se viam

sem suporte adequado para verificar ou entender o conteúdo relacionado à pandemia.

O Papel do Letramento Digital na Prevenção das Fake News para Estudantes Surdos

Em um contexto marcado pela proliferação de *fake news*, o letramento digital é uma ferramenta crucial para permitir que os indivíduos avaliem criticamente a veracidade das informações que consomem. Teixeira e Carvalho (2024, p. 58) destacam que, no cenário das *fake news*, o letramento torna-se fundamental para discernir entre o verdadeiro e o falso, além de proporcionar as ferramentas necessárias para questionar, contrastar fontes e buscar informações mais confiáveis. Para os estudantes surdos, o desenvolvimento dessas competências é ainda mais necessário, pois as barreiras comunicacionais e o acesso desigual à informação amplificam a vulnerabilidade à desinformação.

No entanto, a implementação do letramento digital entre estudantes surdos enfrenta desafios significativos. A pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020), com a migração para o ensino remoto, evidenciou a falta de acessibilidade nos conteúdos educacionais e as dificuldades de acesso à informação de saúde pública, como as orientações sobre a prevenção da doença e o processo de vacinação. Como discutido nos tópicos anteriores, a falta de materiais em Libras, legendas de qualidade e intérpretes em tempo real gerou uma exclusão digital e educacional, impossibilitando que muitos estudantes surdos se informassem adequadamente e desenvolvessem as habilidades necessárias para navegar de forma crítica no ambiente online.

A desinformação, nesse contexto, pode ter impactos ainda mais profundos. O letramento digital, se efetivamente implementado, poderia atuar como uma ferramenta preventiva contra a manipulação por *fake news*, permitindo que os estudantes surdos reconhecessem as fontes confiáveis e as distorções

disseminadas. No entanto, a ausência de políticas públicas eficazes que integrem a acessibilidade digital de maneira transversal no currículo escolar tem dificultado esse processo. Muitos estudantes surdos continuam a ser excluídos das discussões digitais por conta da falta de adaptação dos recursos e materiais educativos, o que os coloca em uma posição de vulnerabilidade frente à avalanche de informações falsas.

Além disso, como destacado por Brisola e Bezerra (2018), as *fake news* podem ir além da manipulação de percepções individuais e afetar grandes decisões coletivas, como eleições. No contexto educacional, isso significa que a desinformação pode comprometer a forma como os estudantes surdos percebem temas essenciais para seu aprendizado e para sua saúde, como a COVID-19 (Brasil, 2020). Portanto, o letramento digital não é apenas uma solução preventiva contra *fake news*, mas uma necessidade urgente para garantir que esses estudantes possam participar de maneira crítica e informada na sociedade digital.

A realidade, entretanto, é que o letramento digital para estudantes surdos não se resume à simples inserção de tecnologia ou à disponibilização de conteúdos. Como já discutido, os desafios técnicos relacionados à falta de conectividade, equipamentos adequados e apoio especializado durante o ensino remoto, somados à falta de recursos acessíveis, fazem com que a implementação dessa solução preventiva seja um processo complexo e difícil de ser efetivado na prática. Por isso, a promoção de um letramento digital inclusivo exige não apenas recursos materiais, mas uma reestruturação das práticas educacionais, com foco na acessibilidade e na equidade.

Em suma, para que os estudantes surdos possam se beneficiar do letramento digital como uma ferramenta de combate à desinformação, é necessário que haja uma transformação no modelo educacional, com políticas públicas que integrem a inclusão digital de forma efetiva. Somente assim será possível garantir que

esses estudantes tenham acesso ao conhecimento necessário para navegar de forma crítica e segura no vasto universo digital, onde as *fake news* continuam a se espalhar a uma velocidade alarmante.

Implicações Educacionais das Fake News e a Necessidade de Políticas Públicas para Estudantes Surdos

O impacto das *fake news* vai além da manipulação de opiniões individuais, afetando diretamente a formação educacional dos estudantes. Para os estudantes surdos brasileiros, essa situação se torna ainda mais complexa, uma vez que as barreiras comunicacionais e a exclusão digital durante a pandemia acentuaram o risco de desinformação. O letramento digital, como discutido anteriormente, é fundamental para que esses estudantes possam navegar de maneira crítica no ambiente online e distinguir informações corretas de falsas.

As políticas públicas focadas na inclusão educacional e digital ainda são insuficientes para garantir a plena participação dos estudantes surdos nesse processo. A pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020) evidenciou essas deficiências, pois muitos estudantes surdos não tiveram acesso a conteúdos educativos acessíveis em Libras, nem a informações de saúde pública essenciais. Como resultado, muitos desses estudantes ficaram à margem de decisões importantes, tanto em relação ao seu aprendizado quanto à sua saúde, sendo mais vulneráveis à desinformação.

No entanto, algumas instituições de ensino, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), tomaram medidas importantes para minimizar esses desafios⁶. Durante a pandemia, o INES implementou estratégias de apoio tanto para os estudantes quanto para os profissionais envolvidos no ensino superior. Entre as ações, destaca-se a distribuição de materiais de auxílio digital (chips e modems de internet) para todos os alunos, professores e

⁶ Fonte: Relatório de Gestão do INES, 2020, p. 70,86.

intérpretes, além de apoio tecnológico (como tecidos de fundo e iluminação) para os intérpretes. Tais medidas, entregues em janeiro de 2021, buscaram garantir a continuidade do ensino remoto, minimizando problemas técnicos, como a limitação de dados da internet e a dificuldade de conexão para as videoconferências.

Para isso, foi implementado o Grupo de Trabalho chamado de Comitê Consultivo Emergencial do Instituto Nacional de Educação de Surdos – CECINES, criado em março de 2020 frente aos desafios e discussões referentes ao cenário atual da emergência em saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID19), através da portaria conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Para enfrentar as dificuldades de conexão e garantir a continuidade das aulas, foi criado as orientações aos intérpretes que foram remanejados para atuar em trios, o que possibilitou a superação de imprevistos técnicos. Esses esforços foram fundamentais para que os alunos surdos do Ensino Superior tivessem acesso à educação de qualidade durante a pandemia.

A Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE) desempenhou um papel igualmente importante ao apoiar os alunos no período remoto. Com a adoção do ensino a distância, a DIASE disponibilizou aos alunos canais de comunicação direta, incluindo o número de telefone pessoal da chefia e um e-mail específico para contato. Dessa forma, os estudantes puderam esclarecer dúvidas sobre as aulas, estrutura e plataformas de ensino, além de receber acolhimento durante esse período de adaptação.

Outro aspecto importante foi a realização de levantamentos periódicos sobre as necessidades tecnológicas dos alunos, o que permitiu à equipe da DIASE adotar estratégias personalizadas para o enfrentamento dos desafios. Tais ações garantiram que os estudantes surdos continuassem a ter acesso a informações confiáveis e a um suporte contínuo para seu aprendizado durante a pandemia.

Essas iniciativas do INES, como a distribuição de material tecnológico e o apoio da DIASE, evidenciam a importância de políticas públicas focadas na inclusão digital e no enfrentamento das dificuldades logísticas que surgiram com o ensino remoto. Contudo, ainda existem muitos desafios a serem superados. As *fake news*, especialmente quando relacionadas à educação, têm o poder de prejudicar gravemente o desempenho acadêmico dos estudantes surdos, comprometendo seu aprendizado e formação social.

Portanto, é crucial que as políticas públicas de inclusão digital sejam ampliadas e adaptadas para garantir que todos os estudantes, especialmente os surdos, possam acessar informações corretas e relevantes. Só assim será possível equipá-los com as ferramentas necessárias para enfrentar as *fake news* e garantir uma educação digital justa e inclusiva.

Metodologia

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da desinformação e das *fake news* durante a pandemia para os estudantes surdos brasileiros. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, com foco na análise documental e revisão bibliográfica de fontes acadêmicas e relatórios institucionais.

Revisão Bibliográfica

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma revisão de literatura sobre os conceitos de desinformação, *fake news* e suas implicações no campo educacional. Foram consultados artigos acadêmicos que discutem as definições e os impactos das *fake news* na educação e no letramento digital, com ênfase nos desafios enfrentados pelos estudantes surdos. As fontes incluíram trabalhos de autores renomados da área, como Teixeira e Carvalho (2024), Brisola e Bezerra (2018), entre outros, que forneceram o embasamento teórico sobre as interações entre desinformação e educação.

Análise Documental

A segunda etapa envolveu a análise de documentos institucionais relacionados às ações do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) durante a pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020). Foram analisados relatórios de gestão e informações publicadas no site oficial do INES, especialmente aqueles que detalham as medidas adotadas para garantir o acesso à educação dos alunos surdos no contexto do ensino remoto. As informações extraídas desses documentos ajudaram a contextualizar as estratégias implementadas pela instituição para mitigar os impactos das dificuldades tecnológicas e da desinformação.

Análise Crítica das Ações Institucionais

Além da análise documental, foi realizada uma análise crítica das ações e políticas públicas implementadas pelo INES, levando em consideração as necessidades dos estudantes surdos e os desafios enfrentados, como a inclusão digital, o acesso às informações e a preparação para o enfrentamento das *fake news*. A partir das informações coletadas, foi possível refletir sobre a eficácia das estratégias adotadas pela instituição, identificando tanto os avanços quanto as limitações do processo.

Limitações da Pesquisa

Vale destacar que, devido ao caráter qualitativo da pesquisa e à limitação de fontes sobre o tema específico, não foram realizadas coletas de dados primários por meio de entrevistas ou questionários. O estudo foi, portanto, limitado às fontes secundárias de informações, o que restringe a abrangência da análise aos documentos disponíveis publicamente.

Resultados

A partir da análise dos documentos institucionais do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e da revisão bibliográfica sobre desinformação, *fake news* e seus impactos nos estudantes surdos durante a pandemia, foi possível identificar algumas tendências e estratégias adotadas para mitigar os desafios enfrentados por essa população.

Desafios Enfrentados pelos Estudantes Surdos Durante a Pandemia

A pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020) exacerbou as desigualdades educacionais para os estudantes surdos no Brasil, especialmente no que se refere ao acesso à educação remota e à informação. O ensino remoto se tornou um desafio adicional devido à escassez de recursos tecnológicos e à falta de conteúdos acessíveis em Libras. Muitos alunos surdos enfrentaram dificuldades de acesso a plataformas digitais e à comunicação eficaz com os professores, o que dificultou o acompanhamento das aulas e o aprendizado.

Além disso, o fenômeno das *fake news* e da desinformação se tornou ainda mais crítico, pois muitos estudantes surdos ficaram expostos a informações incorretas, especialmente em temas relacionados à saúde pública e ao próprio processo educacional. A desinformação, amplificada pelas redes sociais, dificultou a compreensão de questões essenciais durante a pandemia, como medidas de prevenção do COVID-19 (Brasil, 2020), vacinação e protocolos de segurança, exacerbando a vulnerabilidade dos estudantes surdos.

Ações do INES para Minimizar os Impactos

O INES adotou várias medidas para minimizar os impactos da pandemia no ensino dos estudantes surdos, especialmente no Ensino Superior. Entre as ações destacadas no relatório de gestão da instituição, está a distribuição de material tecnológico (chips e modems) para garantir a conectividade dos alunos, professores e

intérpretes. A entrega desses materiais, realizada no início de 2021, visou reduzir as dificuldades relacionadas ao acesso à internet e melhorar a qualidade da comunicação durante as aulas remotas.

Outro ponto relevante foi a estratégia de apoio aos intérpretes, que enfrentaram problemas de conexão durante as videoconferências. O INES implementou a prática de atuação em **trios de intérpretes**, o que possibilitou a continuidade do trabalho em caso de imprevistos técnicos, como falhas de conexão. Além disso, foi fornecido apoio tecnológico aos intérpretes, como materiais de auxílio para melhorar a iluminação e o fundo de vídeo, garantindo que as aulas fossem mais acessíveis.

Apoio aos Estudantes

A Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE) também desempenhou um papel importante no apoio aos estudantes surdos durante a pandemia. Além de fornecer canais de comunicação direta com a chefia e a coordenação pedagógica, a DIASE realizou reuniões periódicas com os alunos para esclarecer dúvidas e promover acolhimento emocional e psicológico. Esse apoio foi essencial, especialmente considerando o impacto da pandemia sobre a saúde mental dos estudantes, que enfrentaram isolamento social e dificuldades emocionais relacionadas à adaptação ao ensino remoto.

A DIASE também foi responsável por realizar levantamentos sobre as necessidades tecnológicas dos estudantes surdos, permitindo uma resposta personalizada às dificuldades enfrentadas. Isso demonstrou um esforço contínuo da instituição para atender às demandas específicas de cada aluno e garantir que eles tivessem acesso às ferramentas necessárias para sua educação.

A Necessidade de Ações Mais Eficazes no Combate à Desinformação

Apesar das estratégias implementadas pelo INES, os dados revelam que ainda existem lacunas significativas no enfrentamento da desinformação. A educação digital e o letramento crítico

continuam sendo áreas em que os estudantes surdos carecem de maior apoio. Embora as ações de distribuição de materiais tecnológicos e a implementação de medidas de apoio pedagógico e psicológico tenham sido importantes, a propagação de *fake news*, especialmente em plataformas digitais, representa um risco contínuo para esses estudantes.

É imperativo que políticas públicas sejam fortalecidas para garantir que os estudantes surdos tenham acesso a um **letramento digital** efetivo, que os capacite não só a identificar informações falsas, mas também a procurar fontes confiáveis e a questionar conteúdos que circulem nas redes sociais.

Discussão

A análise dos resultados revela que as estratégias adotadas pelo INES para enfrentar os desafios impostos pela pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020) foram fundamentais para mitigar os impactos negativos no processo educacional dos estudantes surdos. No entanto, também se evidencia a necessidade de um trabalho contínuo e mais robusto para garantir a inclusão digital, a acessibilidade e o letramento crítico, especialmente no que tange ao combate às *fake news* e à desinformação.

O Papel das Ações Institucionais na Mitigação das Dificuldades

As medidas adotadas pelo INES, como a distribuição de materiais tecnológicos (chips, modems e apoio à infraestrutura de videoconferência) e o apoio psicossocial por meio da Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE), foram cruciais para reduzir o impacto imediato da pandemia sobre os estudantes surdos. A disponibilização de tecnologia permitiu que os alunos tivessem acesso às aulas e ao conteúdo pedagógico, enquanto as reuniões de acolhimento emocional e esclarecimento de dúvidas foram importantes para mitigar os efeitos do isolamento social e da ansiedade gerada pela situação de incerteza.

No entanto, embora essas ações tenham sido efetivas no curto prazo, as limitações estruturais ainda permanecem. O apoio tecnológico, por exemplo, foi fornecido de forma pontual, sem a garantia de que todos os estudantes possuísem as condições necessárias para aproveitar ao máximo as ferramentas disponíveis. A disparidade no acesso à internet, que já era um problema para muitos estudantes surdos antes da pandemia, foi apenas suavizada com as soluções emergenciais implementadas. Portanto, é necessário que políticas públicas ampliem essas iniciativas para garantir que a inclusão digital seja uma realidade constante e não uma medida temporária.

Desinformação e os Desafios no Combate às Fake News

Outro ponto crítico evidenciado pelos resultados diz respeito ao impacto das *fake news* e da desinformação. Embora as estratégias do INES tenham ajudado a garantir o acesso às aulas e materiais essenciais, a desinformação sobre temas como a COVID-19 (Brasil, 2020), vacinação e medidas de prevenção continuam a ser um desafio significativo. A análise documental revelou que, apesar do empenho em fornecer material de apoio digital e realizar o acolhimento pedagógico e psicossocial, o letramento digital dos estudantes surdos permanece uma área que necessita de maior atenção.

O estudo de Teixeira e Carvalho (2024) e as reflexões sobre o letramento digital e as *fake news* nos mostram que, para combater a desinformação, é preciso investir não só em infraestrutura tecnológica, mas também em capacitação crítica. A habilidade de identificar, questionar e contrastar fontes de informação é fundamental para a formação de um cidadão informado e consciente. Contudo, o INES, assim como outras instituições de ensino, ainda precisa desenvolver programas e iniciativas voltadas especificamente para o letramento digital e o combate à desinformação entre os estudantes surdos.

Desafios para a Inclusão Digital e a Acessibilidade

A inclusão digital no contexto da pandemia não se limitou apenas ao acesso à tecnologia, mas envolveu também a garantia de uma educação acessível e eficaz. A falta de conteúdo em Libras em muitas plataformas de ensino remoto e a sobrecarga de informações erradas nos ambientes digitais ampliaram as dificuldades para os estudantes surdos. Mesmo com os esforços do INES, como o trabalho com intérpretes e a distribuição de equipamentos de apoio, a adaptação ao novo formato de ensino remoto exigiu um esforço contínuo para garantir a inclusão de todos os alunos.

A proposta de atuar com intérpretes em trio, embora uma medida eficaz para superar as limitações técnicas das videoconferências, não resolve os problemas estruturais mais profundos, como a falta de formação específica para a gestão do ensino remoto de alunos surdos ou a escassez de conteúdos de qualidade em Libras. Para uma transformação verdadeira no cenário educacional, é necessário que o ensino remoto seja não apenas acessível, mas também eficaz em atender as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

O Futuro do Ensino para Estudantes Surdos Pós-Pandemia

Após o fim da fase mais crítica da pandemia, o ensino remoto continuará a ser uma realidade, com as possibilidades de uma educação híbrida se tornando cada vez mais comuns. Nesse contexto, é fundamental que as instituições de ensino, como o INES, sigam avançando na criação de políticas educacionais mais inclusivas, com foco na formação de professores, intérpretes e alunos surdos. O fortalecimento do letramento digital, aliado ao desenvolvimento de um ambiente educacional que combata ativamente as *fake news*, será essencial para preparar os estudantes surdos para os desafios do mundo digital contemporâneo.

Conclusão

A pandemia de COVID-19 (Brasil, 2020) revelou não apenas os desafios estruturais enfrentados pelos estudantes surdos no Brasil, mas também expôs a fragilidade do sistema educacional diante da desinformação. No contexto do ensino remoto, os estudantes surdos enfrentaram barreiras significativas relacionadas ao acesso à tecnologia, à falta de conteúdos acessíveis e, mais criticamente, à propagação de *fake news*, que afetaram tanto sua aprendizagem quanto a compreensão de temas essenciais, como saúde pública e medidas de prevenção.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) se mostrou proativo na implementação de ações emergenciais para minimizar esses impactos. A distribuição de materiais tecnológicos e o apoio psicossocial oferecido pela instituição foram fundamentais para garantir a continuidade das atividades educacionais e o bem-estar dos alunos. Contudo, as dificuldades estruturais, como o acesso à internet de qualidade e a escassez de conteúdos digitais acessíveis em Libras, ainda são desafios que necessitam de soluções duradouras.

A desinformação, exacerbada pela rápida disseminação de *fake news* nas plataformas digitais, é um fenômeno que precisa ser combatido de forma eficaz. O letramento digital e o desenvolvimento de competências críticas para a avaliação de informações são fundamentais para preparar os estudantes surdos para um mundo cada vez mais digitalizado. A pandemia evidenciou a necessidade urgente de integrar, nas políticas educacionais, estratégias de letramento digital que possam capacitar não apenas os alunos, mas também os professores e intérpretes, criando um ambiente de ensino mais inclusivo e seguro.

Portanto, o enfrentamento dos desafios educacionais e da desinformação exige um compromisso contínuo e um esforço conjunto entre as instituições de ensino, os profissionais da

educação e as políticas públicas, para garantir que os estudantes surdos, assim como todas as outras populações vulneráveis, possam acessar e participar plenamente de uma educação de qualidade no contexto digital.

Referências

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 36, n. 3, p. 3-XX, set./dez. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S010019652007000300002>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Presidência da República. Brasília: DF. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: janeiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/pt/web/dou/-/portaria-conjunta-n-20-de-18-de-junho-de-2020-261802591>. Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Relatório de gestão 2020. 2020. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/images/desu/2021/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20DESU%202020.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

CARVALHO, Ivana; TEIXEIRA, Gerlinde Agate Platais Brasil. Letramento e multiletramentos: navegando entre a informação e as fake news. In: PÔRTO JR., Gilson; ANDRADE, Luiz Antônio Botelho de; SOUZA, Danilo de Melo (Org.). **Ensino, comunicação e desinformação: letramento e educação midiática**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2024. p. 57.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. **A desconstrução do conceito de "qualidade da informação"**. Ciência da Informação, Brasília, D.F., v. 27, n. 1, p. 36-45, jan./abr. 1998.

DESINFORMAÇÃO E INCLUSÃO CULTURAL: o papel da audiodescrição no combate a desinformação para pessoas com deficiência, à luz da Lei Paulo Gustavo e suas normas de acessibilidade

Aline dos Santos Ribeiro

Introdução

Este artigo aborda a temática da audiodescrição, desinformação e a Lei Paulo Gustavo (LPG), com ênfase na Instrução Normativa 195/2022, que estabelece que todos os editais de fomento realizados com recursos da LPG devem garantir medidas de acessibilidade, incluindo a audiodescrição. A referida Instrução Normativa determina que os recursos necessários para a implementação de tais medidas devem ser contemplados nos custos do projeto desde sua concepção, com um mínimo de 10% do valor do projeto destinado a essa finalidade.

Nos últimos tempos, observa-se um aumento na demanda por recursos de acessibilidade, como a audiodescrição, em produtos culturais, especialmente audiovisuais. No entanto, nota-se que muitas pessoas desconhecem o conceito de audiodescrição e

enfrentam dificuldades ao solicitá-la, muitas vezes realizando o pedido apenas para atender a requisitos legais, sem uma compreensão plena do serviço.

Neste contexto, foi adotada a metodologia de elaboração de um questionário, com perguntas sobre o entendimento do que é audiodescrição, o contato prévio com conteúdos audiodescritos (como filmes, séries, exposições, etc.) e o grau de familiaridade com a Instrução Normativa e a Lei Paulo Gustavo (195/2022), que regulamenta o investimento no setor cultural.

Acessibilidade Cultural e Desinformação: Desafios e Avanços no Contexto da Lei Paulo Gustavo

A acessibilidade cultural é um tema cada vez mais relevante no cenário brasileiro, especialmente com a crescente conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência. O avanço do acesso à internet, como demonstram os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (BRASIL, 2019), trouxe consigo benefícios e desafios. Se, por um lado, democratizou o acesso à informação, por outro, ampliou a disseminação de desinformação, fenômeno que afeta a qualidade do debate público e impacta até mesmo a percepção de direitos fundamentais, como o acesso à cultura e à informação. Essa realidade torna urgente refletir sobre as dinâmicas de inclusão e exclusão promovidas tanto no ambiente digital quanto no presencial.

Um dos recursos que simbolizam os avanços em acessibilidade é a audiodescrição. Polissêmica por natureza, a audiodescrição pode ser compreendida como técnica, recurso, processo ou mesmo como tradução intersemiótica, conforme Nunes *et al.* (2010). Sua prática, entretanto, enfrenta desafios relacionados à qualidade técnica e à falta de reconhecimento profissional, como aponta Carvalho (2019), destacando a importância de transcender a mera formalidade para garantir um diálogo real entre o produto cultural e seu público. Esse ponto reforça a necessidade de uma abordagem ética e criteriosa,

como defendem Ulbricht *et al.* (2011), que enxergam na audiodescrição um mecanismo que vai além da simples descrição, exigindo estratégias discursivas que respeitem a complexidade do conteúdo audiovisual e do público-alvo.

Nesse contexto, a Lei Paulo Gustavo (LPG) surge como um marco importante. Originalmente concebida como uma medida emergencial para o setor cultural durante a pandemia de Covid-19, a LPG incorporou em sua regulamentação a obrigatoriedade de 10% do orçamento de projetos culturais para iniciativas de acessibilidade. Essa disposição, alinhada à Lei Brasileira de Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI nº 13.146/2015), reflete um avanço na promoção da inclusão, garantindo que recursos como audiodescrição, LIBRAS e legendagem sejam previstos em produções culturais, como forma de ampliar o alcance e o impacto desses bens culturais (BRASIL, 2015).

Além de assegurar a acessibilidade comunicacional, a LPG enfatiza a importância de ambientes culturais que contemplem aspectos físicos e sensoriais, como transporte acessível e espaços multissensoriais. Tais iniciativas complementam a aplicação de recursos tecnológicos, criando uma experiência inclusiva que favorece a fruição cultural de pessoas com deficiência visual, intelectual ou outras condições que demandem suporte específico. Jesus (2020) reforça que a audiodescrição, ao traduzir imagens em palavras, transcende a simples acessibilidade, tornando-se um elo entre a inclusão cultural e a autonomia interpretativa.

No entanto, a implementação de políticas públicas e recursos acessíveis enfrenta barreiras conceituais e práticas. Pinheiro e Brito (2014) destacam que a falta de compreensão sobre os conceitos de desinformação e acessibilidade fragiliza iniciativas importantes, dificultando a separação entre verdade e manipulação no campo da informação. Nesse sentido, a educação midiática e o letramento cultural emergem como ferramentas essenciais para capacitar os cidadãos a lidar criticamente com os desafios da desinformação e da

exclusão cultural (Spinelli e Santos, 2019; Lapa e Pretto, 2019 *apud* NAGUMO et al., 2022).

Portanto, o fortalecimento de políticas como a LPG, associado ao aprimoramento técnico e à formação de profissionais no campo da audiodescrição, representa um passo significativo para a construção de uma sociedade mais inclusiva. A integração de medidas legislativas, práticas informacionais éticas e recursos tecnológicos, aponta para um futuro onde o direito à cultura e à informação seja garantido a todos, independentemente de suas condições ou limitações.

Objetivo

Pretendeu-se investigar com este estudo o grau de familiaridade das pessoas com os temas, destacando a importância da sensibilização e da implementação eficaz dessas medidas para garantir a plena acessibilidade e inclusão no setor cultural.

Metodologia

A metodologia adotada para esta pesquisa consistiu em uma investigação de opinião realizada por meio de um formulário disponibilizado na plataforma *Google Forms*.⁷ Este instrumento foi

⁷ A Resolução CNS n.º 510, de 2016, em seu artigo 2º, XIV, adota a definição de pesquisa de opinião pública como: Art. 2.º, XIV [...] consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante. As pesquisas aqui enquadradas têm como único propósito descrever a valoração que o participante atribui ao objeto de consulta. Como exemplos, pode-se citar pesquisas eleitorais, de mercado e de monitoramento de um serviço, para fins de sua melhoria ou implementação, sem que haja qualquer possibilidade de identificação de participantes pelo/a pesquisador/a, desde o momento da coleta de dados. O entendimento desta Comissão é de que as pesquisas de opinião pública, sem possibilidade de identificação do participante, não devem ser

elaborado com o objetivo de compreender como a audiodescrição pode contribuir para a promoção da inclusão cultural de pessoas com deficiência.

O formulário foi estruturado para coletar percepções, experiências e sugestões dos participantes, considerando as diretrizes de acessibilidade cultural estabelecidas pela Lei Paulo Gustavo. A pesquisa buscou investigar, especificamente, de que maneira a audiodescrição, enquanto recurso acessível, pode ampliar o acesso de pessoas com deficiência visual a produções culturais, garantindo o direito à inclusão e à equidade cultural.

Ao adotar essa abordagem, o estudo visa não apenas identificar barreiras e oportunidades relacionadas ao tema, mas também fornecer subsídios para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas no campo cultural, em alinhamento com a legislação vigente.

Resultados e Discussão

Ao questionar os participantes sobre o conhecimento do conceito de audiodescrição, todos afirmaram unanimemente que sabiam do que se tratava, conforme evidenciado no Gráfico 1. As respostas à pergunta “O que você entende por audiodescrição?” foram, em sua maioria, coesas e alinhadas ao conceito apresentado anteriormente.

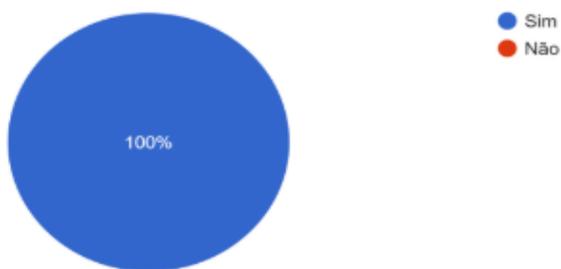
Os participantes definiram audiodescrição como a descrição clara de conteúdos visuais ou sonoros, promovendo a acessibilidade para pessoas com deficiência. Alguns a descreveram como um recurso comunicacional ou uma tecnologia assistiva; outros destacaram seu papel como uma tradução intersemiótica e técnica

submetidas à apreciação pelo Sistema CEP/Conep. <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/component/content/article/76-comites/comite-de-etica-em-pesquisa/20739-pesquisas-que-nao-precisam-de-avaliacao-sistema-cep-conep.html> Acesso em 16/10/2024.

inclusiva que visa proporcionar acesso igualitário a conteúdos imagéticos. Essas definições reforçam a compreensão abrangente e consistente de parte dos participantes sobre o tema.

Entretanto, algumas respostas revelaram interpretações equivocadas do conceito, como: "descrever um espaço no qual está inserido de forma clara"; "para nós, com deficiência, é muito importante, pois assim podemos estar em todos os lugares"; "verbalização de uma cena"; e "descrever o áudio". Essas definições demonstram uma compreensão limitada ou errônea, uma vez que audiodescrição não se refere apenas à descrição de áudio. Embora o nome sugira essa associação, a audiodescrição pode ser feita por outros meios, como texto, por exemplo, na descrição de *cards* e fotografias nas redes sociais (grifo da autora). Assim, apesar de todos os respondentes terem declarado saber o que é audiodescrição, nem todos apresentaram respostas completas ou corretas, evidenciando certa desinformação sobre o tema.

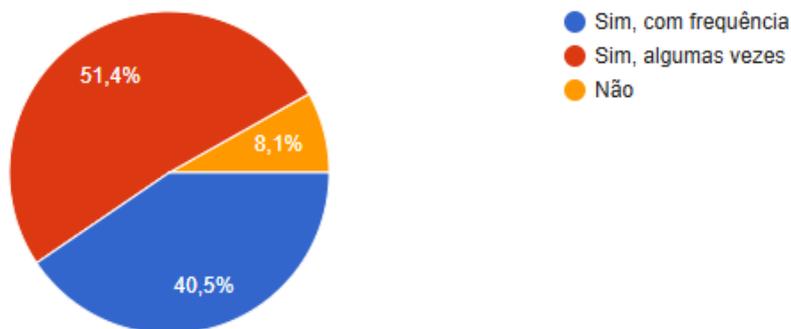
Gráfico 1: Conceito de Audiodescrição



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms criado pela autora
Audiodescrição: o gráfico de pizza com uma única seção azul que ocupa todo o círculo, indicando 100%. Ao lado do gráfico, há uma legenda com duas opções: um ponto azul ao lado da palavra "Sim" e um ponto vermelho ao lado da palavra "Não".

Ao questionar os entrevistados sobre seu contato com conteúdos que utilizam audiodescrição, como filmes, séries e exposições, mais de 50% afirmaram ter tido essa experiência ocasionalmente, enquanto 40,5% responderam que sim, com frequência. Apenas 8,1% indicaram que nunca tiveram contato com conteúdos audiodescritos, conforme ilustrado no Gráfico 2.

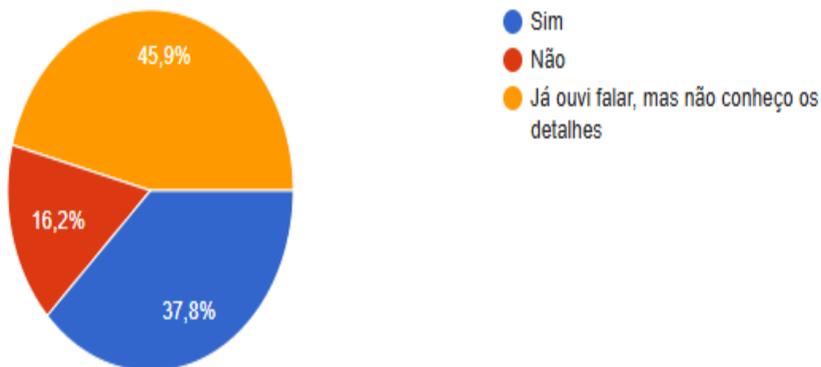
Gráfico 2: Experiência com conteúdos audiovisuais com audiodescrição



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms criado pela autora
Audiodescrição: gráfico de pizza com três seções de cores diferentes. A maior seção é vermelha, representando 51,4% e está associada à legenda "Sim, algumas vezes". A segunda maior seção é azul, representando 40,5% e está associada à legenda "Sim, com frequência". A menor seção é amarela, representando 8,1% e está associada à legenda "Não".

Quanto à familiaridade com a Instrução Normativa da Lei Paulo Gustavo (Lei nº 195/2002), voltada para o investimento no setor cultural, a maioria dos entrevistados afirmou ter ouvido falar sobre a lei, mas não conhece seus detalhes. Mais de 30% disseram conhecer a legislação e 16,2% afirmaram não ter conhecimento sobre ela, conforme demonstrado no Gráfico 3.

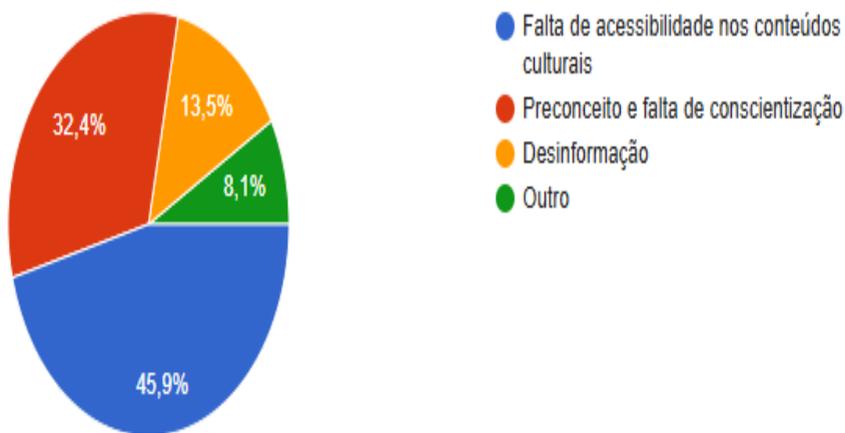
Gráfico 3: Familiaridade com a Instrução Normativa — Lei Paulo Gustavo (195/2002), Lei complementar de investimento no setor cultural



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms criado pela autora
Audiodescrição: gráfico de pizza com três seções coloridas. A maior seção é laranja, representando 45,9%. A segunda maior é azul, representando 37,8%. A menor seção é vermelha, representando 16,2%. Ao lado do gráfico, há uma legenda com três pontos coloridos: laranja para "Sim", azul para "Não" e vermelho para "Já ouvi falar, mas não conheço os detalhes".

Em relação à maior barreira para a inclusão cultural de pessoas com deficiência no Brasil, 45,9% dos entrevistados destacaram a falta de acessibilidade nos conteúdos culturais, enquanto 32,4% apontaram o preconceito e a falta de conscientização. Outros 13,5% mencionaram a desinformação, e 8,1% indicaram outros fatores, conforme evidenciado no Gráfico 4. As respostas que caíram na categoria "outro" destacaram sobretudo barreiras de caráter atitudinal.

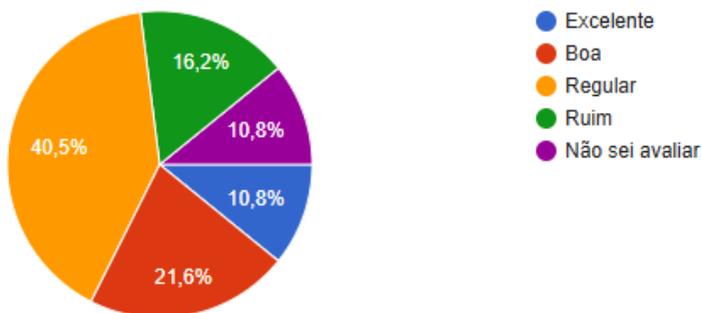
Gráfico 4: Barreira para a inclusão cultural das pessoas com deficiência no Brasil



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms criado pela autora
Audiodescrição: gráfico de pizza com quatro seções coloridas, cada uma representando uma porcentagem diferente. As cores e porcentagens são as seguintes: Azul: 45,9%, Vermelho: 32,4%, Laranja: 13,5%, Verde: 8,1%. A legenda ao lado do gráfico indica o que cada cor representa: Azul: Falta de acessibilidade nos conteúdos culturais; Vermelho: Preconceito e falta de conscientização; Laranja: Desinformação; Verde: Outro. O texto ao lado do gráfico menciona que 45,9% dos entrevistados destacaram a falta de acessibilidade nos conteúdos culturais, 32,4% apontaram preconceito e falta de conscientização, 13,5% mencionaram desinformação, e 8,1% indicaram outros fatores.

Quanto à avaliação das iniciativas culturais financiadas por políticas públicas em relação à inclusão de pessoas com deficiência, a maioria dos entrevistados classificou-as como regulares, seguida pela avaliação como boa e ruim. Houve empate entre as opções "excelente" e "não sei avaliar", conforme ilustrado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Avaliação das iniciativas culturais financiadas por políticas públicas quanto à inclusão de pessoas com deficiência



Fonte: Gráfico gerado pelo Google Forms criado pela autora
Audiodescrição: gráfico de pizza colorido com cinco seções, cada uma representando uma categoria com uma porcentagem associada. As categorias e suas respectivas porcentagens são: Laranja: 40,5%; Vermelho: 21,6%; Verde: 16,2%; Azul: 10,8%; Roxo: 10,8%. A legenda ao lado do gráfico indica o significado de cada cor: Azul- Excelente; Verde- Boa; Laranja-Regular; Vermelho-Ruim e Roxo:-Não sei avaliar

Considerações Finais

Com base nos dados e análises apresentados ao longo deste estudo, fica evidente que a audiodescrição ainda é um conceito parcialmente compreendido pelo público geral, apesar do avanço em iniciativas que promovem a acessibilidade. A pesquisa revelou que, embora a maioria dos participantes demonstra algum entendimento sobre a audiodescrição, há lacunas no conhecimento, refletindo uma mistura entre informação precisa e desinformação.

A acessibilidade cultural, como evidenciado nos resultados, enfrenta barreiras significativas, sendo as principais a falta de acessibilidade nos conteúdos culturais, o preconceito e a falta de

conscientização. Esses dados apontam para a necessidade urgente de campanhas educativas e iniciativas que não apenas promovam a inclusão, mas também esclareçam conceitos e procedimentos relacionados à audiodescrição.

Adicionalmente, a familiaridade limitada com a Lei Paulo Gustavo demonstra uma oportunidade para ampliar a divulgação e o entendimento das políticas públicas voltadas para o setor cultural. Isso reforça a importância de integrar mais ativamente a acessibilidade nas iniciativas financiadas por essas políticas, garantindo que pessoas com deficiência tenham acesso igualitário à cultura.

Por fim, este estudo evidencia que a inclusão cultural requer uma abordagem ampla, que vá além da oferta de serviços acessíveis, abrangendo também a educação do público sobre esses recursos e o combate a barreiras atitudinais e estruturais. Com isso, espera-se contribuir para um cenário cultural mais inclusivo, equitativo e representativo, alinhado aos princípios da acessibilidade e da diversidade.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Cultura regulamenta ações afirmativas na Lei Paulo Gustavo. **Agência Brasil**, Brasília, 16 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/cultura-regulamenta-acoes-afirmativas-na-lei-paulo-gustavo>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**: Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

CARVALHO. Nathanael Leitão de. A arte de escutar cinema: o som como ferramenta de inclusão para deficientes visuais. 10.17771/PUC Rio.MIGUEL.46061 Jul Dez 2019. Acesso em: 05 de agosto de 2023.

IBD CULT. Acessibilidade cultural na Lei Paulo Gustavo. **IBD Cult**, [s. l.], 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ibdcult.org/post/acessibilidade-cultural-na-lei-paulo-gustavo>. Acesso em: 17 dez. 2024.

JESUS. Patrícia Silva de. **Manual do leitor na Perspectiva da Audiodescrição: uma proposta de leitura inclusiva**. Salvador- BA. 2020.

NAGUMO, Estevon; TELES, Lúcio França; SILVA, Lucélia de Almeida. Educação e desinformação: letramento midiático, ciência e diálogo. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 220-237, jan./abr. 2022.

NUNES. Elton Vergara. DANDOLINI. Gertrudes. SOUZA. João Artur. DATAGRAMAZERO. Tarcísio Vanzin. Mídias do Conhecimento: um retrato da Audiodescrição no Brasil. Media of knowledge: a portrait of audio-description in Brazil - **Revista de Ciência da Informação** - v.11 n.6 dez/10 Acesso em 13 de março de 2023

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. In search of the meaning of misinformation. **DataGramZero - Revista de Informação**, v. 15, n. 6, p. 1-15, dez. 2014.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. Acessibilidade cultural e a Lei Paulo Gustavo. **Mapa Cultural do Ceará**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/agent/29026/pdf->

[acessivel-acessibilidade-cultural-e-a-lei-paulo-gustavo.pdf](#). Acesso em: 17 dez. 2024.

ULBRICHT, Vânia Ribas. VANZIN, Tarcísio. VILLAROUCO, Vilma. **Ambiente Virtual de Aprendizagem Inclusivo**. Organizadores: Florianópolis : Pandion, 2011. 352 p. : il. Acesso em 23 de julho de 2023

TRADUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA PARA A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA: desafios da inclusão e os impactos da desinformação

Adriana Lopes do Espírito Santo

Introdução

A inclusão educacional tem sido um tema central nas discussões sobre a garantia de direitos no Brasil, especialmente para estudantes surdos. Apesar dos avanços proporcionados por políticas públicas e legislações específicas, como a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei nº 10.436/2002 e a Lei nº 14.191/2021, que institui a modalidade de educação bilíngue para surdos, os desafios práticos da acessibilidade permanecem significativos. O período da pandemia da Covid-19 intensificou essas dificuldades, expondo lacunas estruturais e pedagógicas que impactaram diretamente a inclusão de estudantes surdos no ensino superior.

No contexto do ensino remoto emergencial, a tradução de textos acadêmicos para Libras revelou-se essencial, mas também profundamente desafiadora. Obstáculos como a escassez de

tradutores especializados, a complexidade dos textos acadêmicos e a ausência de estratégias pedagógicas adequadas destacaram-se. Além disso, a desinformação e a disseminação de fake news agravaram ainda mais a situação, afetando os estudantes surdos, que frequentemente dependiam de informações confiáveis traduzidas para Libras. A falta de acessibilidade linguística nos meios oficiais de comunicação deixou muitos desses estudantes vulneráveis a informações imprecisas sobre a pandemia, ampliando as barreiras ao aprendizado e à inclusão.

A exclusão informacional tornou-se particularmente preocupante nesse cenário. Muitos estudantes surdos, que têm na Libras sua principal forma de comunicação, enfrentaram dificuldades para acessar conteúdos acadêmicos e informações de saúde pública. Como Fernandes e Rosa (2020) apontam, grande parte das crianças surdas nasce em famílias ouvintes, onde a Libras não é praticada, tornando o ambiente escolar fundamental para seu desenvolvimento linguístico. Com o fechamento das escolas e a ausência de suporte adequado no ensino remoto, a exclusão educacional e a desigualdade informacional se aprofundaram.

A tradução de materiais acadêmicos para Libras, nesse contexto, vai além de um desafio técnico: é um processo cultural e linguístico que exige um entendimento profundo do contexto educacional e das especificidades da comunidade surda (Gesser, 2009). A ausência de padronização terminológica em Libras e a insuficiência de formação específica para tradutores tornam a elaboração de materiais acessíveis ainda mais complexa. Durante a pandemia, essas dificuldades foram exacerbadas pela falta de recursos tecnológicos adaptados e pelo aumento da demanda por tradução de conteúdos em um curto período de tempo.

Nesse cenário, a desinformação não foi apenas um efeito colateral da pandemia, mas um fator agravante para a exclusão educacional dos estudantes surdos. A incapacidade de acessar informações claras e confiáveis sobre a Covid-19 em Libras impactou

negativamente a saúde, a segurança e o aprendizado desses estudantes, ampliando as desigualdades já existentes.

Este artigo propõe-se a analisar os desafios e as estratégias adotadas na tradução de textos acadêmicos para Libras durante a pandemia, destacando como a ausência de acessibilidade e a disseminação de desinformação afetam a inclusão de estudantes surdos no ensino superior. Busca-se compreender as dificuldades enfrentadas por tradutores e intérpretes na adaptação de materiais acadêmicos, identificar as lacunas pedagógicas e estruturais que dificultaram o acesso ao conhecimento e propor recomendações para aprimorar as práticas de tradução e inclusão. Ao conectar a importância da tradução acadêmica para Libras com os impactos da desinformação, a pesquisa visa promover uma análise crítica das barreiras enfrentadas pelos alunos surdos em tempos de crise, reafirmando a urgência de políticas públicas que valorizem a diversidade linguística e garantam a equidade educacional.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida neste estudo caracteriza-se como qualitativa e de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de artigos acadêmicos, documentos legais e outros estudos relacionados à inclusão de alunos surdos no ensino superior e à tradução de materiais acadêmicos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). O foco é o contexto da pandemia de COVID-19, período em que as lacunas de acessibilidade e as desigualdades educacionais, bem como a desinformação se tornaram ainda mais evidentes.

A metodologia adotada dialoga diretamente com os desafios apresentados, investigando como a tradução de materiais acadêmicos para Libras foi impactada pelas limitações estruturais e pedagógicas impostas pelo ensino remoto emergencial. Além disso, é dada especial atenção à relação entre a falta de acessibilidade linguística e os impactos da desinformação durante a pandemia,

analisando como esses fatores contribuíram para a exclusão informacional e educacional dos estudantes surdos.

Para tanto, a pesquisa baseia-se em referenciais teóricos como Gil (2008), que destaca a importância da pesquisa qualitativa para a compreensão de fenômenos sociais complexos, e em autores que exploram os desafios da tradução acadêmica em contextos bilíngues e inclusivos, (Gesser, 2009; Bisol, *et al.*, 2010, Da Silva, 2023). A investigação também aborda o papel da disseminação de fake News sobre a covid (Junior, *et al.*, 2020, Guimarães e Carvalho, 2020; Galhardi, *et al.* 2020), considerando como a ausência de informações confiáveis e acessíveis em Libras agravou as desigualdades vivenciadas pelos alunos surdos no ensino superior.

A análise enfatiza as estratégias adotadas por tradutores e intérpretes de Libras durante o período de ensino remoto, destacando práticas bem-sucedidas, lacunas recorrentes e a necessidade de formação específica para profissionais que atuam nesse campo. Além disso, são avaliadas as repercussões pedagógicas e sociais da exclusão informacional no processo de aprendizagem dos estudantes surdos, com vistas a propor recomendações para aprimorar a tradução de textos acadêmicos e promover a inclusão em contextos de crise.

Por fim, a abordagem metodológica busca oferecer uma reflexão crítica sobre as práticas educacionais e de tradução, conectando os desafios enfrentados no período pandêmico às necessidades de fortalecimento do ensino bilíngue. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias pedagógicas que assegurem o direito à educação inclusiva e equitativa para a comunidade surda.

Discussão e análise de dados

O Ensino Superior para Surdos no Brasil: Contexto e Desafios

O acesso e a permanência de estudantes surdos no ensino superior brasileiro têm sido um reflexo das mudanças sociais, educacionais e legislativas ocorridas nas últimas décadas. A inclusão de surdos na educação superior no Brasil começou a se expandir significativamente a partir dos anos 1990, quando as políticas públicas começaram a avançar em direção ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial e ao desenvolvimento de propostas educacionais bilíngues. De acordo com o Censo da Educação Superior (Brasil, 2013), em 2013 havia 8.676 alunos surdos, com deficiência auditiva ou surdocegueira matriculados em instituições de ensino superior no Brasil, um número que continua a crescer devido às políticas públicas de inclusão.

O reconhecimento da Libras pela Lei nº 10.436/2002 e pelo Decreto nº 5.626/2005 foi um marco importante para a inclusão dos surdos no sistema educacional brasileiro. Essas legislações estabeleceram a obrigatoriedade de formação de professores e tradutores/intérpretes de Libras, promovendo um ambiente mais inclusivo para os surdos (Brasil, 2002, 2005). Contudo, apesar de tais avanços, ainda existem barreiras significativas, tanto estruturais quanto pedagógicas, que dificultam a plena inclusão desses estudantes no ensino superior. A criação de núcleos de acessibilidade nas universidades, promovida pelo Decreto nº 7.611/2011, tem sido uma tentativa de enfrentar essas barreiras, mas a efetiva implementação dessas iniciativas ainda é limitada pelas dificuldades financeiras e estruturais das instituições de ensino.

Para Bisol *et al.* (2010), a trajetória educacional dos surdos no Brasil é marcada por uma mudança significativa desde os anos 1990, quando as escolas bilíngues para surdos começaram a surgir, proporcionando uma formação que valoriza a língua de sinais e a cultura surda. Este movimento foi fundamental para a formação de

um número crescente de estudantes surdos preparados para ingressar no ensino superior. No entanto, a transição do oralismo para o bilinguismo, que favorece o uso da língua de sinais como língua natural dos surdos, é um processo que continua a gerar debates no país. O oralismo, que predominou até as décadas de 1960 e 1970, defendia o uso exclusivo da língua oral, o que dificultou o desenvolvimento da língua de sinais. Foi somente nas últimas décadas que a língua de sinais passou a ser reconhecida como uma ferramenta importante para o desenvolvimento cognitivo e linguístico dos surdos, permitindo-lhes maior acesso à educação de qualidade.

Mesmo com esses avanços, a inclusão dos surdos no ensino superior ainda enfrenta desafios consideráveis. O contexto universitário brasileiro apresenta uma série de obstáculos para a adaptação de estudantes surdos, principalmente no que se refere à compreensão da linguagem acadêmica, que é muitas vezes complexa e formal (Da Silva, 2023). Estudantes surdos frequentemente enfrentam dificuldades na leitura e produção de textos, questões que são acentuadas por um histórico educacional marcado pela falta de foco no letramento em português escrito. Guarinello *et al.* (2009) destacam que muitos surdos enfrentam dificuldades ao lidar com gêneros acadêmicos como relatórios e trabalhos de conclusão de curso, devido a um ensino primário que não priorizou o desenvolvimento dessas habilidades.

A presença de intérpretes de Libras nas universidades é essencial para garantir a comunicação entre estudantes surdos e seus professores, mas não é suficiente para garantir a plena inclusão desses alunos no processo educacional. A Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de tradutor/intérprete de Libras, é um passo importante para a valorização da profissão e para a garantia do direito dos surdos à acessibilidade (Brasil, 2010). No entanto, muitos estudantes relatam a falta de intérpretes qualificados nas

universidades, além da falta de preparação de professores para trabalhar de forma eficaz com esses profissionais (ROCHA, 2014).

Santana (2011) aponta que a heterogeneidade da Libras e as particularidades da linguagem acadêmica representam desafios adicionais para os estudantes surdos. A formalidade da linguagem acadêmica nem sempre encontra correspondência na estrutura linguística da Libras, o que pode dificultar a compreensão de conteúdos complexos. A adaptação de materiais didáticos e a formação continuada dos professores são medidas essenciais para garantir que os alunos surdos possam acompanhar o currículo de forma efetiva. Contudo, mesmo com as legislações e políticas públicas voltadas à inclusão, a falta de apoio institucional e de materiais adaptados ainda é um obstáculo considerável.

O estudo de Foster, Long e Snell (1999) revela que, embora os alunos surdos apresentem engajamento com a aprendizagem semelhante ao de seus colegas ouvintes, eles se sentem menos integrados à vida universitária devido a falhas no sistema de apoio. A demora na tradução das informações, a dificuldade em manter o contato visual com os professores e intérpretes, e a perda de informações durante as aulas são apenas algumas das dificuldades enfrentadas por esses estudantes. Goffredo (2004) também ressalta que a presença de intérpretes nas universidades, embora importante, não garante a inclusão plena dos estudantes surdos, sendo necessário um apoio contínuo e adequado para garantir sua permanência e sucesso acadêmico.

Em termos de políticas públicas, o Brasil tem avançado significativamente em termos legislativos, mas a implementação dessas políticas ainda encontra desafios estruturais e financeiros. A formação de intérpretes, a capacitação de professores e a adaptação dos materiais didáticos são áreas que precisam de atenção constante para que a inclusão dos surdos no ensino superior seja efetiva. Além disso, é fundamental que as universidades invistam em pesquisas e avaliações constantes sobre as necessidades específicas dos

estudantes surdos para garantir que as políticas de inclusão atendam de fato às suas demandas.

Deste modo, o acesso e a permanência dos surdos no ensino superior no Brasil têm avançado, mas ainda enfrentam desafios significativos. A legislação, as políticas públicas e a valorização da língua de sinais são passos importantes, mas a verdadeira inclusão dos surdos depende de mudanças estruturais, adaptações pedagógicas e da capacitação contínua de docentes e intérpretes. Só assim será possível garantir que os estudantes surdos tenham acesso pleno ao conhecimento e à integração social no ambiente universitário.

O papel da tradução acadêmica para libras na inclusão educacional

A educação superior é um direito constitucional, devendo ser garantida a todos os cidadãos, independentemente de suas diferenças, deficiências ou necessidades específicas (Brasil, 1988). No entanto, apesar de avanços significativos, as pessoas surdas ainda enfrentam muitas barreiras para o acesso e permanência no ensino superior. Segundo dados do censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), aproximadamente 46 milhões de pessoas no Brasil apresentam algum grau de dificuldade nas habilidades de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, sendo que 5,1% da população apresenta dificuldades para ouvir. Dentre essas, uma parte significativa encontra desafios específicos ao se inserir no espaço acadêmico, especialmente devido à comunicação e à acessibilidade em ambientes universitários.

A inclusão educacional da pessoa surda na universidade enfrenta ainda desafios significativos, como a escassez de materiais didáticos adaptados, a falta de conhecimento dos docentes sobre as necessidades comunicacionais do aluno surdo e a carência de formação continuada para os educadores. A legislação que assegura os direitos dos surdos, como a Lei nº 14.191, de 2021, e as para a educação bilíngue, representam avanços importantes, mas é

necessário garantir que essas normas se traduzam em práticas educacionais efetivas nas universidades (Da Silva, 2023).

Historicamente, a educação de pessoas surdas no Brasil passou por diferentes fases, marcadas por práticas ora inclusivas, ora segregadoras. O movimento em direção à inclusão ganhou força a partir da promulgação de legislações específicas, como o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, reconhecendo a Libras como meio legal de comunicação e expressão no Brasil. Esse reconhecimento impulsionou mudanças significativas nas políticas educacionais, destacando a importância de recursos acessíveis, como materiais traduzidos para Libras, para viabilizar o aprendizado de alunos surdos.

A Lei nº 14.191/2021, que estabelece a modalidade de educação bilíngue de surdos, reforça ainda mais a necessidade de estratégias que garantam a acessibilidade linguística no ambiente acadêmico. Essa modalidade promove a educação em dois idiomas: Libras, como primeira língua, e o português, como segunda língua, escrita. Nesse cenário, a tradução acadêmica desempenha um papel mediador, viabilizando que os alunos surdos tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa e participativa. Conforme Gesser (2009), a tradução não é apenas um ato técnico, mas um processo cultural e linguístico que demanda competências específicas para garantir a efetividade da comunicação.

A tradução e interpretação acadêmica de textos em Libras para o ensino superior são ferramentas fundamentais para a inclusão educacional da pessoa surda. Elas permitem a expressão do ser surdo por meio de sua produção acadêmica, o que não só favorece a aprendizagem, mas também possibilita o reconhecimento da cultura surda no ambiente universitário. Contudo, a prática da tradução acadêmica em Libras ainda encontra vários obstáculos estruturais, desde a falta de formação especializada para os profissionais de Libras, até a insuficiente adaptação das instituições para garantir a permanência dos alunos surdos (Da Silva, 2023).

Um dos maiores desafios enfrentados pelos tradutores de Libras na área acadêmica é a complexidade dos textos técnicos e científicos, muitas vezes repletos de terminologias específicas e conceitos abstratos. A falta de padronização terminológica em Libras, aliada à escassez de tradutores especializados na área acadêmica, dificulta a produção de materiais acessíveis. De acordo com Goldfeld (1997), a inclusão educacional vai além da mera presença física de alunos com deficiência em instituições regulares de ensino, exigindo a adoção de práticas que efetivamente atendam às suas necessidades específicas.

A tradução acadêmica de textos em Libras é um processo complexo, que envolve não apenas o conhecimento técnico da Língua de Sinais, mas também a compreensão do conteúdo acadêmico e a capacidade de fazer escolhas linguísticas e de sentido adequadas. A atuação do Tradutor Intérprete Educacional de Língua Brasileira de Sinais Libras Língua Portuguesa (TILSP) não se resume a uma simples transcrição de palavras, mas envolve a adaptação de conceitos e a criação de estratégias interpretativas que favoreçam a compreensão do conteúdo pelos alunos surdos. Essa tarefa exige um conhecimento profundo das duas línguas em questão, além de uma sensibilidade para as particularidades culturais e linguísticas da comunidade surda (Da Silva, 2023).

Para superar esses desafios, é essencial investir na formação de tradutores e intérpretes de Libras com foco na área acadêmica, bem como na produção de glossários especializados e no desenvolvimento de tecnologias assistivas. A produção colaborativa de materiais acessíveis, envolvendo professores, tradutores e a própria comunidade surda, também se apresenta como uma estratégia eficaz para garantir que os materiais traduzidos atendam às demandas do público-alvo.

O papel do TILSP no ensino superior é fundamental para garantir a inclusão educacional dos alunos surdos, e isso requer uma atuação que vá além da simples tradução, envolvendo um processo

de mediação cultural e linguística. O TILSP deve ser visto como um mediador ativo no processo de aprendizagem, sendo capaz de adaptar o conteúdo acadêmico de forma que seja acessível ao aluno surdo, sem perder a complexidade e a profundidade do saber acadêmico.

Os desafios encontrados pelos TILSP, conforme apontado em diversos estudos, como no trabalho de Lima *et al.* (2016), revelam a fragilidade da formação desses profissionais, a falta de material didático adequado e o desconhecimento dos docentes sobre o papel do TILSP no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, os alunos surdos frequentemente não buscam, de forma proativa, os recursos disponíveis para a sua formação, em parte devido à falta de informação sobre seus direitos e deveres no contexto acadêmico.

A análise dos desafios e das possibilidades da atuação do TILSP no ensino superior revela a importância de uma formação contínua e de uma maior integração entre os profissionais da educação e os TILSP. A falta de preparação dos docentes e a carência de recursos adaptados contribuem para a fragilidade da inclusão educacional no ensino superior, mas, com as devidas adaptações, a atuação do TILSP pode ser um fator crucial para garantir o sucesso acadêmico do estudante surdo (Da Silva, 2023).

Pandemia de Covid-19 no Brasil: Crise Sanitária e Informacional

A pandemia de Covid-19, desencadeada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, revelou-se um dos maiores desafios globais do século XXI. Seu impacto não foi limitado ao sistema de saúde, mas se estendeu à economia, à sociedade e, particularmente, ao ambiente informacional. No Brasil, a crise sanitária foi acompanhada de uma crise informacional, exacerbada por desinformação e negacionismo científico, que contribuiu para o agravamento da situação de saúde pública. Este contexto evidencia a profunda interação entre os desafios epidemiológicos e os impactos das informações circulantes, que podem tanto salvar vidas

quanto contribuir para a disseminação de comportamentos de risco (Junior *et al.*, 2020).

Desde o início da pandemia, em 2019, o mundo enfrentou a rápida propagação do novo coronavírus, com a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarando a Covid-19 como uma pandemia em março de 2020. Com o avanço da doença e a falta de tratamentos eficazes e vacinas, medidas de prevenção, como o uso de máscaras e o distanciamento social, tornaram-se essenciais. No entanto, no Brasil, além dos obstáculos impostos pela crise sanitária, a pandemia foi marcada pela disseminação de informações imprecisas e, muitas vezes, manipuladas, que se tornaram um dos maiores inimigos no combate ao coronavírus (Santos, 2020).

A desinformação, propagada por meio das redes sociais, gerou um fenômeno denominado "infodemia", caracterizado pela produção e compartilhamento excessivo de notícias falsas, muitas delas alinhadas com ideologias políticas (Junior *et al.*, 2020). As falácias sobre o uso de medicamentos sem comprovação científica, como a cloroquina e a ivermectina, ilustram o impacto da falta de informações corretas e da política de "soluções rápidas". Tais informações errôneas não só levaram à automedicação de milhões de brasileiros, mas também contribuíram para o aumento da resistência ao distanciamento social, uma das principais recomendações das autoridades de saúde (Guimarães & Carvalho, 2020).

A disseminação de *fake news* sobre o vírus e suas consequências teve impactos diretos na saúde pública e na adesão da população às medidas de prevenção. As notícias falsas sobre a pandemia geraram pânico e incerteza, distorcendo a percepção de riscos e dificultando o enfrentamento da crise. A falta de uma comunicação clara e precisa, somada à circulação de informações erradas, ampliou o caos social e prejudicou os esforços das autoridades sanitárias.

A Crise Informacional e o Ensino Remoto no Brasil

O impacto das *fake news* não se limitou ao campo da saúde. A pandemia também teve profundos reflexos no sistema educacional, especialmente com a implementação do ensino remoto, uma medida adotada para minimizar os danos do fechamento de escolas e universidades. A suspensão das aulas presenciais, necessária para o controle da disseminação do vírus, expôs desigualdades estruturais já presentes no Brasil, principalmente no que se refere ao acesso à tecnologia e à internet (Galhardi *et al.*, 2020).

As instituições educacionais foram forçadas a se adaptar rapidamente ao ensino remoto, o que revelou uma grande disparidade no acesso a recursos digitais. Estudantes de comunidades mais vulneráveis enfrentaram dificuldades em acessar plataformas online devido à falta de dispositivos adequados e conexão de qualidade, criando uma barreira significativa para o aprendizado. Além disso, o cenário de desinformação agravou ainda mais essa situação, uma vez que informações falsas sobre a eficácia do ensino remoto e as estratégias de prevenção do vírus afetaram a percepção dos alunos, pais e professores sobre as soluções digitais para a continuidade das aulas (Galhardi *et al.*, 2020).

A "infodemia" teve um papel central nesse processo, pois não só impactou a saúde pública, mas também interferiu diretamente no campo educacional. As *fake news* sobre a Covid-19, suas formas de contágio e prevenção influenciaram negativamente o comportamento de alunos e professores, criando confusão e insegurança. Informações imprecisas sobre o vírus e o uso de tecnologias educacionais geraram desconfiança nas ferramentas de ensino remoto, o que prejudicou a adesão ao modelo proposto pelas autoridades educacionais.

Além disso, a disseminação de notícias falsas sobre a pandemia e suas consequências agravou a exclusão educacional, uma vez que muitos estudantes, já em situação de vulnerabilidade,

se viram ainda mais distantes da educação de qualidade. A desinformação sobre o uso de tecnologias educacionais e a eficácia do ensino remoto também afetaram a confiança dos pais e professores, dificultando a implementação de estratégias pedagógicas eficazes. Como destacam Galhardi et al. (2020), a combinação da infodemia com a pandemia evidenciou a necessidade urgente de fortalecer a alfabetização midiática e digital, tanto para combater a desinformação quanto para reduzir seus danos no contexto educacional.

A Pós-Verdade e as Desigualdades Digitais

Para Figueira e Santos (2020), a pandemia de Covid-19 também colocou em evidência o fenômeno da "pós-verdade", onde as emoções e crenças pessoais muitas vezes prevalecem sobre os fatos objetivos, criando um ambiente propício para a disseminação de fake news. Esse fenômeno, amplificado pela falta de uma educação digital eficaz, gerou um cenário de desinformação que afetou diretamente as decisões individuais e coletivas no enfrentamento da pandemia (Figueira & Santos, 2020).

A crise sanitária também expôs as desigualdades no acesso à informação, exacerbando as lacunas digitais entre as classes sociais. Embora as redes sociais e a internet tenham democratizado o acesso às notícias, o processo de assimilação e disseminação de informações ainda é desigual. A falta de alfabetização digital na população foi um fator crítico para a propagação de *fake news*, pois muitos indivíduos, sem as habilidades necessárias para avaliar a veracidade das informações, se tornaram vulneráveis a mensagens enganosas (Guimarães & Carvalho, 2020).

O Brasil, com suas desigualdades sociais profundas, enfrentou um desafio adicional durante a pandemia: a exclusão digital. Estudantes de áreas remotas ou em situações de vulnerabilidade social, muitas vezes sem acesso a dispositivos adequados ou à internet de qualidade, foram os mais afetados pela

transição para o ensino remoto. Ao mesmo tempo, a disseminação de *fake news* sobre as soluções educacionais digitais, associada à falta de informação adequada, dificultou ainda mais o processo de adaptação ao novo modelo educacional (Henriques, 2020). Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão digital e a alfabetização midiática, para que a população possa acessar informações de forma crítica e segura, especialmente em tempos de crise.

A pandemia de Covid-19 no Brasil não representou apenas uma crise sanitária, mas também uma crise informacional, cujos efeitos se estenderam a vários aspectos da vida social, econômica e educacional. A disseminação de *fake news*, exacerbada pela "infodemia", gerou um ambiente de desinformação que prejudicou a saúde pública e ampliou as desigualdades educacionais. A falta de alfabetização digital e a desigualdade no acesso à informação foram fatores críticos para o agravamento desses problemas.

O enfrentamento eficaz da pandemia requer, além de políticas públicas de saúde, uma conscientização coletiva sobre a importância da ciência, da educação digital e da disseminação de informações baseadas em evidências. A crise de saúde pública que o país enfrentou está longe de ter sido resolvida, mas é certo que, para avançar, é essencial combater a desinformação e promover uma cultura de respeito à ciência e à saúde coletiva, garantindo que todos tenham acesso às informações necessárias para tomar decisões informadas em tempos de crise.

Desafios para Alunos Surdos na Pandemia e a Desinformação

A pandemia da COVID-19 impôs profundas transformações no cenário educacional global, trazendo desafios significativos para a educação, especialmente para os alunos surdos. O ensino remoto emergencial, adotado como medida de contenção da pandemia, evidenciou lacunas estruturais preexistentes no sistema educacional e expôs as barreiras enfrentadas pelos alunos surdos. As dificuldades

associadas ao acesso à educação inclusiva, a falta de estratégias pedagógicas adequadas e a desinformação sobre as necessidades específicas desses estudantes resultaram em um impacto negativo em seu processo de aprendizagem, reforçando a exclusão educacional e social.

A transição abrupta para o ensino remoto gerou um cenário desafiador para alunos surdos, que dependem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal meio de comunicação. Como afirmam Francisco *et al.* (2021), a virtualização das aulas comprometeu a comunicação visual essencial para esses estudantes, uma vez que muitas escolas não estavam preparadas para oferecer o suporte adequado, como intérpretes de Libras ou materiais acessíveis. As plataformas digitais, amplamente utilizadas para a realização das aulas, não estavam adaptadas às necessidades dos alunos surdos, exacerbando desigualdades e dificuldades já existentes no sistema educacional (Cruz & Calvo, 2021).

A ausência de intérpretes de Libras nas aulas remotas foi um dos maiores obstáculos à aprendizagem desses alunos. Segundo Lopes e Silva (2020), muitos conteúdos foram transmitidos exclusivamente por vídeos ou textos, sem qualquer adaptação visual, o que resultou em um retrocesso significativo na aquisição de conteúdos pelos alunos surdos. Além disso, o distanciamento social dificultou a comunicação entre alunos e professores, comprometendo o vínculo pedagógico e emocional essencial para o processo de ensino-aprendizagem (Francisco *et al.*, 2021). A exclusão digital, associada à falta de recursos tecnológicos e à baixa conectividade, foi outro fator que dificultou o acesso dos alunos surdos às aulas remotas, tornando a continuidade da aprendizagem ainda mais desafiadora (Abreu, 2020).

Outro aspecto crítico durante a pandemia foi a desinformação sobre a Covid-19 e as medidas de prevenção, que atingiram de forma desigual os alunos surdos. A falta de informações acessíveis, especialmente em Libras e com legendas adequadas,

dificultou o acesso desses alunos às orientações sobre a doença e os cuidados necessários. Como destacam Rocha e Pinto (2022), a ausência de comunicação acessível em plataformas tradicionais de comunicação, como TV e rádio, resultou em um ambiente de insegurança e incerteza para os surdos, afetando diretamente sua saúde mental e emocional.

Além da falta de acesso a informações claras e adaptadas, a pandemia também revelou as limitações das políticas públicas voltadas para a educação inclusiva. O Brasil já contava com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece diretrizes para a educação inclusiva, mas sua implementação foi insuficiente durante o período de pandemia. As escolas, em muitos casos, não estavam preparadas para garantir a acessibilidade nas aulas remotas, e os educadores não receberam a formação adequada para lidar com as necessidades específicas dos alunos surdos no ambiente digital. A falta de políticas públicas que priorizassem a adaptação do ensino remoto para atender às necessidades educacionais desses alunos resultou em um aumento da exclusão educacional (Francisco *et al.*, 2021).

A sobrecarga das famílias também foi um fator importante no agravamento da exclusão educacional dos alunos surdos durante a pandemia. Muitos estudantes surdos, cujos pais são ouvintes, ficaram sem o suporte necessário em casa para garantir a continuidade da aprendizagem. Como destacam Fernandes e Rosa (2020), 95% das crianças surdas nascem em lares com pais ouvintes, e a pandemia interrompeu o contato diário com a Libras, dificultando ainda mais a comunicação em casa. Essa situação, aliada à falta de recursos tecnológicos e à desinformação sobre como apoiar a aprendizagem dos filhos surdos, contribuiu para o aumento das desigualdades educacionais.

Embora o ensino remoto tenha sido uma alternativa emergencial, ele expôs a urgência de repensar as estratégias pedagógicas para garantir uma educação inclusiva e acessível. A

tecnologia, embora tenha oferecido novas possibilidades de comunicação para os surdos, não foi suficiente para suprir a necessidade de adaptação das aulas ao formato visual da Libras, como destacado por Lacerda (2006). A presença constante de intérpretes nas aulas, como mediadores entre o professor e o aluno surdo, foi fundamental para garantir a compreensão dos conteúdos e a participação ativa dos alunos. No entanto, as plataformas digitais nem sempre eram projetadas para atender às necessidades visuais da Libras, o que dificultou ainda mais a participação dos alunos surdos nas aulas remotas.

Em resposta a esses desafios, diversas iniciativas surgiram com o intuito de mitigar os efeitos da pandemia sobre a educação dos alunos surdos. A criação de canais de comunicação em Libras, como vídeos e palestras traduzidas, e a inclusão de intérpretes de Libras em aulas virtuais passaram a ser medidas essenciais para garantir a continuidade do aprendizado. No entanto, essas iniciativas ainda são insuficientes e precisam ser ampliadas e consolidadas para que a educação inclusiva seja uma realidade no contexto pós-pandemia (Francisco *et al.*, 2021).

A adaptação das escolas e das políticas educacionais a essa nova realidade também foi um grande desafio. O uso de ferramentas digitais adaptadas e a formação contínua de educadores para lidar com as especificidades dos alunos surdos são medidas urgentes para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. A valorização da Libras como língua de instrução e a implementação de planos educacionais individualizados, com a colaboração entre professores, intérpretes e famílias, são essenciais para garantir que os alunos surdos possam acessar o conhecimento de forma igualitária e eficaz (Maués *et al.*, 2007).

A pandemia revelou as fragilidades do sistema educacional em relação à inclusão de alunos surdos e expôs a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que garantam a acessibilidade em todos os níveis educacionais, tanto no ensino remoto quanto no

presencial. A desinformação, a exclusão digital e a falta de estratégias pedagógicas adequadas comprometeram o direito à educação dos alunos surdos, conforme previsto pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Para superar esses desafios, é necessário um compromisso coletivo entre família, escola e Estado, promovendo políticas públicas que assegurem a acessibilidade em todos os níveis educacionais e garantam uma educação inclusiva e equitativa para todos os alunos, independentemente de suas condições (Santos & Kumada, 2023).

Considerações finais

A inclusão educacional de alunos surdos no ensino superior, especialmente durante a pandemia de Covid-19, expôs uma série de desafios relacionados à acessibilidade, tradução de materiais acadêmicos e adaptação de práticas pedagógicas. A crise sanitária ressaltou a urgência em garantir que a educação para surdos fosse conduzida de forma eficaz, respeitando o direito à educação e ao conhecimento, através do uso de tecnologias e da tradução de textos para Libras. Contudo, a escassez de estratégias adequadas e a falta de profissionais qualificados representaram obstáculos significativos, comprometendo a eficácia da educação inclusiva.

A tradução de materiais acadêmicos para Libras durante a pandemia foi fundamental, mas também evidenciou limitações quanto à qualidade e à quantidade de recursos disponíveis. A criação de conteúdos acessíveis em Libras e o investimento em profissionais especializados são questões essenciais que precisam ser enfrentadas, com políticas públicas adequadas e ações coordenadas entre as instituições de ensino superior.

A análise das condições de inclusão educacional para surdos no contexto pandêmico revelou avanços, mas também expôs diversos desafios. Para alcançar uma inclusão plena, é crucial que a comunidade acadêmica busque continuamente soluções inovadoras, além de fomentar a formação continuada de docentes e

intérpretes de Libras. As políticas de educação bilíngue, respaldadas pela Lei nº 14.191/2021, são determinantes para facilitar o acesso e a permanência de alunos surdos no ensino superior, mas devem ser acompanhadas de práticas pedagógicas que considerem as particularidades linguísticas e culturais desse público.

Este estudo reafirma, portanto, a relevância de políticas públicas eficazes e de ações de inclusão que garantam a participação integral dos surdos no contexto educacional. Destaca-se a necessidade de um comprometimento coletivo entre governo, instituições de ensino e sociedade para a construção de um ambiente acessível e inclusivo para todos, especialmente para os surdos, no ensino superior.

Referências

BISOL, Cláudia Alquati et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, p. 147-172, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da Educação Superior 2006**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Censo da educação superior 2013**.

BRASIL. A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2007

BRASIL. Lei nº 14.191,. Institui a modalidade de educação bilíngue de surdos no Brasil. **Diário Oficial da União**. 2021.

BISOL, C.A.; VALENTINE, C.B; SIMIONI, J.L; ZANCHIM, J. ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr. 2010.

CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.8, n.2, p.127-156, maio, 2002.

DA SILVA, J. C.; DIODATO, J. R. Desafios Da Atuação Do Tils No Ensino Superior: Da Tradução À Interpretação Em Libras. **International Journal Education And Teaching (Pdvl)** Issn 2595-2498, V. 6, n. 3, p. 175-187, 2023.

FERNANDES, D. da S. M.; ROSA, K. N. da S. A utilização de aulas remota no atendimento educacional especializado para surdos: desafios e possibilidades frente a pandemia. Salvador, Bahia:Anped, 2020.

FOSTER, S.; LONG, G.; SNELL, K. Inclusive instruction and learning for deaf students in postsecondary education. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, Oxford, v.4, n.3,p.225-235, Summer, 1999.

FRANCISCO, G. da S. A. M. .; SANTOS, A. F. dos; SILVA, A. M. .; KIFER, C. P.; NUNES, L. B.; MANNARINO, N. M. S. COVID-19: Materials produced in Libras during the pandemic. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 9, p. e6010917699, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.17699. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17699>. Acesso em: 26 dec. 2024.

GALHARDI, C.P; FREIRE, N.P; MINAYO, N.P.S; FAGUNDES, M.C.M; Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(Supl.2):4201-4210, 2020.

GUARINELLO, A. C., BERBERIAN, A. P., SANTANA, A. P., BORTOLOZZI, K., SCHEMBERG, S. & FIGUEREDO, L. C. 'Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis.' **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, 15 (1), pp.99–120. 2009.

GUIMARAES, A.S; CARVALHO W.R.G; Desinformação, Negacionismo e Automedicação: a relação da população com as drogas "milagrosas" em meio à pandemia da COVID-19. **InterAm J Med Health** 2020.

GESSER, Audrei. "**Libras? Que língua é essa?**" São Paulo: Parábola, 2009.

GOFFREDO, V. L. F. S. A Inclusão da pessoa surda no ensino superior. **Fórum**, Rio de Janeiro, v.10, p.16-22, dez. 2004.

JUNIOR, J.H.S; RAASCH, M., SOARES, J.C, RIBEIRO, L.V.H.A.S. Da Desinformação ao Caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do Coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção** – Salvador, v. 13, n. 2, Edição Especial, p. 331-346, abril, 2020.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Caderno CEDES**, Campinas, v.19, n.46, p.68-80, set. 1998.

MARTINS, V. R. O. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.157-166, jun. 2006.

MARSCHARK, M. et al. Access to postsecondary education through sign language interpreting. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, Oxford, v.10, n.1, p.38-50, Winter 2005.

ROCHA, B. O olhar do professor universitário em relação a inclusão do aluno surdo na Educação Superior. Trabalho de Conclusão de Curso. Fonoaudiologia. Brasil: Universidade Federal de Santa Catarina. 2011.

SAMPAIO, I. S.; SANTOS, A. A. Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.7, n.1, p.31-38, jan. 2002.

SANTANA, A. P. Surdez e Linguagem: aspectos neurolinguísticos. Sao Paulo: Editora Plexus; **Journal of Research in Special Educational Needs**, 16 85–88. 2016.

(NÃO) COINCIDÊNCIAS DE 22: regularidades no funcionamento da desinformação em campanhas eleitorais separadas por um século

Fabiano Ormaneze

Introdução

A percepção de que a história é cíclica e, portanto, que acontecimentos retomam temporalidade, já é objeto de muitas abordagens. Um simples exame de fatos presentes em qualquer cronologia demonstra que o passar do tempo faz com que determinadas ações e, mais que isso, sentidos sobre fatos, voltem a ser formulados e circulem. Esse embate entre ser “o novo” ou ser “uma nova forma de um acontecimento se manifestar” explicita a perspectiva de Pêcheux ([1975] 2009; [1983] 2010b), que contrapõe memória e esquecimento.

Para o autor, enunciados produzidos em outro momento da história podem ser atualizados em novas formulações ou, então, rejeitados. Essa segunda possibilidade, ainda assim, carrega consigo a presença do enunciado em outro momento da história, configurando a ideia de que o sentido é sempre construído na historicidade. Tal posição corrobora ainda uma perspectiva

epistemológica sobre a história, que emergiu contemporaneamente à etapa final da formulação da teoria pecheutiana: a ideia defendida por Le Goff ([1983] 1990) de que a história não corresponde a uma linha de tempo uniforme. Assim, acontecimentos políticos podem ser compreendidos como sintomas de uma longa duração social, envolvendo subjetividade, identidade e diferentes temporalidades.

A ideia de que não se trata de período (o que seria uma perspectiva muito linear, com começo e fim possíveis de serem delimitados) é refutada por Le Goff já em um de seus primeiros e mais expressivos trabalhos, "A civilização do ocidente medieval" ([1964] 2018), em que o autor mostra que, embora a Idade Média tenha tido uma data de encerramento, a mentalidade nascida no seio das relações de poder medievais não se encerra no século XV, mas adentra os seguintes. Por outro lado, como a modernidade nasceu como um discurso de oposição e de denúncia ao obscurantismo, a mentalidade medieval se faz presente nos séculos seguintes por meio de traços que, muitas vezes, aparecem disfarçados ou não reconhecíveis, porque já adquiriram o caráter de regularidade ou se encontram normalizados.

Essa breve abordagem da historicidade e de suas relações com a memória e com o acontecimento serve, neste trabalho, para introduzir uma análise entre fatos históricos separados por um século: trata-se de um reflexão sobre regularidades observadas no uso de *fake news* – a principal materialidade da desinformação – durante campanhas eleitorais para a Presidência da República.

Considerando a história de modo cronológico, entre 1922 e 2022, há muitas diferenças que poderiam levar à percepção de que se trata de períodos históricos distintos e, portanto, pouco comparáveis. Apenas para citar as mais evidentes distinções, naquele início de século XX o país vivia ainda a Primeira República, com uma população sete vezes menor do que a recenseada em 2022; o interior era ainda praticamente desconhecido e os meios de comunicação eram reduzidos a jornais e revistas editados nas capitais; o rádio seria

a novidade para aquele ano de comemorações para o centenário da Independência.

Já como um prenúncio de que, embora temporalmente distantes, esses dois “22” separados por um século têm mais semelhanças do que diferenças e, portanto, a resistência/reexistência de determinadas estruturas hegemônicas de poder que as balizam, está o fato de que, cada um a seu modo, as duas eleições foram marcadas pela difusão de notícias fraudulentas⁸. Além disso, o século que (não) aparta determinados sentidos contou também com a credibilidade da imprensa para que determinados enunciados, ainda que para gerarem desinformação, circulassem em busca de favorecimentos políticos.

Fatos em 22

Em 1922, a disputa eleitoral pela presidência da República, para substituir Epitácio Pessoa (1865-1942), acirrava-se entre Artur Bernardes (1875-1955) e Nilo Peçanha (1867-1924). O primeiro, que se tornaria presidente e tomaria posse em 15 de novembro daquele ano, era o candidato do Partido Republicano Mineiro e representante da política conhecida como Café com Leite, que, nas primeiras décadas do século XX, alternava e elegia candidatos das oligarquias paulista e mineira. Peçanha nascera no Rio de Janeiro e havia governado o Brasil entre 1909 e 1910, depois da morte do presidente Afonso Pena (1847-1909). Mais de 10 anos depois, desejava voltar ao cargo majoritário. A década de 1920, pelos fatos ocorridos nessa eleição e suas consequências, é caracterizada por Fausto (2019, p. 73) como “ruidosa”, em função de uma série de acontecimentos que balançavam a estabilidade política brasileira:

⁸ Opto aqui por usar “fraudulenta” no lugar de “falsa”, por entender que as *fake news* não são apenas enunciados mentirosos, ou seja, que não guardam referência com a realidade. São antes atos fraudulentos, em um momento de torção discursiva que serve a determinados objetivos, estando comprometidos apenas com interesses de indivíduos ou grupos.

No quadro da Primeira República, 1922 foi um ano especial, marcado pela diversidade de acontecimentos. Em 5 de julho, ocorreu o episódio do Forte de Copacabana, abrindo o ciclo dos movimentos tenentistas; em 15 de novembro, tomou posse na Presidência da República o mineiro Artur Bernardes; antes, em março, um grupo de trabalhadores, em sua maioria provenientes do anarquismo, fundaria o Partido Comunista do Brasil. Os dois primeiros fatos tiveram imediata repercussão; o último só ganharia importância anos mais tarde, quando o PCB se tornou um dos protagonistas do jogo político, embora quase sempre na ilegalidade. (Fausto, 2019, p. 73)

Cem anos depois, em polarização política que descaracteriza a proposta pluripartidária da democracia brasileira, disputavam a eleição o então presidente Jair Bolsonaro, que tomara posse em 2019, e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que havia governado o Brasil em dois mandatos seguidos entre 2003 e 2010. Por mais que seja simplista assim dizer, os efeitos que circulavam sobre essas duas candidaturas e as posições assumidas pelos candidatos direcionavam-se a um imaginário dividido entre direita e esquerda, conservadorismo e progressismo.

Diante da impossibilidade de analisar os enunciados e sentidos que circulavam socialmente pela oralidade em 1922, debruço-me neste artigo a refletir sobre como o estatuto da imprensa – que mais contemporaneamente tem como fundamento a preservação do interesse público – pode ela própria servir à desinformação, conferindo credibilidade – ao menos momentânea – a informações inverídicas e fraudulentas. Além disso, a proposta

deste trabalho é discutir de que maneira determinadas posições a respeito de três agentes – a moralidade, o exército e a imprensa – encontram semelhanças e distinções em enunciados colocados em circulação nesses dois momentos da política nacional, separados por 100 anos.

Dos fatos de 1922 às regularidades em 2022

Em 1922, numa época em que a imprensa brasileira ainda não tinha vivenciado a transformação provocada pelo discurso positivista e tampouco a imparcialidade e a objetividade eram horizontes, a credibilidade da imprensa foi utilizada como parte das estratégias de propaganda e para a criação de um cenário de desinformação. Naquelas primeiras décadas do século XX, como destaca Sodré (1966), a imprensa tinha um caráter deliberadamente partidário e, por vezes, panfletário:

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, era o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões dos indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a

política, em suma – desta ou daquela personalidade, trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo. (Sodré, 1966, p. 377)

Jornais e revistas surgiam – entre eles o diário carioca *Correio da Manhã*⁹, objeto de análise neste trabalho, que circulou pela primeira vez em 15 de junho de 1901 – para difundir ideias de determinados grupos políticos e sociais, com predomínio de textos opinativos e não raros laudatórios. Esses veículos, no entanto, construíam uma credibilidade baseada no poder historicamente dado à palavra escrita e à imagem que mantinham socialmente escritores, intelectuais e jornalistas.

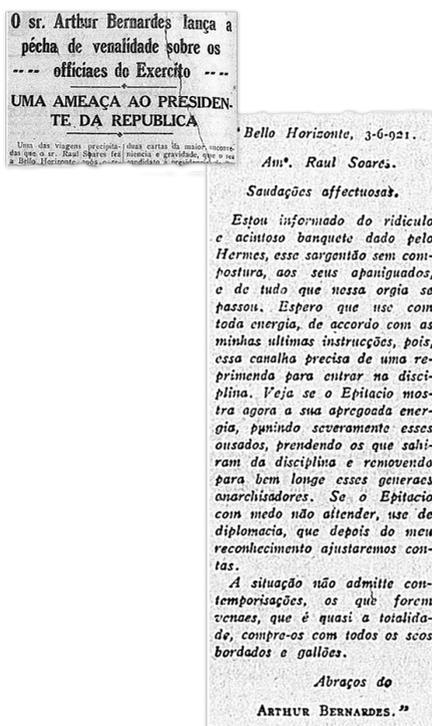
Durante a campanha presidencial de 1922, o fato de maior repercussão no momento e nos anos posteriores ficou conhecido como “o episódio das cartas falsas”. Bernardes foi acusado de escrever duas cartas, endereçadas ao senador Raul Soares (1877-1924), publicadas em 9 e 13 de outubro de 1921 no *Correio da Manhã*, em que atacava o ex-presidente Hermes da Fonseca (1855-1923). Naquele momento, um ano antes das eleições, Bernardes e Fonseca eram considerados os principais adversário na disputa pela presidência. Ambas as cartas foram comprovadas como falsas a partir de exames grafotécnicos, solicitados por Bernardes após alegar que não as teria escrito. O *Correio da Manhã* era um jornal consolidado em 1922 e tinha caráter popular: “Folha de oposição, vibrante, escandalosa às vezes, veemente sempre” (Sodré, 1966, p. 398).

Na primeira das cartas, publicada no jornal em 9 de outubro de 1921 e supostamente datada de 3 de junho do mesmo ano, a

⁹ Sobre o aparecimento do *Correio da Manhã*, fundado pelo jornalista e advogado Edmundo Bittencourt (1866-1943), Sodré (1966) afirma que tratou de uma iniciativa de “restabelecer, na imprensa do país (...) sentido patriótico (...), onde se defendessem os conculcados interesses do povo que uma fatalidade histórica oprimia e humilhava” (Sodré, 1966, p. 327).

festa de lançamento da candidatura de Fonseca, ocorrida dia antes, fora considerada como “orgia”, destacando que “essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina”. A carta foi precedida de texto que tinha como chapéu¹⁰ as expressões “injurioso e ultrajante”. O título era “O sr. Artur Bernardes lança pecha de venalidade sobre os oficiais do Exército – Uma ameaça ao presidente da República”.

Figura 1 – Trecho da suposta carta publicada no *Correio da Manhã* (09.10.2021)



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 27 jul. 20224.

¹⁰ Chapéu, no jargão jornalístico, é palavra ou conjunto de palavras inserida acima do título da reportagem, como síntese do assunto tratado.

A seguir está transcrita a suposta carta:

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse **sargentão sem compostura**, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa **orgia** se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois, essa **canalha** precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses **generais anarquizadores**. Se o Epitácio com medo não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas. A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões. (grifos meus)

No dia seguinte, aos demais jornais do país, seguindo a lógica de que tinham sido furados pelo *Correio da Manhã*, sobrou a tarefa de repercutir a carta de Bernardes. O fato cresceu e gerou agitação política. O *Correio da Manhã* publicou, então, editorial de meia página, em que invocava diretamente a participação popular no caso. Bernardes escreveu ao adversário, alegando que as cartas eram falsas, e Fonseca apressava-se a se reunir com o Exército para tratar do assunto.

Em paralelo ao acirramento dos ânimos, impulsionado pela atuação da imprensa, no dia 13 de outubro, foi publicada uma

segunda carta falsa no *Correio da Manhã*. Dessa vez, o assunto eram as tratativas para a eleição de Raul Soares para a presidência de Minas Gerais, como era chamado o equivalente ao cargo de governador à época. Como já havia a alegação de que poderiam ser falsas, a carta anterior foi republicada, lado a lado, dessa vez como se ambas fossem manuscritas. Seguia-se nas páginas uma análise de caligrafia e estilo, em busca de comprovações de veracidade (Figura 2).

Essa segunda missiva, mais incisiva e dizendo respeito à convenção do partido, já citava Nilo Peçanha, que acabou se tornando o candidato à presidência no lugar de Fonseca. O enunciador, retomando trechos da primeira carta, dizia que: "O Sr. Nilo Peçanha é um **moleque, capaz de tudo**, para chegar ao poder. Já o Sr. Hermes da Fonseca é um **sargentão sem compostura**, e seus generais não passam de uma **canalha indisciplinada e anarquizadora**. A situação está difícil, mas é preciso que se mantenha a ordem, custe o que custar."

Figura 2 – Edição do *Correio da Manhã* (13.10.1921)



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 27 jul. 20224.

De acordo com Abreu (2016), a partir das publicações o assunto ganhou espaço também na Assembleia do Rio de Janeiro, na Câmara dos Deputados e no Senado. Bernardes negava a autoria, e os jornais, de acordo com a posição política a que eram filiados, davam voz aos que afirmavam ou contestavam a autenticidade dos

documentos (Abreu, 2016)¹¹. Dois dias depois, quando foi ao Rio de Janeiro para compromissos de campanha, Bernardes foi recebido com protesto e agressões nas ruas. O fato foi tratado como manchete do *Correio da Manhã*, em 16 de outubro de 1921, referindo-se, inclusive, ao apelido “Seu Mé¹²”, com que Artur Bernardes costumava ser satirizado no Rio de Janeiro.

Figura 3 – Capa do *Correio da Manhã* (16.10.1921)



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 27 jul. 20224.

¹¹ As cartas tinham sido escritas, como se constatou em perícia, por Pedro Burlamaqui, Oldemar Lacerda e Jacinto Cardoso de Oliveira Guimarães, envolvendo uma série de fraudes, como, por exemplo, a obtenção fraudulenta de papel timbrado do governo e da Imprensa Oficial e a imitação da caligrafia de Bernardes. Houve ainda fraudes na autenticação pelos cartórios e venda dos documentos. Em janeiro de 2022, o proprietário do *Correio da Manhã* pediu perícia das cartas na Europa. A falsificação foi atestada, e Oldemar e Jacinto confessaram o esquema. Uma detalhada narração desses acontecimentos está disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/cartas-falsas>. Acesso em: 20 jun. 2024.

¹² Os opositores de Artur Bernardes usavam vários apelidos sarcásticos como ofensas para desqualificá-lo. O mais conhecido era “Seu Mé”, ao que tudo indica uma associação entre o porte físico do político e um carneiro. “Mé” seria a onomatopéia do barulho emitido pelos caprinos. Em 1922, “Seu Mé” virou tema de marchinha de Carnaval.

O apoio explícito a Nilo Peçanha pelo *Correio da Manhã*, se ainda faltassem evidências, foi exposto em manchete do dia 6 de novembro seguinte. Na linha-fina, lia-se também uma menção à forma como a ação dos contrários, apoiadores de Bernardes, agiram: “O bernardismo e o ‘cravo vermelho’¹³ abstiveram-se de manter a ordem” (Figura 4). Nesse inflamado cenário, o senador Irineu Machado (1872-1942), apoiador de Peçanha, enfatizava, também pela imprensa e em manifestações eleitorais, que havia a necessidade de rebelião nacional, aclamando que o Exército acudisse o povo brasileiro, libertando-o da ameaça que seria um governo de Bernardes.

Figura 4 – Capa do *Correio da Manhã* (06.11.1921)



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 27 jul. 2024.

Os discursos atribuídos a Bernardes eram construídos de modo a manter coerência reunidas sob a égide de seu nome, caligrafia e assinatura. A publicação de um *fac-símile* mantém um vínculo de concretude, funcionando como uma espécie de índice da

¹³ A flor era usada como símbolo da política de Artur Bernardes.

realidade. Também corroboram para o efeito de verdade, as condições de produção¹⁴, a partir das quais, como diz Pêcheux ([1969] 2010a, p. 76), um discurso é sempre pronunciado: “O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser um arma temível ou uma comédia ridícula, segundo a posição do orador e do que ele representa em relação ao que diz”.

Assim, como diz Fausto (2019), Bernardes era “um personagem austero, de poucas palavras e católico fervoroso” (p. 75). Sem as ameaças terem surtido efeito, mas em cenário de clara desinformação, nesse caso em grande parte provocada pela própria imprensa, Bernardes foi eleito com 467 mil votos (60% do total), contra 318 mil de Peçanha (40%). Os derrotados não aceitaram o resultado, alegando ter havido fraudes¹⁵. Houve pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para recontagem de votos, o que não foi aceito. Em revanche, militares se rebelaram, sendo punidos pela ala militar ligada ao presidente eleito. Hermes da Fonseca, que presidia o Clube Militar, foi preso por acobertar as insurreições, dando origem ao movimento tenentista, contra a posse de Bernardes. Para que pudesse assumir, foi necessário que Epitácio Pessoa decretasse estado de sítio, que, por definição, suspende uma série de liberdades, como a de reunião e a de imprensa. A governabilidade de Bernardes também dependeu, nos quatro anos seguintes, de sucessivos decretos autoritários.

¹⁴ As condições de produção envolvem o contexto da enunciação e também as imagens que, desse lugar, são projetadas sobre os objetos do discurso e os sujeitos de que dele participam.

¹⁵ Como dado histórico relevante, é necessário dizer que, naquela época, ainda não havia a Justiça Eleitoral e que os próprios políticos interessados nos cargos públicos organizavam os pleitos. Os historiadores, em sua maioria, defendem que, nessa eleição, provavelmente, houve excessos e fraudes de ambas as partes.

Eleições de 2022

Em um cenário de fácil propagação da desinformação via internet, com recursos digitais à disposição de qualquer pessoa com acesso a dispositivos como um celular, e no contexto do crescimento da pós-verdade, em que importam mais as convicções pessoais do que quaisquer evidências da realidade, a campanha eleitoral de 2022 enfrentou várias *fake news*. Em página especialmente publicada para coibi-las, a Justiça Eleitoral elenca algumas das principais que circularam durante a campanha e o pleito¹⁶.

Os boatos envolvem a ação de supostos algoritmos e *hackers* russos que teriam interferido no resultado das eleições, divergência no número de eleitores e pessoas que teriam votado no lugar de outras em seções do Norte e Nordeste, além de uma suposta descoberta com urnas que teriam chegado aos locais de votação já com votos contabilizados. Nesse último caso, tratava-se, como informa a Justiça Eleitoral, de uma *fake news* que circulara em 2018 e estava de volta à cena.

Na impossibilidade de reunir e analisar todas as *fake news* dirigidas aos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, sejam elas criadas pelas próprias campanhas, por apoiadores, com ou sem a ajuda de robôs, consideramos nesta análise aquelas que foram alvo de manifestação judicial. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mantém, na internet, a Coletânea de Jurisprudência. Relativo a 2022, no item “Conteúdos desinformativos dirigidos a candidatos(as), partidos políticos, coligações e federações, e que afetam a legitimidade do processo eleitoral”, estão listados 78 processos, relacionados à disputa pela Presidência.

Já explicitou Foucault ([1970] 2004), que o poder se dá por diversas instâncias que se repetem na forma de rituais e de estratégias. Comparando aos fatos de 2022, várias camadas de

¹⁶ O detalhamento dos desmentidos pela Justiça Eleitoral estão disponíveis em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/#>. Acesso em: 10 jul. 2024.

sentido se depreendem como estratégias de desinformação que repetem os ocorridos um século antes na disputa entre Bernardes e Peçanha. Sem se propor ser exaustivo, mas em busca de recortes que, conforme Orlandi (1984), funcionam como “um fragmento da situação discursiva” (p. 14), passo a analisar alguns desses enunciados, a partir de três regularidades: i) o caráter moralizante que caracteriza as ameaças e as *fake news*; ii) os sentidos atribuídos ao Exército; e iii) os efeitos conferidos pela publicação na imprensa, ainda que se trate de mentiras.

Desinformação e discurso moralizante

O fundo moral das ameaças e das *fake news* em 1922 e 2022 se materializa em uma série de enunciados e nas ações de grupos e lideranças políticas, que utilizam a moralidade como um instrumento de persuasão e manipulação.

Em 1922, o discurso sobre moralidade e a projeção da imagem de um candidato que se colocava como responsável por moralizar a política foram mobilizados para desqualificar o adversário. Essa era uma das maneiras com que se materializava a relação entre imprensa e política e, principalmente, como destacou Sodré (1966), uma política focalizada em pessoas, não em processos.

A desqualificação, que se trata de um dos principais efeitos de sentido pretendidos pelos enunciadores de *fake news* em qualquer época, retrata o oponente com expressões que produzem efeitos que vão da incapacidade, a irresponsabilidade e a inconsequência – “moleque” e “canalha” – até a multiplicidade de interpretações: o que significa “tudo” em uma expressão como “capaz de tudo”? O caráter moralizante, como um já-dito que encontra suas origens em dizeres condenatórios medievais, também faz menção à sexualidade pervertida, conforme fica nítido entre um dos sentidos possíveis, nas condições de produção da primeira carta, pela utilização da palavra “orgia”.

As falsas missivas foram usadas para produzir uma imagem moralmente negativa de Bernardes, posicionando-o como uma ameaça à ordem e aos valores sociais da época. A estratégia visava não apenas a influenciar a opinião pública, mas também construir uma dicotomia moral entre o bem, representado pelos opositores de Bernardes, e o mal, atribuído a ele. Há, assim, um enunciador nomeado na carta, mas que se torna outro no momento em que ela é publicada na imprensa, em veículo claramente contrário a Bernardes. O texto teria outro sentido se fosse publicado, por exemplo, entre apoiadores do bernardismo. Como estratégia de mentira política, não bastava que tivessem a assinatura (falsa) de Bernardes. Era necessário que, para atingir o então candidato, as cartas fossem publicadas em veículo direcionado a seus adversários e, assim, pudessem ser interpretadas como afronta ao Exército, a Nilo Peçanha ou a Hermes da Fonseca.

O efeito de sentido de atribuir como verdade o que era uma ofensa construída a partir de um imaginário de moralidade produz seus efeitos de real a partir de um interdiscurso que dá sustentação a uma imagem de que, ao homem político, é necessária a atitude moral. Ou seja: busca-se avacalhar uma imagem a partir de algo que é praticamente impossível que seja negado pela opinião pública. Como diz Pêcheux ([1969] 1997, p. 77), “o processo discursivo não tem, de direito, um início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio”. No caso específico aqui tratado, além das imagens que sustentam tais dizeres e o fazem circular, cooperam ainda para a produção de sentido a autoridade atribuída ao jornal que publica as cartas, o que funciona como uma espécie de atestado de credibilidade.

Em 2022, funcionamento discursivo semelhante se verifica no discurso de Jair Bolsonaro, que colocou em circulação enunciados baseado em valores morais e religiosos. Bolsonaro se posicionava como o defensor da “família tradicional” e dos “princípios cristãos”, o que ressoou fortemente entre seus seguidores. Em um de seus

discursos durante a campanha, em estratégia discursiva semelhante ao discurso contido nas falsas cartas de 1922, Bolsonaro afirmava que estava "lutando contra o mal" e que sua vitória representaria a defesa dos "valores cristãos" contra o que ele via como a ameaça de um governo comunista e corrupto, personificado por Lula. Fazem-se presentes nesse ponto algumas das características apresentadas por Charaudeau (2016) como sendo "reciclagem dos discursos extremistas", próprio do discurso populista, construído acima de três pilares: as ideias de nação, de identidade e de autoridade, por meio de estratégias como a satanização de culpados para os problemas sociais e a exaltação de valores, visando ao fortalecimento da identidade.

Da mesma forma que qualquer regime político só se sustenta a partir de um imaginário, a presença de enunciados que remetem à cristandade é hegemônica no Brasil e se constitui como uma memória de séculos de relação entre Estado e Igreja. Esse amálgama que se constitui como uma regularidade no discurso político brasileiro se fortaleceu, nos últimos anos, com o crescimento do movimento evangélico neopentecostal, que tem a moralidade como uma de suas principais regularidades enunciativas (Almeida, 2017; Weissenberg, 2022), além de relevância político-social que pode ser medida por números. Só para se ter uma ideia quantitativa desse fenômeno, dos 513 deputados federais eleitos em 2022, 18,71% se autodeclaravam como pertencentes a uma igreja evangélica. Já 53% se disseram católicos¹⁷.

O discurso moralizante era, em 2022, amplificado pela disseminação de uma série de *fake news*, que procuravam deslegitimar Lula, frequentemente associando-o a práticas contrárias aos ditos valores conservadores. Essas mensagens, difundidas, principalmente, em grupos de *WhatsApp* e redes sociais

¹⁷ Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opinioao/2023/um-mapa-da-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-empossados>. Acesso em: 30 jul. 2024.

digitais, criaram uma atmosfera de polarização extrema, alimentando a percepção de que o "outro lado" era moralmente inferior.

Assim como em 1922, quando o uso de cartas falsas serviu para atacar a integridade moral de Bernardes, em 2022, as *fake news* serviram para construir uma narrativa moralista, que posicionava Lula como uma ameaça. Em 1922, as cartas falsas saíram atribuídas a um nome de autor, sendo o ato de figurar sua assinatura uma forma de incriminar e desqualificar Artur Bernardes. Já em 2022, a evidência de um grupo que, de dentro do Palácio do Planalto, orquestrava a difusão de *fake news*, conforme demonstraram investigações da Polícia Federal, trabalhava no apagamento de um nome.

Esse grupo ficou conhecido como "Gabinete do Ódio". *Fake news* que davam cabo de fraudes eleitorais e retomavam questões morais – como posicionamentos a respeito de aborto, diversidade sexual, ameaças à família e à religião, entre outros – eram produzidas por um conjunto de pessoas e por robôs para serem colocadas em circulação via redes sociais digitais, notadamente *WhatsApp*. Trata-se, nas condições de produção atual, de elementos que produzem o efeito de credibilidade entre seguidores de Bolsonaro. No caso de Artur Bernardes, a palavra escrita, a assinatura e as semelhanças de caligrafia eram colocados como provas do real. Assim, cada uma a seu modo e de acordo com as condições de produção, as *fake news* agem na criação discursiva da verossimilhança.

À procura de um dizer possível, em suas diferentes posições, os sujeitos produzem versões plausíveis, explorando um espaço de significações. Tenta-se produzir um efeito de verdade a partir de palavras não asseveradas. Não há um responsável pelo dizer, mas uma figura autor imaginada que joga no seu lugar

presumido de sua responsabilidade. Sem um autor, ainda que fantasma, o boato¹⁸ não funciona. (Orlandi, 2008, p. 145)

As *fake news* dirigidas a apoiadores de Bolsonaro ou em busca de novos eleitores que se identificariam com os discursos conservadores, em geral, apareciam associadas a nomes de autor que não correspondiam a um indivíduo específico ou, então, tinham a forma de depoimentos que teriam sido dados por determinados políticos, a quem se pretendia atacar. Assim, o nome “Lula”, por exemplo, apareceu como autor de frases que incidiam sobre questões morais, como a liberação do aborto. Para reforçá-las na opinião pública, eram replicadas nos enunciados de Bolsonaro durante debates eleitorais na TV, como, por exemplo, a seguinte acusação: “Você é abortista, Lula. Você é abortista convicto. E você sempre trabalhou com isso”, usada pelo então presidente no debate promovido pela *Rede Globo* às vésperas do segundo turno, em 29 de outubro de 2022¹⁹.

Essa construção discursiva de caráter moral foi essencial para moldar a opinião pública, reforçando divisões ideológicas que se baseavam não apenas em diferenças políticas, mas em concepções maniqueístas de moralidade. Elas funcionam ainda como o discurso da dramatização que visa a produzir um efeito emocional de oposição, tendo as três características apontadas por Charaudeau

¹⁸ Este texto de Eni Orlandi é um dos primeiros a analisar o funcionamento do boato, em período que a expressão *fake news* ainda não era corrente no Brasil. Entendo que o funcionamento se faz de maneira semelhante entre o que a autora nomeia de “boato” e o que, hoje, chamamos de “*fake news*”. A expressão “boato”, todavia, é mais ampla e diz respeito não apenas à apresentação de uma informação falsa como se fosse uma notícia, característica da estrutura das informações colocadas em circulação pelo chamado “Gabinete do Ódio”.

¹⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/29/frases-globo-debate-bolsonaro.htm>. Acesso em: 31 jul. 2024.

(2016) como basilares em situações enunciativas como essa: a natureza mais ou menos dramática de um assunto, a maneira pela qual a palavra é posta em cena e a circunstância na qual o público recebe o discurso.

Por outro lado, Lula também utilizou o discurso moral, mas com foco na justiça social e na defesa dos direitos dos trabalhadores, ecoando a retórica progressista que contrapunha o governo Bolsonaro. Em vários pronunciamentos, Lula frequentemente associava a gestão de Bolsonaro a um governo que não tinha compromisso com os pobres e que desrespeitava os princípios democráticos, similar à maneira como os opositores de Bernardes, em 1922, buscaram caracterizá-lo como uma ameaça à democracia e à justiça. Essas duas visões de moralidade — uma conservadora e outra progressista — foram instrumentalizadas para galvanizar apoios e aprofundar a divisão ideológica e moral do eleitorado.

Apesar de guardadas diferenças substanciais em termos de circulação, como a ação dos algoritmos e da repetibilidade facilitada pelas redes sociais digitais, entre outros fatores expostos por Carreon (2023), há entre os dois momentos históricos aqui analisados a equivalência de uma torção discursiva, de que fala Indursky (*apud* Mariani; Dela-Silva, 2019). Para a autora, as *fake news* são um processo de “torção discursiva realizado sob o efeito de uma identificação ideológica”, em que “determinado acontecimento é narrado pela mídia a projetar um efeito de verdade ao que, de fato, é uma falsificação do ocorrido. Se a referida torção discursiva for aceita, ela passa a produzir o desejado efeito de verdade” (p. 29).

Separados por 100 anos, nos dois casos, esse desejado e, acrescento, pérfido efeito pretendido de correspondência com a realidade, conferido pela construção verossímil inerente à mentira política, ocorre todas as vezes em que, para seguidores e apoiadores dos políticos envolvidos, as *fake news* ressoaram como a mais evidente verdade, a ponto de tornar-se objeto de replicação e argumentação entre o povo. Como mecanismo de atribuição de

sentido sobre fatos e pessoas, a mentira não é apenas negar algo, mas também afirmar o contrário.

Sentido salvífico atribuído ao Exército

O Exército brasileiro, ao longo da história, foi reiteradamente invocado como uma força "salvadora" em momentos de crise política, consolidando um imaginário de guardião da ordem e da moralidade nacional. Essa imagem salvífica foi construída ao longo da história da República, pela forma como diversos acontecimentos históricos envolvendo os militares foram enunciados e reiterados. Fatos como a Proclamação da República, em 1889, a participação na Segunda Guerra Mundial (1938-1945) e o Golpe Civil-Militar (1964) são exemplos desse movimento de sentido, reforçado por outros aparelhos ideológicos, como a imprensa, a escola autoritária e diversas comemorações e símbolos, como topônimos que homenageiam militares e estátuas em posição de heroísmo, inscrevendo tais personagens de forma hegemônica na memória, como protetores da nação. Para além disso, a própria ligação com a ideia de "defesa" funciona discursivamente para reafirmar essa posição.

Em 1922, essa imagem salvífica já se materializava discursivamente clara durante o impasse eleitoral entre Bernardes e Peçanha. O senador Irineu Machado clamava pela intervenção militar para "salvar" o Brasil de uma suposta ameaça representada pela candidatura de Bernardes. A imagem do "salvador" já era evidente também quando Machado e outros líderes políticos invocavam o Exército como a única instituição capaz de restabelecer a ordem e proteger a pátria de um governo que consideravam perigoso.

A observação da história brasileira pós-redemocratização permite identificar uma série de sentidos produzidos para fatos envolvendo o Exército que reforçam esse imaginário. Como parte da política de defesa nacional, as Forças Armadas, mesmo após 1989, sempre foram angariadas para "garantir a ordem" e o exercício do

voto. Em 2022, quando pairava e era alimentada uma intensa desconfiança sobre a segurança das urnas eletrônicas, o Exército foi incluído entre os grupos responsáveis por inspecionar os códigos-fontes e assegurar a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro²⁰.

Jair Bolsonaro, ao longo de sua carreira política, também capitalizou esse imaginário, sempre se referindo ao Exército de forma positiva e exaltando a ação no golpe de 1964 como ato de salvação nacional. Bolsonaro frequentemente mencionava que o Exército "sempre esteve ao lado do povo" e que, se necessário, a instituição interviria para garantir a ordem no país.

Durante a campanha de 2022, essa retórica foi amplamente utilizada para sugerir que, em caso de uma vitória de Lula, o Exército poderia ser chamado a agir. Esse funcionamento recorre a uma lógica que se aproveita do imaginário: se o Exército é salvador, nas condições de produção de um moralidade maniqueísta, há um outro lado, o do mal a ser combatido. Mais uma vez ressoa o discurso religioso do bem *versus* mal, fundante na história ocidental. Dessa forma, utilizando-se estrategicamente desse efeito de sentido, Bolsonaro repetidamente mencionava o papel das Forças Armadas como garantidoras da soberania e da integridade do Brasil, o que ressoava fortemente entre seus apoiadores.

Seguidores bolsonaristas também incorporaram essa visão, organizando manifestações onde pediam abertamente intervenção militar, inclusive após a derrota de Bolsonaro no segundo turno, em manifestações realizadas em várias cidades brasileiras. As manifestações de 2022 – e do início de 2023, uma delas que causou destruição em Brasília – evocavam diretamente o imaginário de um Exército redentor, capaz de restaurar a ordem em meio ao caos político, similar à narrativa utilizada em 1922, quando setores da

20

Disponível

em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/forças-armadas-inspecionam-codigos-fonte-da-urna-161670>. Acesso em: 24 jul. 2024.

sociedade clamavam por ação militar para resolver desavenças que eram, antes de tudo, questões subjetivas de compreensão da realidade.

Como explicitou Courtine (2014), os enunciados que constituem a memória discursiva não têm posição de igualdade. De acordo com o autor, “o domínio da memória consiste em uma ‘pluralidade contraditória’ de sequências discursivas” (p. 26, grifo no original). Embora todo já-dito passe a constituir a memória, os enunciados ocupam, uns em relação aos outros, diversas posições, entres as quais podem ser citadas aqui a dominância, a submissão, a aliança e a oposição, representando diferentes forças na construção do imaginário e na formulação dos enunciados.

Assim, essa construção do Exército como salvador ocupa posição de dominância na memória discursiva, fazendo com que as Forças Armadas sejam vistas como recurso intervencionista sempre positivo, neutro, numa suposta preservação de ordem e valores. Essa imagem coloca-se, então, em posição de aliança à visão de política como estratégia moralizadora, tida como ponto que não deveria ser questionado.

Mesmo na carta falsamente assinada por Bernardes, não é o Exército que é criticado como instituição, mas sim pessoas como Fonseca. Assim, para garantir o imaginário de instituição ilibada, é necessário ser “severamente” punido e removido para “bem longe”.

Publicação na imprensa, *fake news* e credibilidade do discurso

Na década de 1920, como mostrou o episódio das cartas falsas, *fake news* circulavam sem grandes obstáculos, inclusive pela imprensa, e com menos recursos de contestação. Naquela época, o jornalismo ainda não era visto como baluarte do interesse público, embora fosse agente ativo no cenário político. Comparando-se com o aconteceria nas décadas seguintes, ao adotar paradigmas de objetividade e imparcialidade, a imprensa continuou com grande

poder nas decisões nacionais, usando a ideia de verdade como elemento constituinte da credibilidade.

Em contraste, em 2022, embora o jornalismo tradicional tenha buscado manter a imagem solidificada de imparcialidade, a credibilidade da imprensa foi amplamente questionada. A frase "Isso a *Rede Globo* não mostra...", popular entre os apoiadores de Jair Bolsonaro, sintetiza a desconfiança que muitos tinham na mídia tradicional, que passou a ser vista como parcial e comprometida com uma agenda específica, contrária ao então presidente em busca da reeleição.

Enquanto em 1922, a parcialidade era uma característica abertamente aceita e até esperada dos jornais, em 2022, a imprensa foi desafiada a se posicionar de forma neutra, mas acabou sendo vista como tendenciosa, não por uma falta de objetividade *per se*, mas porque a noção de imparcialidade foi colocada em xeque no contexto de sujeitos cada vez mais polarizados. A noção de "imparcialidade" passou por um movimento que imputava a ela o que, por definição, ela nunca poderia ser: imparcial passou a ser mostrar o que o sujeito, de sua posição ideológica, desejava que fosse mostrado. Ou seja, a imparcialidade tornava-se ela própria sua sombra.

Essa mudança de percepção foi intensificada pela proliferação de *fake news* nas redes sociais digitais, que amplificaram a ideia de que a imprensa tradicional manipulava a verdade para favorecer determinados grupos. A exemplo de 1922, havia também veículos que assumiam posições explícitas – dos quais o portal on-line *O Antagonista* é um dos mais expressivos – ou passaram a usar concessões públicas, como é o caso da *Rádio Jovem Pan*, para difundir desinformação.

Nesse último caso, o Ministério Público Federal (MPF), passadas as eleições, em junho de 2023, ajuizou ação civil pública em que pedia o cancelamento das três outorgas de frequência da emissora, pelo alinhamento "à campanha de desinformação, com

veiculação sistemática de conteúdos que atentaram contra o regime democrático” (Agência Brasil, 2023). Ainda durante a campanha, a mesma emissora foi proibida pela Justiça de fazer comentários políticos que envolvessem a situação jurídica de Lula, uma vez que a emissora utilizava reiteradamente o fato de que ele havia sido preso e condenado em segunda instância.

Outra forma bastante comum de posicionamento político foi a confusão entre fato e opinião, caracterizando um dos padrões de manipulação expostos por Abramo (2016). Todas essas estratégias e formas de enunciar são características da era da pós-verdade, ou seja,

uma forma histórica particular da enunciação política, caracterizada por ser a fala pública de um locutor autorizado, identificado por um nome próprio e inscrito em um lugar institucional de destaque no campo político, a quem lhe seria atribuído um modo de dizer emocional e irracional a uma vontade de enganar e ludibriar a opinião pública. (Zoppi-Fontana, 2021, p. 90-91).

A credibilidade da imprensa foi questionada ao longo da campanha de 2022, pelos dois grandes grupos que se polarizavam. Se, lá atrás, o jornalismo não tinha o imaginário de objetivo, passou-se o tempo em que ele se beneficiou de ter construído essa imagem, chegando-se à imprensa considerada “ideológica”, tomado esse adjetivo como pejorativo ou desqualificador. Para isso, a própria noção de ideologia foi colocada como sinônimo de parcialidade. Passa-se de uma aceitação tácita da parcialidade, em 1922, para uma perspectiva de ceticismo e desconfiança em 2022.

A relação entre os poderes político e da imprensa se manifestou nos dois momentos aqui comparados. Como uma ação

material do discurso emocional que caracteriza a pós-verdade, a ameaça de controle da mídia ocorreu. Após ser eleito, Artur Bernardes governou sob estado de sítio, medida tomada após a instabilidade política que emergiu e, com isso, a censura foi automaticamente imposta. Bolsonaro, se não usava o estado de sítio como ameaça, ora dizia claramente que os meios de comunicação deveriam ser coibidos ou, então, terem suas concessões cassadas.

Em 07 de junho de 2022, data em que se comemora o Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, o político criticou a cobertura midiática e as urnas eletrônicas. Na ocasião, em evento intitulado “Brasil pela vida e pela família”, realizado no Palácio do Planalto, Bolsonaro saiu em defesa de um deputado, Fernando Francischini, que tinha sido condenado por afirmar, em 2018, que as urnas eletrônicas foram fraudadas. Na plateia, havia, principalmente, políticos ligados ao bolsonarismo. O então presidente enunciou:

Deputados que aqui estão, que estejam nos ouvindo, vai chegar a sua hora [de ser cassado] se você não se indignar. Não existe especificação penal para *fake news*. Se for para punir *fake news* com a derrubada de páginas, fechem a imprensa brasileira, que é uma fábrica de *fake news*, em especial *Globo* e a *Folha* [de S. Paulo].

Bolsonaro mencionava dois dos principais veículos jornalísticos do país que, em diversos momentos, publicaram reportagens contrárias ao governo. Nessas menções, o então presidente promovia uma torção discursiva em que transforma em *fake news* aquilo que, fazendo um trocadilho com o inglês, não seriam *good news*. Dessa forma, procede-se uma deriva de sentidos sobre o que seria fato ou construção falaciosa da realidade. Atribuir

falsidade a uma informação ou a um veículo passa a significar tanto uma estratégia de dominação quanto de resistência.

No dia 07 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã*, dando continuidade à investida contrária a Arthur Bernardes, publicou o artigo "Ameaças", em que mencionava que, caso o mineiro fosse eleito, ele pediria ao "Congresso uma lei de imprensa, para que pudesse, "como presidente, governar como fazia no estado de Minas Gerais, onde perseguia, desterrava e matava adversários" (*Correio da Manhã*, 07 out. 1921). Como destaca Sodré (1966), o *Correio da Manhã*, em artigo assinado pelo diretor Edmundo Bittencourt, fora um dos primeiros veículos a se posicionar contra a possibilidade de uma lei de imprensa da República, que seria promulgada em 31 de outubro de 1923 (Lei n. 4.743). A atribuição de um sentido de equivalência entre "regulação" e "censura", "responsabilidade" e "autoritarismo" marcou o período, não só em publicações do *Correio da Manhã*, mas também de outros jornais cariocas que se contrapunham à Lei de Imprensa, ainda que não necessariamente com acusações a Bernardes durante a campanha eleitoral.

De acordo com Maciel (2021, on-line), essa lei

agravou ainda mais algumas penas [já previstas em legislação anterior, do período imperial], manteve a prisão para jornalistas, recriou o regime de responsabilidade sucessiva (...) e limitou o exercício do jornalismo político para estrangeiros além de criar um novo delito, o de ofensa, que não existia no Código Penal de 1890.

Cem anos depois, a discussão relativa à lei de imprensa e à regulação dos meios continua ressoando sentidos já nítidos em 1922, como uma tentativa de significar, como se sinônimos fossem, regulação e censura. Quando se produz esse efeito de paridade entre

os sentidos, segue-se uma série de deslocamentos: toma-se o ato de “regular” por “impedir abusos”; “lei de imprensa” por “lei contra a imprensa” ou “contra a liberdade”; e “liberdade” por “liberalidade”, sem considerar elementos como responsabilidade e ética.

Considerações Finais

Embora separados por um século, esses dois momentos históricos mostram como os enunciados são reatualizados e ressignificados dentro de contextos específicos, refletindo e reforçando as estruturas de poder vigentes. A construção da narrativa moralista, a invocação do Exército como salvador e a manipulação da imprensa e das *fake news* são elementos que, embora surgidos em diferentes contextos, conectam-se por uma memória discursiva que atravessa gerações, demonstrando a concepção de história exposta por Le Goff ([1983] 1990), sem a lógica de sucessão de acontecimentos, mas como repetições, regularidades e novas irrupções de um velho imaginário sobre política e campanhas eleitorais.

Em 1922, a imprensa, as *fake news* e o papel do Exército foram mobilizados para moldar a opinião pública e influenciar o resultado eleitoral. A circulação das cartas falsas atribuídas a Artur Bernardes, a invocação do Exército como força salvadora e o uso estratégico da imprensa como agente político ilustram como esses elementos se entrelaçam para construir uma narrativa hegemônica que serviu aos interesses de determinados grupos de poder.

Cem anos depois, em 2022, essas mesmas estratégias discursivas reaparecem em um contexto midiático e político que conta com outras condições de produção. Ainda assim, o Exército ainda é invocado como um guardião da ordem, mas agora em meio a um discurso que capitaliza o imaginário de sua atuação como salvador. A imprensa enfrenta uma crise de credibilidade em que os discursos de objetividade e imparcialidade são questionados diuturnamente por todos os segmentos envolvidos. As *fake news*,

por sua vez, adaptaram-se às novas tecnologias, circulando com uma velocidade e alcance inimagináveis em 1922, mas mantendo sua função central de desinformar e manipular.

E, na luta constante de significação, 22 aparece como um mais deslize dos sentidos... Não era esse o número do partido de Bolsonaro nas eleições daquele ano? Este é assunto para outro estudo.

Referências

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

ABREU, A. A. Cartas Falsas. In: Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Atlas Histórico do Brasil**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/cartas-falsas>. Acesso em: 27 jul. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. MPF pede cancelamento de concessões da Rádio Jovem Pan. **Agência Brasil**, Brasília, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2023-06/mpf-pede-cancelamento-de-concessoes-da-radio-jovem-pan>. Acesso em: 27 jul. 2024.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718>. Acesso em: 26 jul. 2024.

CARREON, R. O. As fake news como base do populismo de direita brasileiro: entre o político e o digital, o algoritmo. **Revista Latinoamericana De Estudios Del Discurso**, v. 23, n. 2, 2023, p. 129–

146. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/48947>.
Acesso em: 24 jul. 2024.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública**. São Paulo: Contexto, 2016.

COURTINE, J. J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, ano 1, jun. 2016, p. 14-35. Disponível em:
<http://www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques-Courtine-port.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FAUSTO, B. Os ruidosos anos 1920. In: Bacha, E. et al. (Orgs.). **130 anos: em busca da República**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019, p. 73-77.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
MACIEL, L. A. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, v. 48, n. 1, pp. 383-413, 2021. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/1271/127165793022/html/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MARIANI, B.; DELA-SILVA, S. Discurso político: processos de significação em tempos de fake news – Uma entrevista com Freda Indursky. **Caderno de Letras UFF**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 13-31, jul./dez. 2019. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/issue/view/2206>. Acesso em: 20 jul. 2024.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

LE GOFF, J. **A civilização do ocidente medieval**. Petrópolis: Vozes, 2018.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 1984.

ORLANDI, E. **Discurso e Leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a, p. 59-158.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: Achard, P. et al. **O papel da memória**. 3 ed. Pontes: Campinas, 2010b, p. 49-56.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins, 1966.

WEISSENBERG, P. Os evangélicos na Câmara dos Deputados: uma análise quantitativa dos seus discursos (2007 – 2021). 2022. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/19423>. Acesso em: 18 jul. 2024.

ZOPPI FONTANA, M. Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. **Discurso e (pós)-verdade**. São Paulo: Parábola, 2021, p. 87- 104.

DESINFORMAÇÃO E DISCURSO MORAL NA POLÍTICA BRASILEIRA: a *fake news* do kit gay e a disseminação de inverdades acerca da população LGBTQIAPN+ na campanha eleitoral e pós-eleitoral de 2018

Ivo Marins

Introdução

Na conjuntura política brasileira, ao longo dos anos 2000, o movimento LGBTQIAPN+ avançou na construção de programas que visavam a superação de desigualdades referentes à orientação sexual e identidade de gênero. Dentre eles, o Brasil Sem Homofobia que buscou a formação de educadores para trabalhar com as questões supracitadas, na tentativa de minimizar as relações de violência relacionadas à homofobia no ambiente escolar (Carnavale, 2023).

Em contrapartida, desde os anos 2018, com a conquista nas urnas de Jair Bolsonaro para Presidente, um retrocesso à democracia se instala e o discurso conservador se prolifera. Bolsonaro, em conjunto com o seu grupo de apoiadores no governo e na defesa de uma pauta moralista, disseminaram mentiras sobre a construção de

políticas voltadas para o desenvolvimento de direitos da população LGBTQIAPN+.

Neste período, vive-se o auge da violência do discurso político justificado pela defesa dos princípios da família heterossexual brasileira, dos cidadãos de bem, “avesso às liberdades civis, de gênero, sexualidade, raça, religião e a garantia de igualdade às minorias” (Barbosa e Costa, 2021, p.3).

A campanha eleitoral ocorrida no Brasil em 2018 foi um momento importante para compreendermos o fenômeno das *fake news* e a sua influência no debate público. Com os avanços tecnológicos que trouxeram as redes virtuais como fonte de informação, as *fakes news* obtiveram uma projeção jamais alcançada, sendo propagadas sem nenhuma restrição pelas mídias sociais. (Almeida, 2018).

A veiculação da notícia inverídica sobre a existência de um kit gay causou maior repercussão em 2018 no processo das eleições e campanhas presidenciais. Neste período, Bolsonaro disseminou a *fake news* para denegrir a imagem do candidato da oposição Fernando Haddad com ataques moralistas e religiosos.

No seu discurso, Bolsonaro, utilizando-se do termo kit gay, acusava Fernando Haddad, no período em que foi ministro da educação (2005 a 2012), de aprovar materiais didáticos para a educação infantil com incentivo ao homossexualismo.

A nomenclatura pejorativa kit gay começou a ser usada em 2010 na esfera da política brasileira. Tinha como propósito desqualificar o programa anti-homofobia do Governo Federal, intitulado Brasil sem Homofobia e o projeto Escola sem Homofobia. No período em que foi desenvolvido o projeto, o ministro da Educação era Fernando Haddad, que apoiou a proposta de ações educativas para o combate à homofobia e, que posteriormente foi oferecida ao Congresso Nacional.

Para Mesquita *et al.* (2020), a propagação de notícias com a veracidade duvidosa, hoje chamadas de *fake news* não é uma

manifestação somente do momento atual. Ao passar do tempo ocorreram mudanças em quem produz e dissemina as mensagens. No passado, a geração de notícias ficava na responsabilidade das empresas de comunicação de massa. Na contemporaneidade, com o advento da internet, surgem os internautas que também assumem a autoria dos conteúdos disseminados nas redes sociais.

Desta forma, temos na atualidade o advento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação que impulsionaram numa dimensão assombrosa os conteúdos fictícios e irrealis, hoje cunhadas de *fake news*.

Segundo Berni e Guerra (2019), notícias falsas não são um fenômeno que acontece somente nos tempos atuais. Os jornalistas sempre trabalharam com a existência e possibilidades da inverdade, com a verificação, análise e validação das notícias e conteúdo. No entanto, o fenômeno das *fake news* apresenta diferenças quando na contemporaneidade uma das suas finalidades é fabricar conteúdos falsos e disseminá-los.

No tempo presente, o termo *fake news*, na visão de Abreu e Adeodato (2020) possui na sua expressão uma ambiguidade. Em alguns momentos essa expressão é utilizada para determinar informações falsas, em outras situações é também aplicada como estratégia para manipular o debate público, invalidar e difamar discursos desfavoráveis, na tentativa de descredibilizar as informações, como acontece nas disputas políticas.

Para reiterar, Alves e Maciel (2020), dizem que o fenômeno das *fake news* vai além da propagação de notícias falsas. Também tem o propósito de convencimento de narrativas ou enfraquecimento da narrativa inimiga numa disputa ou combate. Dessa forma, as pessoas absorvem, produzem e compartilham informações de acordo com interesses próprios. "Deixam de se perguntar se a notícia é verdadeira ou falsa. Estão ainda menos preocupadas se os fatos estão bem assentados ou se a fonte é

confiável. A única coisa que importa é se a notícia favorece sua posição em um contexto polarizado” (Alves; Maciel, 2020, p.10).

Sendo assim percebe-se que o acontecimento das *fake news* na contemporaneidade também abarca atos mais amplos e outros interesses como a desinformação produzida em circunstâncias de enfrentamentos, debates e batalhas ideológicas.

Na visão de Brisola e Bezerra (2018), existem duas motivações principais que são geradoras de *fake news*, como se pode ver no Quadro 1.

Quadro 1 – Motivações geradoras de *fake news*

Monetária	Guiada para interesses comerciais e financeiros. A criação de <i>fake news</i> , frequentemente está atrelada a lucros e benefícios monetários. Empresas produtoras de conteúdos enganosos, sites que publicam informações falsas, geram lucros financeiros divulgando publicidades e acumulando likes.
Ideológica	Vinculada ao aliciamento de pensamentos e atitudes. As <i>fake news</i> também se fundamentam na possibilidade de manipular pessoas e influenciá-las politicamente. Ao longo de períodos eleitorais, a propagação de notícias falsas tornou-se uma estratégia para criar relatos sensacionalistas e acontecimentos favoráveis a candidatos e partidos políticos. Individualmente ou em grupos, informações são espalhadas com o intuito de induzir a opinião pública, descredibilizar adversários políticos e alterar o resultado das eleições.

Fonte: o autor (2024)

As *fake news* relacionadas à população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queer*, intersexos, assexuais, pansexuais, não binários e outras identidades e orientações sexuais (LGBTQIAPN+), vinculadas ao corrompimento de comportamentos, pensamentos e atitudes, desempenharam e ainda desempenham um papel destruidor de grande alcance nas mídias sociais - além de favorecer positivamente a eleição de políticos conservadores que utilizam dessa pauta para promover as suas campanhas.

A desinformação em relação a questões de gênero e sexualidade é amplamente disseminada e busca fortalecer valores morais conservadores de uma parte da população brasileira. As mídias digitais se apresentam como um grande avanço na propagação de conhecimentos e na velocidade de comunicação. Porém, também são utilizadas para divulgar notícias falsas, contribuindo para a desinformação e a manipulação ideológica.

Apresenta-se neste artigo, uma análise sobre a *fake news* "kit gay" como objeto principal de estudo para entender o seu alcance nas mídias sociais e quais impactos negativos trazem para a sobrevivência da população LGBTQIAPN+.

No entanto, para se chegar a *fake news* "kit gay", pretende-se traçar um breve estudo sobre o Programa Brasil sem Homofobia e o Projeto Escola Sem Homofobia, que tiveram as suas propostas deturpadas e utilizadas para atacar a população LGBTQIAPN+, alastrando sobretudo, discursos de ódio.

Metodologia

Em concordância com o paradigma qualitativo que orientou este trabalho, adotou-se enquanto procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, por meio de análise bibliográfica e documental. O acervo de materiais analisados por esta investigação compreende artigos e notícias de sites relacionados a desinformação e *fake news*

do "kit gay", entrelaçados no período de candidatura, eleição e pós-eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República.

Os dados coletados foram tratados via análise textual qualitativa. Consistiu em localizar fontes de publicação das *fake news* sobre gêneros e sexualidades, visando realizar investigação sobre os impactos causados pela propagação de notícias falsas no ambiente virtual relacionadas ao Programa Brasil sem Homofobia e ao Projeto Escola Sem Homofobia. Tal levantamento possibilitou a seleção dos textos que compuseram este artigo, para apresentar, de maneira clara, uma visão do tema para a melhor compreensão do leitor sobre o assunto pesquisado.

Os dados foram organizados, agrupados e analisados segundo os pressupostos da Análise de Livre Interpretação (ALI) que, de acordo com Rôças *et al.* (2020), a ALI é uma metodologia de análise para pesquisas qualitativas, que alia as experiências dos professores-pesquisadores ao referencial teórico-metodológico que direciona e embasa a pesquisa. Na visão de Anjos (2021), a ALI em seu processo de análise soma-se com o conhecimento que o pesquisador traz em suas vivências e o conhecimento que vai adquirindo no percurso da pesquisa.

Desta forma, busca-se o conhecimento da realidade estudada, a partir da compreensão das características que muitas vezes estão nas entrelinhas do que foi escrito. Para Anjos, Rôças e Pereira (2019, p. 36), "É no ato da pesquisa, no fazer dela legitimado pela percepção relacional entre os aspectos teóricos e metodológicos, que se potencializa a capacidade argumentativa da ALI". Sendo assim, é essencial que o pesquisador seja conhecedor da fundamentação teórica e da realidade que pesquisa, para que reconheça a pluralidade de interpretações que um diálogo, situação ou texto podem revelar.

Neste sentido, assumiu-se os seguintes procedimentos para a análise dos dados desta pesquisa: 1º passo – Leitura e decomposição da escrita, examinando-a nos mínimos detalhes; 2º

passo – Identificação de informações contidas nos textos e artigos pesquisados. 3º passo – Reagrupamento destas informações em categorias que permitissem acessar os objetivos desta pesquisa; 4º passo – Estabelecimento de relações entre as informações contidas em todo o material pesquisado e os referenciais teóricos utilizados na pesquisa, buscando novas compreensões a partir das premissas da ALI.

Programa Brasil sem Homofobia

Avanços educacionais sobre a pauta gênero e sexualidade ocorreram no Brasil a partir de 2003, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Segundo Deslandes (2015), a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em 2004, foi o início de um trabalho de implementação de políticas educacionais para a promoção da igualdade de gênero e o combate ao preconceito e discriminação.

O programa Brasil Sem Homofobia foi criado em 2004 e coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. A primeira Conferência Nacional LGBT foi realizada em 2008, e a partir das suas resoluções foi elaborado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT (PNPCDH-LGBT), de 2009.

O Governo Federal, por meio do Plano Plurianual de 2004 a 2007 definiu no âmbito do Programa Direitos Humanos Direito de Todos, a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais.

Diante disso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança então o Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+. Este programa possui o propósito de fomentar a cidadania e direitos humanos concedendo a todas e todos a equiparação de seus direitos, o combate à violência e à discriminação por LGBTfobia (Brandão; Santana, 2011).

O Programa Brasil Sem Homofobia desenvolveu ações em apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e organizações não governamentais que tem como objetivo a promoção da cidadania, procurando integrar as diversas esferas sociais no combate a LGBTfobia. Essas ações estão descritas no Programa de Ações, em seu item V – Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual: O Programa Brasil Sem Homofobia adotou como diretrizes orientar:

I) os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e a não-discriminação por orientação sexual; II) Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; III) Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; IV) Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; V) Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; VI) Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; VII) Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB; VIII) Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento

de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (CONSELHO, 2004, p. 22-23).

Para articulação do Programa Brasil Sem Homofobia, a Secretaria de Direitos Humanos realizou reuniões, reafirmando a diretriz de governo que as questões da população LGBT necessariamente deveriam ser traduzidas em políticas públicas e executadas. o Ministério da Educação designa a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) como responsável pela tradução das diretrizes, orientações e ações do Brasil Sem Homofobia em políticas educacionais.

Para atender às diretrizes supracitadas, o Governo criou o Projeto Escola sem Homofobia que será apresentado a seguir.

Projeto Escola sem Homofobia

Resultado de um convênio entre o Ministério da Educação – MEC, que utilizou recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com a organização não governamental “Comunicação em Sexualidade” – ECOS, o Projeto Escola Sem Homofobia iniciou a sua implementação no ano de 2008.

Segundo Rodrigues e Silva (2020), é um documento que foi produzido quando se pensava na construção de políticas públicas para o combate à homofobia. O objetivo era introduzir os estudos e ações anti-homofobia na educação para a garantia dos direitos humanos relacionados às orientações sexuais e identidades de gêneros e, desta forma, promover nas unidades escolares um ambiente favorável ao exercício da cidadania, inclusão dos direitos humanos da população LGBTQIAPN+ e o enfrentamento à LGBTfobia.

Para Oliveira Júnior (2016), o Projeto Escola Sem Homofobia contribuiu para a concretização do Programa Brasil Sem Homofobia, apresentando ações para serem realizadas nas escolas voltadas para

a garantia do desenvolvimento dos direitos humanos, sobretudo o respeito à diversidade sexual e de gênero nas unidades escolares brasileiras.

Organizou-se a partir de três vertentes: a elaboração de material didático para discutir e refletir sobre as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, a capacitação de professores/as para o uso desse material e uma pesquisa qualitativa com levantamento de dados sobre a violência escolar contra estudantes LGBTQIAPN+.

O material didático foi nomeado Kit de Combate à Homofobia e contou com confecção de cartilhas, vídeos, seminários, pesquisas e formação continuada para professores. Esse kit constituía-se como um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos com a proposta de desconstruir estereótipos sobre a população de alunos/as LGBTQIAPN+.

No entanto, Oliveira Júnior (2016) afirma que todo o material anti-homofobia que seria distribuído para as escolas públicas através do Projeto Escola Sem Homofobia recebeu severas críticas e foi vetado pela presidenta Dilma Rousseff após forte pressão das forças conservadoras do Congresso Nacional.

A ampla disseminação da *fake news* do "kit gay", vista como uma proposta para sexualizar crianças e torná-las homossexuais dentro dos ambientes educacionais, despertou um terror ligado às questões morais e um retrocesso à política de direitos humanos para a superação das desigualdades sexuais e de gêneros.

A fake news do "kit gay"

De acordo com Trotti e Lowenkron (2023) o "kit gay" não é um produto isolado. Foi sendo adaptado em momentos distintos para atender uma demanda política partidária e moralista conservadora. A partir de 2011, serviu para difamar e invalidar o projeto de política pública que tinha como objetivo a promoção da cidadania LGBTQIAPN+ nas escolas. Neste período, o deputado

federal Jair Bolsonaro, utilizando-se do seu *site*, publicou o panfleto intitulado "Plano Nacional da Vergonha". No panfleto, denigre o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos LGBT (PNPCDH), lançado em 2009, difamando o projeto Escola Sem Homofobia, retratando-o como um "kit gay" que contém material que influenciaria as crianças a se tornarem homossexuais.

No segundo momento, o "kit gay" é utilizado nas disputas políticas das eleições presidenciais. Com discursos moralistas e de proteção das crianças contra os perigos sexuais, o "kit gay" é utilizado pelo candidato Jair Bolsonaro, e seus apoiadores. Conteúdos e materiais das propostas Brasil sem Homofobia e Escola sem Homofobia foram deturpados para produzir fobias e rejeições na sociedade. Desta forma, foram produzidos e disseminados discursos e inverdades maldosas de ódio sobre a proposta de políticas públicas de combate à homofobia, como nos mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Dados extraídos das postagens sobre o "kit gay" do perfil do Facebook de Jair Bolsonaro

DATAS	TÍTULOS DAS POSTAGENS – JAIR BOLSONARO
23/04/2014	"Divulguem a seus amigos, é extremamente importante! Nós cidadãos de bem não podemos levar mais este golpe"
27/05/2015	"Alguns candidatos do PT/PSOL querem castrar seu filho de 12 anos"
05/06/2015	"A volta do "kit gay" para as criancinhas"

27/06/2015	"PT sinaliza legalizar a pedofilia"
------------	-------------------------------------

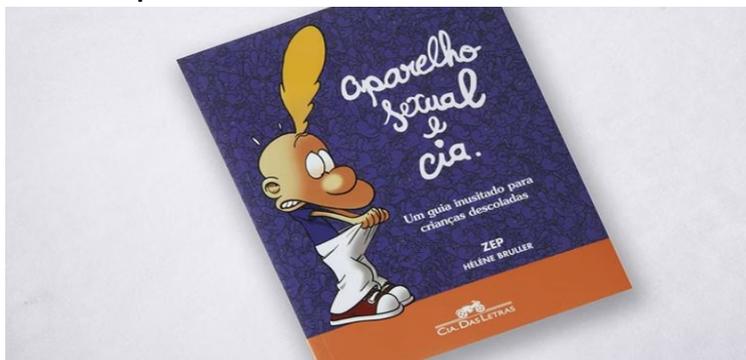
Fonte: Mesquita *et al.* (2020) – Adaptado

Jair Bolsonaro estimula o conservadorismo, distorcendo e manipulando informações para que se instalasse o medo em relação aos avanços da pauta LGBTQIAPN+ com as políticas públicas de combate à homofobia nas escolas. A *fake news* do "kit gay" ganha projeção num discurso maldoso sobre o aviltamento da infância, causando uma grande repercussão social, corroborando para a construção do ódio contra a população LGBTQIAPN+.

Nas eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro utiliza um livro que não faz parte do projeto Escola Sem Homofobia para difamar a proposta com ideias de um kit para incentivar as crianças a se tornarem gays. Mostra o livro *Aparelho Sexual e Cia.* em rede nacional, com o discurso de proteção à infância. Reitera as falas maldosas dizendo que esse material apresenta conteúdo sexual impróprio para as crianças nas escolas. Afirma que o livro supracitado foi adotado pelas bibliotecas das escolas públicas para serem usados nas aulas de educação sexual, com incentivo à ideologia de gênero e à construção de comportamentos homossexuais.

Lançado na França, o livro *Le Guide du Zizi Sexuel*, foi escrito por Hélène Bruller e ilustrado por Zep, sendo traduzido para mais de 25 países. Chegou ao Brasil por meio do selo juvenil da Companhia das Letras em 2007. Foi rebatizado como *Aparelho Sexual e Cia.* (figura 1), lançado pela editora comercial Companhia das Letras e com indicação para pré-adolescentes e adolescentes entre 11 e 15 anos de idade. A obra trata de todos os aspectos da sexualidade na linguagem do público a que se destina. Foi publicado em dez línguas diferentes, com mais de um milhão e meio de exemplares vendidos.

Figura 1 – Livro *Aparelho Sexual e Cia.*

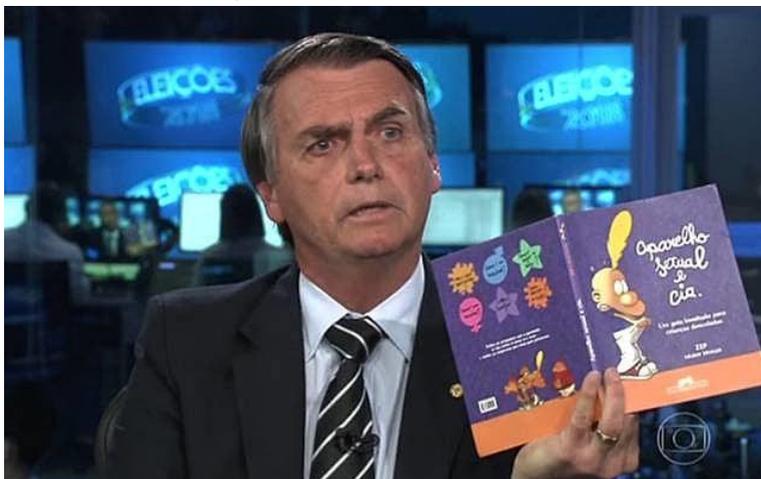


Fonte: Metr opoles (2018)

Ao longo da campanha eleitoral de 2018, o livro foi usado e amplamente divulgado pelo candidato   presidência da república Jair Bolsonaro, como um livro impróprio, proibido e sexualizador das infâncias. O então candidato, chegou a levar o livro na entrevista concedida, durante a campanha eleitoral, ao Jornal Nacional, da TV Globo (figura 2).

Jair Bolsonaro afirmou na época que o livro *Aparelho Sexual e Cia.* era distribuído pelo MEC e fazia parte de um "kit gay", termo pejorativo para depreciar o Programa Escola Sem Homofobia. Este livro teve o seu cont eudo deturpado e desvalorizado por Bolsonaro e seus apoiadores com a inten o de espalhar desinforma o e *fake news*. A difusão da informa o caluniosa de que o livro em questão teria sido distribuído pelo MEC, teve como objetivo gerar desinforma o no período eleitoral.

Figura 2 – Entrevista do Jornal Nacional com o candidato à Presidência da República



Fonte: Brasil de Fato (2021)

Durante uma live em 2020, Bolsonaro mostra o livro *Aparelho Sexual e Cia.* (Zep e Bruller, 2007), como mostra a imagem 3, da reportagem publicada pela CNN Brasil, em 06/10/2022, ainda alimentando uma série de *fake news* a respeito do suposto “kit gay” em suas transmissões.

Figura 3 – Live de Jair Bolsonaro



Fonte: CNN BRASIL (2022)

No entanto, o livro supracitado, apesar de ter se tornado o principal material mostrado por Jair Bolsonaro e políticos conservadores para provar a existência de um “kit gay” e propagar *fake news*, nunca foi distribuído para as bibliotecas das escolas e nem fizeram parte do projeto Escola Sem Homofobia.

O Programa Brasil Sem Homofobia sofreu golpes e retaliações das forças conservadoras no Congresso Nacional para impedir a sua implementação. Com todo o discurso maldoso, moralista e mentiroso dos apoiadores do Bolsonaro, a proposta foi vetada e o material produzido do projeto Escola Sem Homofobia não chegou a ser distribuído nas escolas.

Considerações finais

O Programa Brasil Sem Homofobia foi elaborado de forma participativa, com a participação do governo e da sociedade civil, representando a base norteadora das políticas para a diversidade sexual e identidade de gênero. Conjuntamente, no mesmo período, o Ministério da Educação, criou a Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), responsável por promover a superação das desigualdades na educação.

É a partir do Programa Brasil Sem Homofobia que de fato surge uma agenda LGBTQIAPN+ na educação. Nota-se uma mudança significativa com propostas para a superação de preconceitos e discriminação, que se expressou tanto na Conferência de Educação Básica (CONEB) quanto, e sobretudo, na Conferência Nacional de Educação (CONAE). O Plano Nacional LGBT é o que mais avança por tratar dos temas LGBT na perspectiva dos direitos, cidadania, democracia, direitos humanos, nos quais obstáculos devem ser superados para então concretizar uma igualdade e universalidade.

O Programa Brasil Sem Homofobia foi apresentado de forma deturpada como um kit gay pela criação discursiva político-religiosa e moralista. As concepções defendidas por Bolsonaro, fizeram com que diversos setores conservadores da sociedade os apoiassem. Um setor muito importante foi o religioso que possibilitou a Bolsonaro importantes acordos com lideranças e políticos religiosos, que compõem a bancada religiosa no Congresso Nacional e que teve muita força nos resultados das eleições para presidente em 2018.

Esse estudo destacou o campo moral em que se produzem as notícias falsas analisadas, concentrando-se nas questões de gênero e sexualidade. Falsas narrativas baseadas em marcadores sociais da diferença, mobilizadas por desinformações e apoiadas em narrativas morais e religiosas na disputa das políticas partidárias brasileiras.

Vive-se o ápice do discurso moralista conservador brasileiro, durante o período eleitoral e pós-eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. Com sua base governista, propagou narrativas de ódio contra às liberdades civis, de gênero, sexualidade, raça e religião. (Barbosa e Costa, 2021)..

A campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro foi estruturada e projetada pela utilização de fake News. O discurso

moralista e religioso se tornou a base da campanha de seu grupo político que se aproveitaram de uma cultura machista, ainda alicerçada no patriarcalismo e na defesa de um único modelo de família heterossexual.

Pode-se dizer que a fake News do kit gay aponta para formações discursivas político-religiosas e moralistas, com orientação conservadora, construídas no cenário político brasileiro. Através de narrativas e discursos mentirosos, pretendia desqualificar iniciativas que buscavam assegurar o desenvolvimento de direitos para a população LGBTIQIAPN+, como o Programa Escola Sem Homofobia.

Os resultados das urnas, com a vitória de Bolsonaro em 2018, demonstraram que a moral conservadora e reacionária atinge uma grande parcela da população brasileira e que tempos difíceis de desrespeito à democracia e ao estado laico seriam vividos.

Os dados apresentados nas pesquisas, frente a violência LGBTIfóbica que assola a sociedade brasileira, (Santos; Sposato, 2019), demonstram que o Brasil se apresenta como o país que mais violenta e mata a população LGBTIQIAPN+. Desta forma, evidencia-se que ainda há muita desinformação e preconceitos em relação às questões de gêneros e sexualidades.

São muitas as agressões físicas e morais intensas sofridas pela população supracitada: assassinatos, espancamentos, ofensas verbais, demissão do emprego e exclusão escolar são frequentes. Essa dinâmica é alimentada, direta e indiretamente, por opiniões, crenças, valores conservadores, religiosos e desinformação.

O Kit de Combate à Homofobia não chegou a ser distribuído para as bibliotecas escolares. Porém, novas estratégias de combate e enfrentamento à LGBTfobia precisam ser postas em ação para que a escola possa cumprir com as suas obrigações enquanto uma instituição laica, sem doutrinações religiosas intervindo no processo educativo. Uma educação que possa contemplar à todas e todos, independente de gêneros e orientações sexuais.

Diante de tantos absurdos e retrocessos vividos no período do presidente Bolsonaro, o país elege o presidente Luís Inácio da Silva (Lula) em 2023 com a maioria dos votos. No entanto, as evidências do caráter mentiroso da fake News do kit gay não foram suficientes para desconstruí-las. Ainda hoje são utilizadas pelos políticos conservadores, juntamente com outras notícias inverídicas como a ideologia de gênero, na tentativa de ganhar eleitores que defendem a pauta conservadora, moralista e religiosa da família tradicional brasileira.

Neste cenário das redes virtuais em que estamos inseridos, as fakes news certamente apresentam forças para interferir, modificar pensamentos e opiniões das pessoas que estão expostas ao mundo virtual. Desta forma, serviram e servem como uma ferramenta influenciadora da opinião pública em períodos eleitorais. Segundo Agapito e Damasceno-Morais (2021, p.20)) as fakes news foram utilizadas como estratégia política de manipulação de dados que objetivam deturpar ou até mesmo manipular a formação da opinião pública.

Sendo assim, entende-se que além da influência de um grupo político defensor da pauta social conservadora, moralista, religiosa e reacionária, a desinformação que envolve a temática LGBTQIAPN+ está entrelaçada com a necessidade de uma educação crítica para o uso das redes sociais. Além da utilização mais consciente das tecnologias digitais de comunicação.

Referências

ALMEIDA, Raquel de Queiroz. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. **Ciência e Cultura**. vol.70 nº.2 São Paulo, 2018.

ANJOS, Maylta Brandão; RÔÇAS, Giselle; PEREIRA, Marcus Vinícius. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho

metodológico. **Ensino, Saúde e Ambiente**, RJ, v12, p.27-39, dez. 2019. Disponível em: [MAYLTA 2019.pdf](#). Acesso em: 23 dez. 2024.

ANJOS, M.B. Educação profissional e tecnológica: a prática pedagógica como veículo da liberdade. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.53, 2021. Disponível em: [5957-texto do artigo-20479-2-10-20211116 \(1\).pdf](#). acesso em: 23 dez. 2024.

ABREU, Arthur Emanuel Leal; ADEODATO, João Maurício Leitão. Complexidades na conceituação jurídica de fake news. **Revista Em Tempo**, v. 19, n. 1, 2020.

AGAPITO, Bruna. DAMASCENO-MORAIS, Rubens. Fake news como representação da violência: o caso do kit gay. **Revista CORALINA**, Cidade de Goiás, vol. 3, n. 2, p. 135-157, dez./2021.

ALVES, Marco Antônio Sousa. MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. **Internet&sociedade**. n. 1/v. 1/fevereiro de 2020 páginas 144 a 171.

BARBOSA, Victor. COSTA, Ana Carolina dos Santos. A percepção do impacto das eleições 2018 sobre a violência contra pessoas LGBT nos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 33, 2021.

BERNI, Felipe Collar. GUERRA, Vanessa Calvo. Do Programa Escola Sem Homofobia ao “Kit Gay”: uma análise de discurso e representação através da cobertura jornalística. Intercom – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre - RS – 20 a 22/06/2019**.

BRISOLA, Anna. BEZERRA, Arthur Coelho. Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação. **XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**. Londrina, PR, 2018.

CARNAVALE, Ricardo Willian da Silva. Políticas públicas de proteção social para a população LGBTQIAPN+ no Brasil: Uma revisão de estudos sobre o tema. **Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória, ES, 13 a 15 de junho de 2023. Disponível em: [Ricardo+Willian.pdf](#). Acesso em: 23/12/2024.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: [Dissertacao Marcelo Daniliauskas Revisada-libre.pdf](#). Acessada em: 16/12/2024.

DESLANDES, Keila. **Formação de Professores e Direitos Humanos: construindo escolas promotoras da igualdade**. Autêntica Editora. Ouro Preto, MG: UFOP, 2015.

FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 74-89, jan./jun. 2021.

FREIRE, Débora. FERNANDES, David. Mídiação nas redes sociais como valor-notícia: o ingresso da fake news 'kit gay' na pauta do El País. III **Seminário Internacional de Pesquisas em Mídiação e Processos Sociais**. UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2019.

GONÇALVES, Alexandre. O fantasma das fake news: objetivo, motivação e prejuízos das notícias falsas. **Notícias do Dia**, março de 2018. Disponível em: [O fantasma das fake news: objetivo, motivação e prejuízos das notícias falsas](#). Acesso em: 23/12/2024.

GUIMARÃES, Thiago. Quem tem medo do 'kit gay'? **Aos Fatos**, outubro de 2022. Disponível em: [Aos Fatos | Valorize o que é real](#). Acesso em: 23/12/2024.

JARDELINO, Fábio. CAVALCANTI, Davi Barboza. TONIOLO, Bianca Persici. A proliferação das fake news nas eleições brasileiras de 2018. **Comunicação Pública**, Vol.15 nº 28, 2020.

LELO, Thales Vilela. CAMINHAS, Lorena. Desinformação sobre gênero e sexualidade e as disputas pelos limites da moralidade. São Paulo, V.15 - Nº 2, mai./ago. 2021.

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. COELHO, Fernanda Marina Feitosa. DIAS, Tainah Biela. "Fake news acima de tudo, fake news acima de todos": Bolsonaro e o "kit gay", "ideologia de gênero" e fim da "família tradicional". **Revista Eletrônica Correlatio** v. 17, n. 2 - Dezembro de 2018.

MESQUITA, Ofélia Alencar et all. Fake news: geração, propagação e educação para as redes sociais. **Revista Textura**, v. 22 n. 52 p. 50-71 out./dez. 2020.

MOURA, Rafael Moraes. TSE determina remoção de vídeos de Bolsonaro sobre "kit gay" no Facebook. **Uol**, outubro de 2028. Disponível em: [TSE determina remoção de vídeos de Bolsonaro sobre "kit gay" no Facebook - Notícias - UOL Eleições 2018](#). Acesso em: 23/12/2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. MAIO, Eliane Rose. Kit Gay: dá para continuar discutindo esse assunto? **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 208 - 227, jan. / jul. 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. Kit de combate a homofobia do MEC: a polemização em torno dos recursos audiovisuais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 70, p.319-334, dez. 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. MAIO, Eliane Rose. "Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais": o discurso inaugural no "desagendamento" do kit gay do MEC. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.01, p. 125 – 152 jan./mar.2017.

PORTAL ÍNDICE. Quais são as principais motivações por trás da criação de Fake News? **Portal Índice**, agosto de 2024. Disponível em: [Quais são as principais motivações por trás da criação de Fake News? – Portal Índice](#). Acesso em: 23/12/2024.

RÔÇAS, G. et al. "O Sorriso de Mona Lisa". A análise de livre interpretação como perspectiva metodológica em pesquisas. In: Rôças, G. (org.). **Ensaio sobre a cegueira: reflexões acerca de processos formativos na área de ensino e o lugar da escola**. Porto Alegre: Fi, 2020. Cap. 9, p. 202 – 2018.

RODRIGUES, José Rafael Barbosa. SILVA, Josenilda Maria Maués da. Democracia e diferença em tramas político-curriculares contemporâneas: o Escola Sem Homofobia em análise. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 87-108, ago. 2018/ nov. 2018.

ROSA, Pablo Ornelas. SOUZA, Aknaton Toczek. CAMARGO, Giovane Matheus. O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. **Sinais**, Vitória – ES, n. 23/2 Jul-Dez 2019.

SANTOS, Cintia Regina Ribeiro dos. Sentidos minerados: o discurso do kit gay e a circulação algorítmica no controle do gênero. **Leitura**, Maceió, n. 71,

Estudos Linguísticos e Literários p. 18-31, set./dez. 2021.

SANTOS, Kalyne Alves Andrade. SPOSATO, Karyna Batista. Um olhar sobre a violência LGBTifóbica no Brasil. **Conhecer**: debate entre o público e o privado 2019, Vol. 09, nº 22

SERRA. Alynne Moreira. Fake News: Uma discussão sobre o fenômeno e suas consequências. Monografia (Graduação) - Curso de Ciência da Computação, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2018. 43 f.

TROTTI, Bárbara Araújo. LOWENKRON, Laura. Pânicos morais, sexualidade e infância. A fabricação do “kit gay” como artefato político na disputa presidencial de 2018 a partir da rede social Twitter. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 39 / 2023.

VELASCO, Clara. ROCHA, Géssyca. DOMINGOS, Roney. Fato ou Fake: Por que as pessoas criam fake news? **G1**, março de 2022. Disponível em: [Fato ou Fake: Por que as pessoas criam fake news? | Fato ou Fake | G1](#). Acesso em: 23/12/2024.

VACINAS E AUTISMO: impactos sobre o imaginário popular e as “fake news” nas campanhas de antivacinação nas mídias sociais

Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira

Introdução

Tudo começou na data de 14 de maio, no ano de 1796, quando Edward Jenner, um médico inglês inocula em um menino, o vírus da varíola, assinalando assim, o primeiro passo para a descoberta da vacina. Esse termo latim “vaccinus”, é derivado de “vaca”. Jenner observou que as pessoas que ordenhavam as vacas, contraíam a varíola bovina, doença de certo modo ligeira, mas não adoeciam da varíola humana, mais grave e mortal. Daí, devido ao fato de já terem adquirido a varíola bovina, esses leiteiros e leiteiras, já estariam imunizados.

Assim, a vacinação é reconhecida como uma prática de intervenção na prevenção de doenças com grande potencial de causar morbidades e mortalidade em massa. Os indivíduos vacinados, acabam protegendo indiretamente os não vacinados,

impedindo a circulação de agentes infecciosos no meio ambiente e por conseguinte, conferem proteção a indivíduos vulneráveis, nos estudos de Barbieri et al (2017).

A vacina no Brasil foi introduzida no ano de 1804, conferindo proteção às famílias nobres da época, trazida pelo marquês de Barbacena. No início, o imunizante era contra a varíola, tornando-se quase 30 anos mais tarde, obrigatória, o que colaborou muito para a superação dessa doença tão perigosa. Durante décadas, a então capital do Rio de Janeiro foi assolada por epidemias de varíola, febre amarela e peste bubônica, somado a grandes instabilidades econômicas e precariedades de saneamento básico. No ano de 1904, a população foi imposta de maneira agressiva a aderir a vacinação e a partir disso instaurou-se o caos na cidade, dando origem à “Revolta da Vacina”, ocasião em que a população se rebelou contra os gestores políticos, ateando fogo em estabelecimentos e apedrejando diversos locais da cidade.

Dentro dos pressupostos de Succi (2018) abordados por Cardoso *et al* (2021), nos últimos dois séculos evidenciou-se a luta contra as doenças infectocontagiosas, devido à contribuição das vacinas, a obrigatoriedade nos programas de saúde pública, aumento da cobertura homogênea e o posterior impacto na redução da morbidade infantil e custos advindos dessas doenças.

Pequena linha do tempo de vacinas

Século XVIII/ 1796 – Edward Jenner em um experimento, conseguiu extrair o líquido de uma ferida numa vaca, contendo o vírus da varíola, inoculando-o no braço de um menino, comprovando posteriormente sua imunidade. Assim, inicia-se a criação de vacinas para diversas doenças, a partir desse evento.

1885 – Louis Pasteur desenvolveu uma nova forma de utilização de organismos vivos;

- Vacina contra a Raiva;

1920 – Aumento no número de casos judiciais contrários à vacinação;
1950/1960 – Época de Ouro da aceitação vacinal; - Queda visível de índices nas manifestações das doenças;
1974 – Criado o Programa Ampliado de Imunização (PAI), promovendo assim o acesso às vacinações;
1980 – Dúvidas sobre a utilização de vacinas com células inteiras; - Pesquisas para as vacinas com produção acelular;
1990 – Patologia de Crohn associada à Vacina Tríplice Viral; Movimentos antivacinas ganhando notoriedade;
1998 – Crescimento do movimento antivacinas; Publicação sobre correlação da Tríplice Viral com o Autismo, de autoria de Andrew Wakefield;
2000 – Criação do <i>Global Alliance for Vaccines and Immunization</i> ; - Criação no Brasil do Programa Nacional de Imunização (PNI)

Fonte: Cardoso, VMS et al, 2021

De acordo com Cardoso et al (2021), apesar dessas conquistas, um movimento contrário à aplicação dos imunobiológicos fez-se presente após a publicação de um renomado pesquisador e cirurgião inglês Andrew Wakefield, num periódico de alto impacto, *The Lancet*, em 1998, no qual sugeria que o imunobiológico tríplice viral estava implicado ao surgimento do autismo em crianças imunizadas. Mesmo diante de uma retratação, as consequências de resultados equivocados, ainda são mantidas.

Os pesquisadores supracitados discorrem sobre os movimentos antivacinas, os quais crescem continuamente no mundo trazendo consigo consequências como o ressurgimento de doenças imunopreveníveis. A deficiência nas informações propagadas tem contribuído para a reemergência das doenças infecciosas e colocando em risco planos mundiais para erradicação de muitas

dessas enfermidades. E continuam os autores que tais movimentos distorcem e divulgam “fake news”, alegam bases científicas para questionar eficiência, eficácia e segurança das vacinas, além da forma como são produzidas.

Pereira (2020) ressaltava Romero (2016) o qual salienta que diversos conceitos sobre a causa do autismo foram estipulados, e que até a década de 1950, Kanner enfatizou os fatores psicológicos e ambientais (BRASIL, 2013, p.20). Novamente, coube à vacina Tríplice Viral e seus conservantes, aplicada em programas de imunização contra Sarampo, Caxumba e Rubéola, ser uma coadjuvante para a causa do transtorno, nos estudos de Romero, citados por Klin (2006, p. 55).

Geralmente, os locais com maior acesso às mídias sociais, são os que mais possuem crescente incidência de indivíduos contrários à vacinação devido à facilidade de obter informações falsas a respeito das imunizações (SATO, 2018). Uma das consequências acarretadas por esses movimentos, é a redução das coberturas vacinais, especialmente em crianças abaixo de cinco anos. Essa hesitação vacinal torna-se um “*continuum*” caracterizada pelo atraso na aceitação ou recusa vacinal a despeito da disponibilidade de vacinas, segundo pesquisas de Zorzetto e Sato (2018). A Organização Mundial de Saúde (OMS,2015) define a recusa vacinal exatamente como uma polaridade entre essas duas situações: aceitar e recusar o uso de imunobiológicos.

Vasconcelos-Silva et al (2015) observaram recentemente que as atenções das mídias e do imaginário popular dos países industrializados modificaram seus focos para novas ameaças. Segundo os autores, na medida em que os riscos oferecidos por doenças controladas pela imunização coletiva, como a coqueluche, o sarampo e a difteria desapareceram de seus horizontes (supostamente confinadas às populações do terceiro mundo), voltam-se agora aos potenciais efeitos deletérios associados a novos riscos e males. Quase sempre mal compreendidos pelo senso

comum e, não raro, mal esclarecidos em suas origens pela ciência, há novos perigos nos horizontes contemporâneos.

Nesse contexto, é inegável que o impacto emocional que incide sobre pais responsáveis por crianças com Autismo ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), não é desprezível. Tal desgaste torna parentes e conhecidos próximos especialmente vulneráveis a qualquer tipo de discurso que atribua sentido de causalidade ao autismo - condição ainda mal esclarecida perante o imaginário social. Destarte, proximidade física entre os solidários aliada ao sentido de causalidade das vacinas em relação ao autismo, passam a configurar situações de riscos secundários sob o olhar epidemiológico, nas elucubrações de Vasconcelos-Silva et al (2015).

O TEA, ainda é permeado por muita desinformação, principalmente ao que se refere às vacinas. Outras condições raras são alvos de estudos condizentes às imunizações prescritas, assim como a baixa cobertura vacinal e ausência do tema “vacinação” na Educação Básica, remetendo-nos à importância de informações esclarecedoras pertinentes, conscientizando os responsáveis e gestores quanto à preocupação e necessidade de se atentar aos cuidados básicos de saúde .

Implicações no imaginário popular

Losekann (2023) referido nos estudos de Pacheco e Filho (2024), ressalta que em anos recentes, devido à pandemia de COVID-19, o comportamento negacionista não somente instaurou-se diante da imunização dessa doença, como também em várias outras vacinas (sarampo, pólio, etc...), fato esse comparado ao episódio “Revolta da Vacina”:

[...] denominada Revolta da Vacina, que foi a resposta à forma como o governo lidou com o surto de varíola em 1904. Posteriormente, a Gripe Espanhola de 1918, que compartilha

muitas semelhanças com o coronavírus e ocorreu em meio a controvérsias científicas (Silveira, 2005), abriu as portas para vários tratamentos alternativos (Schwarcz; Estorninho, 2020); a epidemia de HIV/AIDS, doença estigmatizante alvo de ações governamentais negacionistas na África do Sul, embora a resposta do governo brasileiro tenha sido considerada exemplar por estudiosos e outros países; o vírus Zika e sua associação com microcefalia congênita e Síndrome de Guillain-Barré (SGB), caracterizada como uma ESPII²¹, onde o Brasil desempenhou um papel estratégico na mobilização de recursos e esforços científicos. Emergências sanitárias anteriores compartilham semelhanças com a pandemia de COVID-19, e as respostas governamentais e sociais indicam possíveis caminhos (LOSEKANN, 2023, p. 57, ênfase dos autores).

O autor enfatiza que, em tempos de descrédito generalizado em torno da ciência, a sociedade acessa informações a partir da velocidade de um “click” ou até menos, pela navegação da Internet, redes sociais e mídias digitais. E continua que “*Fake news* ou “*False news*” são validadas e propagadas, as quais podem ser explicadas como dois tipos, sendo o primeiro relativo à disseminação de informações por indivíduos maliciosos de acordo com seus próprios interesses, enquanto o segundo é pertinente àquelas inocentemente compartilhadas, porém incorretas, dentro de um mesmo círculo social (ALBUQUERQUE et al., 2021, p.3. Tradução minha).

²¹ Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

Após a publicação do Dr. Andrew Wakefield, muitas pessoas ficaram temerosas em tomar vacinas devido ao risco de desenvolver autismo, incluindo possíveis efeitos colaterais dos componentes. A repercussão gerou maior adesão ao movimento antivacina, mesmo diante da retratação realizada pelo doutor, o qual afirmou não apresentar informações confiáveis. Atualmente, a correlação da vacina com o TEA já não é mais tão premente, porém a adesão antivacina permanece ao colocar em cheque a credibilidade nelas, devido à produção de seus insumos.

Nas palavras de Vasconcelos et al (2021), nosso país é reconhecido mundialmente pelo seu amplo espectro de vacinações, distribuída gratuitamente a toda a sua população; contudo, uma expressiva queda na taxa de imunizações vem ocorrendo, concernentes à caxumba, sarampo e rubéola, podendo ocasionar o retorno dessas doenças. Um dos possíveis fatores, é a recusa dos pais a levarem suas crianças para ser vacinadas.

Embora o autismo seja uma alteração do neurodesenvolvimento com uma ampla gama de sintomas, cujo diagnóstico não está relacionado com a inoculação de quaisquer vacinas, ainda persistem resistências, desinformação alimentada pelo medo e circulante nas redes sociais e outras plataformas digitais. É conveniente explicar que as vacinas constituem uma intervenção da Saúde Pública, imbuídas de promover o bem-estar das populações, como também erradicar doenças até então, consideradas incontroláveis.

As fontes de informações propagadas não são fidedignas, cabendo a todos nós, a busca por fontes mais confiáveis, para que não pereçamos por falta de esclarecimentos verídicos em prol da ciência e da vida. Quando uma determinada população é imunizada, outras usufruem também dessa proteção consequentemente, visto que uma imunidade de grupo é instaurada, beneficiando aqueles que porventura, não possam ser vacinados por questões de sistema imune deficitário.

Em resumo, o ato de vacinar é equivalente ao cuidado de uns com os outros. A desinformação disseminada ganha espaço notório, envolvendo-nos em um enredamento equivocado e capaz de distorcer os fatos considerados científicos. Essas argumentações remetem-nos à noção do “sagrado e do profano”, inerentes em algumas pessoas adeptas de crenças religiosas, nas quais são atribuídos temores e culpabilidade, não somente aos casos envolvendo o TEA, mas, relativos a outros transtornos que por serem muitas vezes desconhecidos, dão origem a inúmeros fatos sem comprovação científica.

Respaldos por amplas formas de propagação das informações como erros científicos e/ou credos, os quais enfatizam que a doença só “ocorre com a permissão de Deus”, e quando são imunizados, o indivíduo estaria burlando os domínios divinos e cometendo pecados, somente refletem o quão esses movimentos negacionistas estão carentes de conhecimento real, impedindo que os benefícios dos imunobiológicos atinjam um grande contingente populacional, evitando altos índices de morbimortalidade.

Questões filosóficas e desconhecimento sobre imunologia, também permeiam as desinformações, as quais enfatizam que a imunidade adquirida através da doença é mais efetiva que a da vacina, medos em torno das reações colaterais, propiciando um crescente número de seguidores dos grupos antivacinas e a disseminação cada vez maior dessas e outras “fake news”.

Metodologia

O referido estudo trata-se de uma revisão de literatura, abordando as vacinas e os movimentos antivacinas com seus desdobramentos causados pela propagação de “fake news” em torno desses eventos. Trabalhos publicados em português, inglês e espanhol, dos últimos seis anos, foram analisados com o intuito de fidelizar não só uma contextualização histórica, mas também o

panorama de imunizações e o combate aos argumentos contraditórios ao procedimento.

VACINAS E MOVIMENTOS ANTIVACINAÇÃO: ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS - Vivian Michele Vieira de Souza Cardoso, Elisa Bianco, Natália Quatel Accordi, Ágata Bruna Neto, Maia Pimentel, Fabyolla da Silva Lourenço, Valéria Dulce Cressoni, Ana Cristina Felício Rios, Miranda, Clarice Santana Milagres.

Revista Eletrônica Acervo Científico | ISSN 2595-7899 – Fevereiro 2021

Esse artigo aborda o contexto em torno do histórico sobre as vacinas, os receios e questionamentos, os movimentos antivacinação e suas consequências;

VACINAS E O ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA COMO ANTÍDOTO PARA AS FAKE NEWS

Camila Pacheco camilapacheco@alunos.utfpr.edu.br 0000-0002-6373-7574

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
Nestor Cortez Saavedra Filho nestorsf@utfpr.edu.br 0000-0003-4139-8986

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
The National Common Curricular Base (BNCC) for the Natural Sciences area in Elementary Education highlights the importance of scientific and technological development, as well as advocates for the discussion of socially significant topics, encompassing ethical, political, cultural, and scientific knowledge. It thus guides scientific literacy, which "involves the ability to understand and interpret the world (natural, social, and technological), but also to transform it based on the theoretical and procedural contributions of sciences" (BRASIL, 2017, p. 321).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a área de Ciências da Natureza no Ensino Fundamental, destaca a importância do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como defende a

discussão de temas socialmente significativos, abrangendo conhecimentos éticos, políticos, culturais e científicos. Orienta assim, a alfabetização científica que “envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico) mas também de transformá-lo a partir das contribuições teóricas e processuais das ciências” (BRASIL, 2017, p.321)

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ONDE ESTAMOS E PARA

ONDE VAMOS. SCHMIDT, C - Psicologia em Estudo, 2017 - redalyc.org ... **autismo** e a **vacina** tríplice viral. Uma pesquisa publicada na revista The Lancet sugeriu que a **vacina** ... SCR) poderia desencadear a predisposição para o **autismo** (Wakefield et al., 1998). O aumento dos casos de autismo tem sido consistentemente relatado ao longo dos últimos anos na literatura. Há apenas uma década se estimava a prevalência de uma criança a cada 110 nascimentos, ao passo que dados epidemiológicos atuais indicam uma a cada 68.

VACINAS: DA CRIAÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO POLÊMICO MOVIMENTO DE REJEIÇÃO

AL da Silva, LA de Oliveira Machado... - Revista de saúde ..., 2021 - periodicos.uefs.br

Abordagem sobre os imunobiológicos e como eles vêm sendo alvo de notícias falsas nos últimos anos que, combinadas a fatores culturais e sociais, estão ocasionando a diminuição da taxa de vacinação no Brasil.

MOVIMENTO ANTIVACINAÇÃO NO FACEBOOK®: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS

MV Ferreira, A de Quadros... - Brazilian Journal ..., 2020 - ojs.brazilianjournals.com.br

O referido artigo enfoca a importância das vacinas na prevenção de doenças e o alerta para as falsas informações que proliferam na internet e nas redes sociais digitais. Para isso, os profissionais da saúde, especialmente da atenção primária à saúde devem adotar

medidas para que cativem a adesão da população à vacinação da comunidade em geral.

A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO: A OPINIÃO DOS PAIS DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS - BRAZILIAN JOURNAL OF HEALTH REVIEW, CURITIBA, V.4, N.4, P.18420-18432 JUL./AUG. 2021 - Morgana dos Santos Slendak

Acadêmica do Curso de Enfermagem da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Canoas/RS. E-mail: morgana_slendak@hotmail.com
Miria Elisabete Bairros de Camargo -Enfermeira. Professora do Curso de Enfermagem pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Canoas/RS. Mestre em Educação. E-mail: miriabcamargo@gmail.com

Maria Renita Burg -Enfermeira, Professora do Curso de Enfermagem pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Canoas/RS. Mestre em Saúde Coletiva. Endereço: Avenida Farroupilha, 8001 · Bairro São José · CEP 92425-900 · Canoas/RS. E-mail: renita@terra.com.br

O estatuto da criança e do adolescente (ECA) assegura o direito de que a criança seja vacinada. A lei no 8.069/90 que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, visa estabelecer os direitos e a proteção integral a essa população. O ECA, no parágrafo único do Art. 14, estabelecendo que é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”.

Durante as buscas nos sites, foram inseridos nomes dos descritores, tais como “Negacionismo”, Movimento Antivacina”, “Autismo”, resultando nesses principais artigos bastante atuais, nos quais estavam evidentes fatos concernentes à temática preconizada.

As páginas visualizadas constituem principais tópicos das argumentações contrárias à vacinação e respectivos conteúdos, tais como respeito às preocupações, dúvidas e alertas com os efeitos das vacinas, além de comentar sobre o descrédito da medicina convencional, por parte de alguns profissionais e das informações

de órgãos oficiais de saúde, salientando a respeito de substâncias contidas nas vacinas como 'responsáveis' por doenças. Inclusive, a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC-BRASIL, 2017) para a Educação Infantil, é citada ao enfatizar e apresentar os direitos para a aprendizagem e o desenvolvimento estruturados em torno de campos de experiência, tais como:



No entanto, não há nenhuma Educação científica específica, nem menção às vacinas.

Respeitando os preceitos éticos, não foi necessário submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) conforme preconizado pela Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, uma vez que só foram pesquisados artigos publicados como revisões

exploratórias e documentais. As publicações analisadas, acrescentam reflexões como as vacinas podem ser temas dentro da Educação Básica no Brasil, tão bem quanto expandir sua discussão em todas as esferas governamentais e não-governamentais, visto que esses estudos também exploram cenários de negacionismo e obscurantismo decorrentes das “fake news”.

Considerações finais

Edward Jenner alavancou a descoberta da vacina, tornando-a uma intervenção de saúde pública amplamente utilizada, contribuindo para o bem-estar de nossa sociedade ao evitar milhões de mortes e doenças, constituindo-se como uma das mais significativas conquistas da história. Porém, em 1998, um renomado médico inglês, Andrew Wakefield publicou um artigo na revista *The Lancet*, no qual aventava a hipótese de que o Autismo ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), estivesse vinculado à Vacina Tríplice Viral. Esse fato gerou inúmeras polêmicas, e por isso, vários estudos foram conduzidos com o intuito de investigar essa possível ligação.

Na atualidade, nenhuma evidência foi constatada. No entanto, a avalanche de notícias falsas e desinformação desencadeada pelos movimentos antivacinas, permanecem disseminando temores e preconceitos.

A indústria midiática e as redes sociais podem e devem buscar subsídios em prol dos esclarecimentos científicos, elaborando processos como *fact-checking*, com a proposta de investigar a veracidade das publicações propagadas.

São diversos os motivos para que essas notícias sejam veiculadas, cujos autores criam manchetes absurdas, com o intuito de atrair acessos aos sites. Essa atitude macula e prejudica a todos que contribuem para uma ciência a contento e fontes de comunicação, sendo a melhor forma de combatê-las, o não compartilhamento e a procura por informações em outros veículos conhecidos como grande mídia.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, no Brasil, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, Lei nº 9.394/96, Art. 29). Daí, a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) ser citada, tendo em vista a preocupação em difundir a necessidade de cuidados básicos, no caso a vacinação, em seu escopo aos gestores, responsáveis e demais profissionais, na intenção de desconstruir ideologias as quais execram fundamentos teórico-científicos.

Com certeza, a Ciência não para; cada vez mais, que sempre novos olhares transponham obstáculos que insistem em surgir, que possamos nos espelhar em exemplos vivos de persistência como as pessoas crédulas nos avanços científicos, as quais nos enriquecem de sabedoria e vivências.

Conviver com a diversidade, é uma oportunidade de ressignificar as nossas atitudes, informações e questionamentos. A visão tradicional que privilegia os conhecimentos formais destituídos de experiências vivenciais, não atende mais à realidade; a humanidade vive momentos de transição, de mudanças rápidas e intensas que nos fazem enxergar que a vida é o espaço no qual são vivenciadas experiências estruturantes no processo de “hominização”, e por este motivo, é importante pensar em uma relação envolta em embasamentos construtivos, desmistificando receios, otimizando o processo de crescimento das comunidades científicas, enaltecendo o ser na sua totalidade, em suas múltiplas dimensões.

Referências

ALBUQUERQUE, U. et al. **Manual de enfrentamento de Fake News em Tempos de Covid - 19**, 2021. [pdf]. Available at: <https://sites.ufpe.br/rpf/wp->

content/uploads/sites/43/2020/05/Manual-de-enfrentamento-a-fake-news.pdf. Access on Jul. 13th, 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. 2000. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 4th ed. Arlington, U.S.A.: American Psychiatric Association; 84p.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: Ministério da Educação. 2017. Available: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Access on: Aug. 12th, 2022.

BARBIERI CLA, et al. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 2017; 33(2): 1-11.

CARDOSO V. M. V. de S.; BIANCO E.; ACCORDI N. Q.; PIMENTEL Ágata B. N. M.; LOURENÇO F. da S.; CRESSONI V. D.; MIRANDA A. C. F. R.; MILAGRES C. S. Vacinas e movimentos antivacinação: origens e consequências. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 21, p. e6460, 18 fev. 2021.

CRESCÊNCIO CL. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 2017; 33(2): 1-11.

FERREIRA, M. V.; QUADROS, A. de; DELLANHESE, A. P. F.; FERNANDES, M. T. C. Movimento antivacinação no Facebook®: uma análise crítica da disseminação de notícias falsas / Anti-vaccination movement on Facebook®: a critical analysis of the dissemination of false news. **Brazilian Journal of Development**, [S. L.], v. 6, n. 9, p. 66669–66685, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n9-197. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/16365>. Acesso em: 19 nov. 2024.

KLIN, A. (2006). Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 28, 3-11. doi: 10.1590/S1516-44462006000500002

LOSEKANN, Sabrine Dias. Negacionismo no Contexto do Enfrentamento da Pandemia de Covid-19 em Quatro Atos. 308f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Available at: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/33195>. Access on: November,19th, 2024.

PACHECO, C.; SAAVEDRA FILHO, N. C. Vaccines and Science Teaching: A Literature Review as an Antidote to Fake News. **Brazilian Journal of Science Teaching and Technology**, Ponta Grossa, v. 17, Special Edition, p. 1-20, 2024. Available at: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/17014>>. Access on: November,19th,2024.

PEREIRA, Elizabeth Rodrigues de Oliveira. O Corpo ganha lugar na Educação Inclusiva: Um Olhar para a Motricidade no Transtorno do Espectro Autista (TEA). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020

ROMERO, Priscila. **O aluno autista: avaliação, inclusão e mediação**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016

SATO, APS.. What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil? **Revista de Saúde Pública [online]**, 2018; 52: 96.

MONTEIRO, Patrícia Seminário de Jovens Cientistas página: www.acad-ciencias.pt Vacinas e autismo: factos e ficção. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Portugal

SUCCI RCM. Vaccine refusal: what we need to know. **J. Pediatr.**, 2018; 94(6): 574-581.

VASCONCELOS P. F. CORRÊA S. M. C; DOS PASSOS J. S.; MARQUES V. G.; TANAJURA N. P. M.; DO NASCIMENTO D. R.; Silva C. S.; MAGALHÃES L. P.; NEVESL. R.; SILVEIRA M. B. S. As possíveis causas da não adesão à imunização no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo** .

ZORZETTO R. As razões da queda na vacinação: Ao menos nove fatores contribuem para a redução na imunização infantil e aumentam o risco de doenças graves ressurgirem. 270. ed. São Paulo: **Revista Pesquisa Fapesp**, 2018; 7p.

O DISCURSO ANTISSOLIDARIEDADE COMO EFEITO DA DESINFORMAÇÃO: o caso das fake news sobre as enchentes no Rio Grande do Sul

Duílio Fabbri Júnior

Introdução

As *fakes news* tornaram-se um fenômeno global contemporâneo, que desafia a integridade da informação na era digital. A Análise de Discurso (AD) oferece pistas e ferramentas relevantes para desvendar as estruturas subjacentes que permitem a proliferação de notícias falsas. Pêcheux ([1969] 2010) coloca que o uso da AD permite identificar os processos discursivos e a produção de sentido e, por sua vez, como influenciam a percepção pública.

Sob essa ótica, as *fakes news* podem ser vistas como construções discursivas que se apoiam em memórias preexistentes para legitimar informações falsas. No caso das enchentes do Rio Grande do Sul, que ocorreram em maio de 2024, percebeu-se uma disseminação rápida desse modelo de desinformação, o que fez,

inclusive, com que o governo federal brasileiro se manifestasse a respeito e pedisse que os propagadores de notícias falsas parassem com essa prática. Para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, falas levianas desmereciam o trabalho de profissionais e voluntários que atuavam de forma ininterrupta na linha de frente do trabalho humanitário e de reconstrução²².

A rápida disseminação de *fake news*, especialmente em situações de crise como as enchentes no Rio Grande do Sul (RS), pode ser atribuída a alguns fatores tais como as emoções fortes, isso porque as notícias falsas, frequentemente, evocam emoções intensas, como medo ou indignação, sentimentos que podem levar as pessoas a compartilhar informações sem verificar a veracidade. Tomemos como exemplo o trecho a seguir, publicado pela seção “Fato ou Fake” do *G1*, portal de notícias da *Rede Globo*:

Circula nas redes sociais uma série de publicações apontando que governo federal estaria embalando doações feitas por terceiros e afirmando que seriam destinadas às vítimas dos temporais que atingem o Rio Grande do Sul como se fossem do órgão. Essas publicações, no entanto, são **#FAKE**.²³

Nesse caso, podemos notar duas características centrais no funcionamento do discurso das fake news, que abordaremos ao longo deste capítulo:

²² Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/05/lula-critica-onda-de-fake-news-relativas-a-tragedia-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 25 jun. 2024.

²³ Acesso em 25/06/2024 em em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2024/05/13/e-fake-que-o-governo-federal-tenha-distribuido-doacoes-de-terceiros-como-se-fossem-suas-no-rs.ghtml>

- **Efeito de rede:** As redes sociais amplificam o alcance das *fake news*, permitindo que elas se espalhem rapidamente entre grupos e comunidades.
- **Confirmação de viés:** Pessoas tendem a compartilhar informações que reforçam suas crenças preexistentes, mesmo que essas informações sejam falsas.

Além disso, a solidariedade em momentos de crise pode ser explorada por indivíduos mal-intencionados para espalhar notícias falsas, aproveitando-se da urgência e do desejo das pessoas de ajudar.

No caso específico das enchentes no RS, houve desinformação sobre a retenção de doações por falta de nota fiscal e cobrança de impostos, o que foi desmentido pelas autoridades competentes²⁴. O governo e as autoridades locais tomaram medidas para combater a disseminação de *fake news*, como a criação de forças-tarefa e a investigação policial para responsabilizar os autores.

Se partimos das colocações de Foucault ([1970] 1996), em que se observa e explora a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados para controlar o discurso, podemos considerar que as *fakes news* são um instrumento a ser analisado como dispositivos de poder, que buscam estabelecer uma “verdade” alternativa, manipulando a percepção das massas. A verdade e a disputa do poder são dois conceitos imbricados nas proposições de Foucault ([1976] 2012):

Em nossas sociedades, a economia da verdade tem cinco características historicamente importantes: a verdade é centrada na forma do discurso científico e

²⁴ Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/e-fake-que-doacoes-estao-sendo-retidas-pelo-governo-do-estado-para-cobranca-de-impostos>. Acesso em: 25 jun. 2024.

nas instituições que o produzem; está submetida à constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e confronto social (as lutas ideológicas). (p. 52)

O autor abre um ponto de problematização importante, pois podemos ter a percepção de que cada sociedade tem um regime de verdade próprio, estabelece “conceitos” de verdade, baseados nos tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Nesse âmbito, os mecanismos e as instâncias que colocam os enunciados em classificações de “verdadeiros” ou “falsos” e a maneira como se sancionam uns e outros acabam tendo a reponsabilidade e o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

As redes criadas na internet deram pontos de fala e ‘autorização’ social para que qualquer cidadão exerça os papéis de criador e disseminador de conteúdos, além de amplificar o potencial de espalhar *fake news*, sejam elas criadas por indivíduos anônimos ou por agentes públicos e autoridades. Portanto, o ambiente digital gera potencialidade e tonicidade às *fake news* (Teixeira, 2018), como

se amplificasse a força dos boatos e das fofocas de tempos analógicos.

Dessa forma, no campo da solidariedade, da união e das defesas públicas, o impacto da desinformação e das *fake news* gerou uma desconfiança prejudicial ao esforço de socorro, ao resgate e à ajuda à população do RS. E não é à toa que esses impactos são fortes.

Os brasileiros estão entre os cidadãos mais conectados do mundo (PNAD, 2020), uma condição propícia para a disseminação das notícias falsas. Tanto é que, por todo o país, as notícias fraudulentas sobre o RS ganharam muita força durante as enchentes, que colocaram cidades, como Porto Alegre e redondezas, sob as águas, pondo em cheque as ações dos governos estadual e local, além de criar dúvidas e questionamentos sobre a idoneidade das organizações não governamentais (ONGs), que abriram contas para ajudas em dinheiro.

Esse foi um momento em que, na comunicação digital, o fenômeno de disseminação das *fake news* foi tão rápido se reproduzindo como um vírus, principalmente, em aplicativos de troca de mensagens privadas. Foi algo só visto anteriormente no Brasil durante a pandemia da Covid-19.

O episódio envolvendo a situação do RS levou instituições governamentais, que acompanharam o fenômeno a se manifestarem. Nessa postagem, feita pelo site de notícias *UOL*, é possível ler sobre a preocupação do governo federal sobre as notícias falsas:

Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá pedir à Polícia Federal a responsabilização de pessoas que disseminem *fake news* em relação à tragédia decorrente das fortes chuvas no Rio Grande do Sul. Costa disse que acionou o ministro

da Justiça, Ricardo Lewandowski, que trata do assunto.²⁵

Quando encontramos os aspectos do discurso político, observamos características centrais que se referem à vida em sociedade, e a esse fato se atribui a incumbência de ser o portador em sua essência de uma “força de verdade”, que se pretende superior àquelas lançadas, por exemplo, pelos discursos dos adversários e dos disseminadores de desinformação. Ora, nessa área qual seria o enunciado e o discurso do ministro, senão o de convencer, por meio de um efeito de verdade, do qual se reveste a palavra e a fala políticas? Como diz Charaudeau (2006, p. 210): “esses efeitos de verdade dependem eles próprios das representações construídas por cada grupo social, portanto dos imaginários que estruturam”.

Na mesma arena, estão em funcionamentos os discursos político, de verdade e de solidariedade. Esse último propõe os valores da solidariedade ligados à ideia de igualdade, entendida enquanto uma forma de reconhecimento entre os sujeitos de um grupo social. Esse discurso é fundante ao produzir os efeitos de um sentimento de irmandade generalizada, com o imaginário de que o que acontece a um acontece a todos. Assim, os sujeitos sociais desse espaço compartilhariam de uma identidade comum, a humanidade, e, a partir desse elo, erguer-se-ia uma cadeia, uma “vontade cidadã fraternal”, uma consciência social.

Diante disso e diante das condições de produção do discurso digital, da proliferação de notícias falsas e da situação do RS, é claro que outro discurso emerge. Trata-se de uma série de enunciações sobre as condições climáticas, o discurso ecologista que clama por um dever de equilíbrio e proteção da natureza, além da harmonia

²⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/05/07/governo-aciona-pf-para-punir-fake-news-sobre-enchentes-do-rs.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 02 jul. 2024.

entre as forças produtivas rurais, o que resultaria num bem-estar de toda a humanidade. Então, temos muitos discursos em funcionamento, colocando a questão da preservação ambiental e da solidariedade em um estágio de consciência para a reabilitação de todos.

Das desinformações

Em uma entrevista, a jornalista Luciana Carvalho, professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), relatou ao jornal *Brasil de Fato*²⁶ que:

Assim como ocorreu na pandemia, esses momentos de crise acabam potencializando esse problema da desinformação, que gera confusão, gera pânico, atrapalha quem está em busca de ajuda, quem está querendo ajudar em meio a catástrofe. Não são apenas as chamadas fake news, notícias falsas. Mas tem também conteúdo descontextualizado. (Brasil de Fato, 2024, on-line).

A partir dessa colocação da professora, pode-se pensar que esses sujeitos produtores de *fake news* desejam se colocar numa posição similar a um *gatekeeper*, em que eles decidiram, a partir das próprias convicções, o conteúdo, a forma e o direcionamento a um público-alvo, no qual a desinformação vai produzir efeitos e impactar as discussões sociais, polinizando-as por um efeito de

²⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/10/divulgacao-de-fake-news-sobre-rio-grande-do-sul-aumenta-caos-e-tem-fins-eleitoreiros-diz-professora-da-ufsm#:~:text=Uma%20das%20not%C3%ADcias%20desmentidas%20foi,re de%20social%20com%20a%20desinforma%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 02 jul. 2024.

verdade, solidariedade e política. Os interlocutores, por sua vez, pelo efeito de rede e pela confirmação de viés, repassam essas falsas informações a outros, amplificando o poder de alcance da mensagem.

Uma das notícias falsas mais difundidas, que precisou de diversos apelos e desmentidos, foi a de que caminhões com doações para a população gaúcha estariam sendo barrados nas estradas por não apresentarem nota fiscal. O influenciador digital Pablo Marçal foi um dos que publicou um vídeo em rede social com a desinformação, sendo alvo de ação da Advocacia-Geral da União (AGU). Ele ainda passou a ser investigado pela Polícia Federal, ao lado do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) e do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), sobre *fake news* relacionadas à situação no Rio Grande do Sul²⁷.

A professora da UFSM lembrou ainda que:

Há um grupo, um movimento coordenado, organizado, que quer difamar governos, forças armadas, instituições. Tem fins eleitoreiros, a gente sabe, né? É inacreditável. A gente vê uma união de forças, inclusive o governo federal, o governo estadual, prefeituras se unem pra tentar atender às vítimas nesse momento. E, por outro lado, tem grupos que são extremistas e que querem gerar discórdia, que pensam na questão eleitoreira e estimular, inclusive, pânico. Isso gera caos, e no meio do caos

²⁷ Notícias sobre esse fato podem ser encontradas em vários jornais, entre eles *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/05/07/sem-citar-coach-autoridades-do-rio-grande-do-sul-desmentem-fake-news-de-pablo-marcal-sobre-doacoes.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2024.

tem muita gente que lucra com isso. (Brasil de Fato, 2024, on-line).

O governo federal, por meio da Agência Nacional de Transportes (ANTT), teve que publicar portarias, estabelecendo a isenção de pedágio nas rodovias federais para veículos que estejam transportando donativos ao Rio Grande do Sul. Também dispensou a fiscalização nos postos de pesagem, facilitando o fluxo²⁸. Além dessas informações falsas que circulavam sobre o assunto, outros exemplos estão listados no site *Boatos.org*, especializado em desmentir informações falsas que circulam digitalmente. Entre eles, está a *fake news* de que, além daqueles que transportavam doações, caminhões que levavam água também estavam sendo parados²⁹.

Podemos pensar que, a partir de um ambiente público digital, como as redes sociais *Instagram* e *Threads*, essas postagem ganham contorno de verdade e, com elas, os efeitos da desinformação se intensificam, "isto é, sua integração numa rede de relações algorítmicas que garantem o funcionamento e a circulação, ao mesmo tempo em que lhe confere características linguisticamente inéditas (Paveau, 2021, p. 30).

Os disseminadores de notícias falsas usaram um vídeo *fake* também sobre uma chuva forte em Lajeado (RS), em setembro de 2023. Ele voltou a circular em maio de 2024, no período das enchentes³⁰. De acordo com a informação falsa propagada pelo

²⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/antt-libera-pagamento-de-pedagio-para-veiculos-de-carga-com-donativos-acompanhados-de-viatura-oficial>. Acesso em: 02 jul. 2024.

²⁹ Disponível em: <https://www.boatos.org/lista/10-boatos-e-fake-news-sobre-as-enchentes-no-rio-grande-do-sul.html>. Acesso em: 02 jul. 2024.

³⁰ O portal *G1* checou a notícia de Lajeado (RS) e apontou a falta de veracidade do conteúdo. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2024/05/07/e-fake-video-em-que-mulher-diz-que-doacoes-foram-retidas-em-lajeado-para-esperar-visita-de-lula.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2024.

vídeo, doações não teriam chegado aos destinatários, pois estariam esperando a chegada do presidente Lula.

A postagem do vídeo de 2023, fora de contexto em 2024, aponta que, além da desinformação, pode ser percebida uma posição ideológica contrária ao governo Lula, uma construção simbólica de uma estratégia de fragmentação e de desmobilização. Nesse processo, os discursos veiculados em *fake news* minam a unidade, a solidariedade e a confiança nas instituições que deveriam fornecer a segurança e a proteção ao cidadão gaúcho e que acabam por colocar em dúvidas as ações que poderiam auxiliar as vítimas da enchente de forma mais eficaz.

A polêmica, também discutida em redes sociais da internet, alega o compartilhamento de notícias falsas sob o pretexto do discurso da liberdade de expressão. Conforme Gomes *et al.* (2020), a liberdade de expressão tem por finalidade o direito de se externarem ideias, opiniões e juízos de valor, ou seja, qualquer manifestação do pensamento humano. Porém, em uma sociedade democrática, há uma dualidade dessa liberdade com o direito à informação, sendo, pois, “dois lados da mesma moeda”. Ora, se a liberdade de expressão consiste no direito de exprimir convicções, essa liberdade acaba dando o pretexto ao sujeito de ser informado como ele quer e ter acesso a dados sem nenhuma implicação jurídico-social, afinal, não seria esse um valor fundador nas sociedades democráticas?

Assim, diante desse conflito entre discursos no que se refere às enchentes do RS, é *sine qua non* à população o acesso fácil à informação de qualidade, por meio das notícias divulgadas pelos órgãos públicos do governo, pelas instituições de pesquisa e observadores científicos e, claro, pela imprensa. Esses dados seriam base para que os indivíduos pudessem tomar decisões. Não é suficiente, no entanto, que essas informações estejam disponíveis, mas também que os sujeitos estejam preparados para distingui-las e qualificá-las em relação a tudo o que é colocado em circulação nas redes.

Ainda na esteira das análises entre as relações interdiscursivas, fica evidente que as *fake news* são direcionadas para um nicho, que se insere ideologicamente em uma mesma formação discursiva, que, no caso das enchentes, evocam claramente os indivíduos em oposição ao governo Lula. Pode se pensar que esses sujeitos se tornam um nicho, a partir de diferentes posicionamentos, tais como o negacionismo, a disseminação de notícias fora de contexto, a criação de uma desmobilização e descrédito na ajuda do governo e da sociedade para a reconstrução do estado. Essa última, talvez, uma das consequências mais perversas desse cenário, fazendo com que muitos deixem de doar recursos aos desabrigados por crerem numa desorganização ou nas perdas desses recursos.

Maingueneau (2005) associa a interdiscursividade com a gênese discursiva, já que há sempre um já dito que se constitui no outro do discurso. Assim, toda produção discursiva, de acordo com certas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente, como foi o caso do “descontexto” da enchente de Lajeado, no RS em 2023, como se fosse uma das cenas divulgadas das enchentes do RS em 2024. É importante destacar que a interdiscursividade, nesse caso, não é apenas o enunciado – ou seja, o citado vídeo – mas também a série de imagens e pré-construídos sobre todos os temas envolvidos (a política, o governo, o presidente Lula, o estado do RS etc., as relações tributárias, a burocracia etc).

Orlandi (1999) nos dá pista sobre essas materialidades.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua, [a AD] trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se completa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é

interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 1999, p.17)

Partindo da base de que a notícia é uma construção (Alsina, 2009), em que se fundem em condições de produção específicas que permeiam contextos e dão o lugar de fala do jornalista, compreende-se, então, que as postagens que pretendem alcançar o status de notícia refletem um corte real da situação apreendida. É claro que podemos entender que, os critérios também se modificam e formas de apuração surgem e desaparecem. E assim, percebemos e aceitamos que os textos recorrentes dos assuntos e com contornos noticiosos sejam verdadeiros.

Nesse contexto, cabe-nos explorar se “cidadania”, que, como já dissemos anteriormente, baseia-se numa falsa interpretação da ideia de liberdade de expressão, configura-se como uma integração em que o cidadão/sujeito consome enunciados informativos, opinativos, sobre os quais cabe a ele a interpretação sob a ótica de um conjunto de processos de valor simbólico, utilizando-os conforme os atravessamentos ideológicos.

No dia 11/06/2024, o Ministro-Chefe da Secretaria Extraordinária de Apoio a Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, postou em sua conta na plataforma X³¹, um vídeo com uma lista das *fake news* sobre a tragédia do RS, que a Justiça mandou retirar do ar. Essa única postagem teve 63,7 mil visualizações e foi repassada por 1.432 pessoas. Além disso, 55 pessoas comentaram o

³¹ Os comentários foram capturados pelo autor, diretamente no X, por meio de uma amostra não probabilística de caráter intencional. O objetivo foi reunir recortes discursivos. Foram mantidos eventuais desvios gramaticais e ortográficos, próprios do discurso digital escrito. Disponível em: <https://x.com/Pimenta13Br/status/1800620378252886066?t=VfEBp9pD3VbsO-6tot1TdA&s=08>. Acesso em: 02 jul. 2024.

conteúdo, e 5.513 curtiram o vídeo. Observemos, como recorte discursivo, alguns desses comentários realizados na postagem:

Na sua página do Facebook denunciei dois perfis que estão compartilhando vídeo fake sobre o arroz que ainda nem chegou ao país, espero sejam no mínimo investigados. Muito triste gastar tempo e energia c fakes em vez de enumerar os logros do governo q não são poucos - @MaraDutraMaroka

Parabéns por usar a palavra "MENTIRA" é mais didático e provoca mais vergonha, a palavra em inglês dá a sensação de algo menor, uma brincadeira. @RossanaFFreie1

Você é uma mentira." @pacheco7lagos1

É uma montanha de *fake news*. @lineurocchi

Como pode se perceber, as posições antagônicas são claras nas postagens, nas quais o que se é avaliado é o lado de quem enuncia e não as consequências do que se é enunciado. Toda essa dinâmica produz reações, incitando o ódio, os ataques e as desqualificações, aumentando as coesões grupais de cada lado.

O primeiro é que o indivíduo na massa adquire, pelo simples fato do número, um sentimento de poder invencível que lhe permite ceder a instintos que, estando só, ele manteria sob controle. E cederá com tanto mais facilidade a eles, porque, sendo a massa anônima, e, por conseguinte irresponsável,

desaparece por completo o sentimento de responsabilidade que sempre retém os indivíduos. Não precisamos, em nosso ponto de vista, atribuir muito valor à emergência de novas características. Basta-nos dizer que na massa o indivíduo está sujeito a condições que lhe permitem se livrar das repressões dos seus impulsos instintivos inconscientes. (Le Bon, [1895] 1954, p. 15).

A partir das reflexões do autor, fica claro como os grupos se organizam e se fortalecem por meio de posições que refletem um pensamento indiferente em relação a ser *fake* ou verdadeiro. Nessa esteira, podemos acionar as contribuições de Foucault em que a crítica social contemporânea é a questão do poder/saber. Para Foucault ([1968] 1986), o poder e o saber estão imbricados. O poder não é apenas coercitivo ou repressor, mas produtivo, heterogêneo e atua por meio de “práticas e técnicas que foram inventadas, aperfeiçoadas e se desenvolvem sem cessar. Existe uma verdadeira tecnologia do poder, ou melhor, de poderes, que têm sua própria história” (Foucault, [1968] 1986, p. 241). Ainda segundo o autor, em cada sociedade, há um regime de verdade com seus mecanismos particulares de produção. A verdade nunca está fora do sistema de poder.

A disseminação exacerbada de notícias falsas nas plataformas digitais nos últimos anos tem contribuído diretamente para o fenômeno da pós-verdade. Nesse contexto, a veracidade intrínseca das informações perde relevância, cedendo lugar ao anseio de que determinadas narrativas sejam verídicas. Esse cenário é caracterizado pela primazia das emoções sobre a objetividade dos fatos, resultando em uma espécie de “*deriva social*”, marcada pela despolitização e pela ausência de identificação com as instituições.

Das conclusões

Conforme mostramos neste capítulo, as notícias que dizem respeito ao resgate dos desabrigados, mortos e aos esforços empregados para a reconstrução no Rio Grande do Sul, durante e depois das enchentes, acabaram sendo imbricadas com o discurso das *fake news*, emergindo como enunciados distintos e dispersos em que se instaura todo um processo estratégico e articulado de desinformação. Dessa forma, a desinformação não apenas prejudica a sociedade por impedir que as informações corretas circulem como também prejudica outras instâncias, como os governos e, nesse caso específico, a solidariedade da população.

Nesse contexto, a compreensão do discurso digital revela que as *fake news* não são meramente relatos distorcidos ou omissos, mas sim um campo de batalha semântico-discursivo, em que os embates são travados por formulações e sentidos contraditórios, antagônicos e desmobilizadores. Esse cenário, composto por estratégias complexas, como num jogo permeado por emoções e crenças, transcende a mera veracidade factual e adentra os domínios da construção simbólica e da manipulação discursiva.

Pelas perspectivas apresentadas, em que não se tem a pretensão de encerrar discussões, mas de ampliá-las, podemos perceber que as posições de fala e de disseminação de notícias têm a perspectiva de atingir compreensões que apontam que o sujeito não se define exclusivamente por processos lógicos e conscientes. Pelo contrário: ele se encontra incessantemente em enunciações outras nas quais pulsões subjacentes buscam uma satisfação dos desejos individuais. Assim, por meio da AD, embasada nos postulados foucaultianos, no caso analisado neste capítulo, identificamos um contínuo processo de formulação e reformulação dos discursos de *fake news*.

Esses discursos emergem como causa e efeito de uma sociedade profundamente marcada por desigualdades sociais, preconceitos arraigados, medo e uma aversão visceral ao diferente.

Essa dinâmica nos remete, de forma desconfortável, a práticas que permeiam a história da humanidade, resistindo aos interesses perversos da política e à fluidez da modernidade. Os problemas sociais que enfrentamos não são novos; os discursos hegemônicos não são recentes, e as desigualdades persistem. O que se renova é a forma como o sujeito se constitui e se relaciona com o mundo: o que penso me dá razão para me expressar como quero.

Referências

ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRASIL DE FATO. Divulgação de fake news sobre Rio Grande do Sul aumenta caos e tem fins eleitoreiros, diz professora da UFSM. 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/10/divulgacao-de-fake-news-sobre-rio-grande-do-sul-aumenta-caos-e-tem-fins-eleitoreiros-diz-professora-da-ufsm#:~:text=Uma%20das%20not%C3%ADcias%20desmentidas%20foi,rede%20social%20com%20a%20desinforma%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 02 jul. 2024.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GOMES, D. M. et al. Desafio à Cosmópolis: robôs, ciborgues, fake news e liberdade de expressão na web. In: NISHIYAMA, A. M.; SANTOS, J. A.; BERARDI, L. A. A.; MUÇOUÇAH, R. A. O. (Org.) **Interdisciplinaridade e direitos humanos**, Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020, v. 2, p. 816-833.

LE BON, G. **Psicologia das multidões**. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia; 1954.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PAVEAU, A. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas (SP): Pontes, 2021.

TEIXEIRA, A. **Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela**. 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

AS ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO: conhecer para superar os mitos

Shabbina Ribeiro Messina

Introdução

Segundo a legislação brasileira vigente, pessoas com altas habilidades ou superdotação (AH/SD), são indivíduos que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009). A atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) definiu que os alunos com AH/SD são aqueles que demonstram, além das características apresentadas acima, grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e na realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Segundo Souza (2021), o IBGE revelou em 2020 que o Brasil possuía 24.424 estudantes identificados com o perfil de altas habilidades ou superdotação. No entanto, acredita-se que esse número seja subestimado, devido à falta de diagnóstico adequado, já que a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que até 5% da

população mundial possui a condição (FREITAS; PÉREZ, 2012). Não há um padrão de pessoa com AHSD em relação a gênero, raça, classe, territorialidade ou perfis.

O comportamento superdotado apresenta-se de maneira multidimensional que envolve vários fatores e habilidades que transcendem o contexto acadêmico.

A concepção dos Três anéis de Renzulli (1998, p.20), enfatiza a compreensão de que os comportamentos de superdotação são manifestações do desempenho humano que podem ser desenvolvidos em certas pessoas, em determinados momentos e sobre determinadas circunstâncias.

Dessa forma, o autor redefiniu o conceito tradicional de superdotação, deslocando o foco da simples posse de habilidades cognitivas acima da média para uma visão mais abrangente compreendida como o resultado da interação entre três componentes principalmente:

1. Altas Habilidades (Capacidade acima da média): Incluem tantas habilidades gerais (como raciocínio lógico e verbal) quanto habilidades específicas em áreas do conhecimento ou desempenho. Engloba habilidade geral e específica, em qualquer área; Estas habilidades consistem na capacidade de processar informações, de integrar experiências que resultem em respostas apropriadas e adaptáveis a novas situações, e de se engajar em pensamento abstrato. Exemplos de habilidade geral seriam o raciocínio verbal e numérico, relações espaciais, memória e raciocínio por palavras, habilidades usualmente medidas em testes de aptidão e inteligência (RENZULLI, 2005).
2. Criatividade: envolve aspectos que geralmente aparecem juntos: fluência, flexibilidade, ideias inovadoras, originalidade, gosto por desafios;

3. Envolvimento com a tarefa: Envolve persistência, motivação enquanto a motivação é geralmente definida em termos de um processo geral de energia que desencadeia reações do organismo, envolvimento com a tarefa se refere à energia exercida em um problema particular ou área específica de desempenho. Termos como perseverança, resistência, trabalho árduo, prática dedicada autoconfiança, crença na própria habilidade de desenvolver um trabalho importante e ação específica aplicada à área de interesse são geralmente utilizados para descrever o envolvimento com a tarefa (RENZULLI, 2005).

De acordo com essa concepção, ressalta-se que, a criatividade não está relacionada exclusivamente à área artística, mas em qualquer área de interesse do aluno, acreditando que, em seu desenvolvimento, a motivação dentro do campo de interesse vem ampliar as possibilidades de este ter sucesso, satisfação pessoal e alto nível de produtividade.

O modelo dos três anéis enfatiza que os comportamentos de superdotação surgem de forma variável ao longo do tempo, dependendo de contextos e oportunidades. Isso significa que: Os três anéis não precisam estar presentes simultaneamente: Embora a interação entre altas habilidades criatividade e envolvimento com a tarefa seja o ideal para o surgimento de comportamentos de superdotação, não é necessário que esses três conjuntos de traços estejam ativos ao mesmo tempo para que tais comportamentos se manifestem.

É necessário superar o estereótipo de que indivíduos com AHSD (Altas Habilidades ou Superdotação) são predominantemente meninos brancos, "nerds", usuários de óculos e de classe social privilegiada. Devido às múltiplas opressões sociais que ocorrem em

nossa sociedade, há uma tendência a invisibilizar meninas, pessoas negras e de classe social baixa. No que se refere à identificação de AHSD, frequentemente essas pessoas são rotuladas como indisciplinadas, oriundas de contextos periféricos e desprovidas de uma formação cultural adequada, sem que se considerem outras perspectivas e realidades, como pessoas que podem ter altas habilidades.

O objetivo do presente estudo foi apresentar um breve histórico sobre AH/SD e realizar uma revisão integrativa da literatura sobre Altas Habilidades e Superdotação dos últimos 5 anos buscando contextualizar sobre o assunto e quais as possíveis consequências que a desinformação causa para esse público.

Metodologia

Esse trabalho foi elaborado a partir de uma **revisão** de literatura nas bases de dados Scielo e Google acadêmico em português e inglês, e uma busca por instrumentos específicos, traduzidos, validados ou adaptados para a realidade brasileira, no período entre 2019 e 2024. As palavras -chave utilizadas foram "altas habilidades"; "superdotação", mitos.

Resultados e discussão

Breve histórico

A discussão sobre a terminologia mais abordada para se referir a indivíduos com Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD) não é recente. Desde 1924, os registros históricos brasileiros evidenciam divergências entre os pesquisadores quanto aos termos que devem ser adotados.

A terminologia "super" foi introduzida por Leoni Kaseff em 1931, sendo este autor pioneiro no uso do termo "supernormal". O prefixo "super" também foi incorporado à legislação estadual do Rio de Janeiro e à Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal,

que previam a identificação e a seleção de estudantes com AH/SD desde as séries iniciais (DELOU, 2007).

O atendimento educacional direcionado ao público-alvo da Educação Especial, especificamente às pessoas com AH/SD, teve início no Brasil em 1929. Esse marco ocorreu com o convite do Governo de Minas Gerais à psicóloga Helena Antipoff para lecionar Psicologia Experimental na Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, em Belo Horizonte. Nesse período, Antipoff adotou ideias dinâmicas inovadoras e desempenhou um papel pioneiro no desenvolvimento desse campo no país, promovendo projetos e estudos que implementaram programas de pesquisa na área.

Nessa perspectiva, consolida-se a principal contribuição de Helena Antipoff para a educação dos chamados "excepcionais", terminologia empregada à época para designar tantos indivíduos com deficiência quanto aqueles que apresentam inteligência acima da média (DELOU, 2007).

Em 1938, Helena Antipoff fundou a Sociedade Pestalozzi em Belo Horizonte, destacando-se pela identificação de oito crianças supernormais. Esse marco não apenas transformou a natureza da instituição, mas também conferiu visibilidade ao atendimento de crianças com AH/SD. Sua preocupação com estudantes que apresentavam características de AH/SD em contextos rurais e em classes socialmente menos favorecidas tornou-se um referencial importante, especialmente para desafiar a visão predominante da época, que associava esses indivíduos exclusivamente às classes altas e médias. Pelo extenso trabalho desenvolvido, Antipoff consolidou-se como uma referência para a área no país (DELOU, 2007; RANGNI, COSTA, 2011).

Em 1971, a Lei nº 5.692, que instituiu as diretrizes e a reforma do Ensino de 1º e 2º graus, abordou pela primeira vez o termo "superdotado" em seu artigo 9º, determinando que os estudantes identificados com essa característica deveriam receber tratamento educacional especial. Posteriormente, com a promulgação dessa lei,

o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) lançou o Projeto Prioritário nº 35, que implementou uma política específica externa para o atendimento de alunos com AH/SD.

A Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constitui o principal marco legislativo da educação no Brasil, estabelecendo os princípios e diretrizes gerais para o sistema educacional. Embora não seja específica para AH/SD, a LDB ressalta o direito à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, evidenciando a importância de atender às diferenças individuais e de promover uma educação inclusiva e equitativa.

Em uma retrospectiva sobre a "educação inclusiva", destaca-se que, em 1990, durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, o Brasil assumiu oficialmente o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. Esse compromisso estava alinhado com os princípios da Constituição Federal de 1988 que, em seu Artigo 205, estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado. No entanto, o inciso III do Artigo 208, ao reafirmar a responsabilidade do Estado com a educação, assegura o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, apenas às pessoas com deficiência, deixando de incluir explicitamente os indivíduos com AH/SD.

Em 1994, na cidade de Salamanca, Espanha, realizou-se a "Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade", na qual foi elaborada a "Declaração de Salamanca". Este documento, do qual o Brasil é signatário, abrange diretrizes para a formulação de políticas públicas externas à inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares da rede de ensino. A Declaração destacou, além das necessidades educacionais especiais em sentido estrito, a inclusão de estudantes superdotados.

Atualmente, contamos com a Declaração de Incheon, que representa um marco para educação mundial pois consiste em um documento que propõe medidas ousadas e urgentes para transformar vidas através de uma nova visão da educação.

O papel da escola e da família

A gestão do atendimento educacional a crianças com AH/SD envolve uma grande responsabilidade, pois está diretamente ligada ao sucesso acadêmico e à inclusão social desses estudantes. Caso as escolas não considerem as potencialidades dessas crianças, podem surgir pressões, especialmente por parte dos pais, para que elas mantenham um desempenho de destaque tanto na escola quanto na sociedade. Essa pressão, associada à falta de adequação do processo educacional, pode gerar traumas, como sentimentos de medo e fracasso, quando as crianças não respondem às expectativas diante de um desafio, (CAMPOS, et al, 2019). Além disso, o não acolhimento de crianças negras e pobres pode levá-los ao crime ou a outros caminhos que não contribuem com o avanço da sociedade, por exemplo o caso do traficante Fernandinho Beira-Mar³².

Para que os alunos com AH/SD se sintam realmente incluídos no ambiente escolar, é fundamental que recebam um atendimento compatível com seus níveis de desenvolvimento real e potencial. Isso exige a presença de professores devidamente capacitados nas salas de aula regulares, bem como a oferta de atendimento em salas de

³² Segundo a dra. Susana Graciela Pérez Barrera Pérez, que foi fundadora e presidente do Conselho Brasileiro para Superdotação, Fernandinho Beira-Mar é “certamente uma pessoa com altas habilidades que não teve nenhum tipo de apoio” (<https://www.folhadelondrina.com.br/opiniao/educacao-especial---potencial-dos-superdotados-e-desperdicado-no-brasil-720248.html?d=1>). Luiz Fernando da Costa é um homem negro nascido e criado na Favela Beira-mar, em Duque de Caxias (município da Baixada Fluminense, RJ). Preso desde 2002 como um dos maiores traficantes de armas e drogas da América Latina, Fernandinho Beira-Mar, como ficou conhecido, continua coordenando ações criminosas de dentro do presídio.

recursos especializados. Além disso, esses estudantes podem ser beneficiados por programas de enriquecimento e aprofundamento curricular, aprimoramento de estudos ou pela combinação dessas estratégias, atendendo suas necessidades específicas e maximizando seu potencial.

A capacitação dos professores deve incluir a habilidade de identificação de alunos com AH/SD e uma oferta de atividades que contemplem as necessidades específicas desses alunos no contexto da sala de aula regular, contribuindo para uma abordagem inclusiva e igualitária. Portanto, a formação de professores precisa ter como premissa o aperfeiçoamento da prática educativa, de forma a garantir uma qualidade de ensino a todos os educandos com oportunidades para desenvolverem seus potenciais e consequentemente o aprendizado. Para Marcelo (2009, p. 111): “[...] faz-se necessário boas políticas de formação inicial e continuada para assegurar aos professores as competências que ele irá precisar ao longo da sua trajetória profissional”.

O uso de ferramentas tecnológicas no contexto educacional para crianças com altas habilidades pode ser muito eficaz, pois essas tecnologias oferecem recursos que atendem à diversidade de ritmos de aprendizagem, além de possibilitar um ensino mais dinâmico, interativo e individualizado. Ferramentas como plataformas educacionais, softwares educativos, aplicativos e até mesmo a realidade aumentada podem estimular ainda mais a curiosidade e o pensamento crítico dessas crianças, que possuem grande capacidade de exploração e compreensão. Nogueira et al. (2021) destaca que essas crianças precisam de um ensino inovador, moderno e voltado para a informatização, o que sugere o uso de tecnologias educacionais para potencializar o processo de aprendizagem desses alunos, que necessitam de uma abordagem pedagógica diferenciada considerando que aprendem de forma mais rápida e têm maior curiosidade.

A família desempenha um papel essencial no desenvolvimento de crianças com AH/SD, devendo oferecer estímulo sem estabelecer expectativas elevadas. Para tanto, é fundamental que os pais recebam orientações específicas sobre como apoiar o desenvolvimento do talento de seus filhos de maneira equilibrada. Esse apoio deve incluir a promoção de oportunidades de aprendizagem e o estímulo ao potencial da criança, evitando a projeção de expectativas pessoais ou a imposição de metas irreais, que podem gerar pressão desnecessária ou comprometer o bem-estar emocional do indivíduo. Conforme Delou (2007), "é importante pontuar que esses estudantes em algumas situações podem necessitar de um suporte diferenciado por parte da família, escola e comunidade para que desenvolvam suas habilidades por meio de atividades, estratégias e outros recursos que busquem resgatar e desenvolver suas potencialidades".

É importante considerar que estimular os filhos não implica que os pais sejam capazes de "criar" ou desenvolver o domínio em seus filhos, uma vez que essa perspectiva contrária o que é apontado na literatura sobre os determinantes relacionados à hereditariedade e ao ambiente (FERNANDES, 2014).

Observa-se que muitos pais identificam diferenças significativas nas características de seus filhos em relação a outras crianças, embora, muitas vezes, tenham desconhecimento sobre como orientá-los de forma adequada. Tal constatação reforça a relevância de fornecer a esses responsáveis informações e orientações fundamentadas, permitindo que eles atuem como parceiros no processo de desenvolvimento das políticas públicas.

Entretanto, destaca-se a necessidade de cautela na condução desse apoio, de modo a evitar cobranças excessivas ou descontextualizadas, que podem gerar impactos adversos no desenvolvimento emocional da criança. Pressões motivadas podem comprometer tanto o bem-estar psicológico quanto a plena expressão de suas capacidades, dificultando que seus talentos sejam

utilizados de maneira construtiva, tanto em benefício do próprio indivíduo quanto em prol da sociedade em que está inserido.

Mitos e senso comum sobre Altas Habilidades/Superdotação

Existem diversas teorias e concepções, bem como mitos, acerca dos indivíduos com AH/SD. Essas narrativas frequentemente variam em função do contexto cultural e social, o que contribui para interpretações e entendimentos diferentes sobre as características. Algumas teorias enfatizam aspectos cognitivos e de desempenho, enquanto outras fornecem abordagens emocionais, sociais e criativas, promovendo uma visão mais ampla. Por outro lado, os mitos perpetuam ideias equivocadas, como a crença de que superdotados têm sucesso garantido ou que apresentam habilidades profissionais em todas as áreas, desconsiderando a complexidade e a diversidade dessa condição. De acordo com Alencar e Fleith (2001, p.87), a ignorância a respeito do tema fez com que surgissem diversos mitos sobre os superdotados.

Por isso, primeiramente é necessário compreender alguns termos normalmente associados a AH/SD:

PRECOCE: Chamamos de precoce aquela criança que aprende mais cedo que as demais determinados domínios. Trata-se de um fenômeno independente da AH/SD. Na criança precoce, as etapas de desenvolvimento são as mesmas de outras crianças, porém com uma temporização diferente. Todavia, o nível de desenvolvimento cognitivo final será o mesmo que o das demais crianças, porém atingido anteriormente. (PERÉZ e RODRIGUES, 2013).

PRODÍGIO: São pessoas que se caracterizam por uma performance extraordinária em seus pensamentos em seus primeiros anos de vida, apresentando, antes dos dez anos de vida, desempenho similar ao de um adulto altamente qualificado em determinado domínio (VIRGOLIM, 2007). Por exemplo, Mozart ilustra

bem uma criança prodígio, ele começou a tocar piano aos três anos de idade e fez isso com habilidade excepcional.

GÊNIO: O termo “gênio” deve ser reservado para descrever apenas os indivíduos que deixaram um legado à humanidade e que revolucionaram uma área do conhecimento com contribuições originais e de grande valor (VIRGOLIM, 2007). Exemplo: Albert Einstein, com suas teorias, que revolucionaram (incrementaram e ampliaram) a área da Física.

O superdotado é a criança que possui habilidade superior em algum campo do conhecimento. É aquele que, além de ter características de aprendizagem com maior facilidade e possuir talentos, encontra barreiras na escola para desenvolver seu campo de aprendizagem. Isso acontece por propostas pedagógicas, planejamento didático e concepções que desconsideram os alunos com um potencial mais elevado para aprender, compreendem Oliveira e Rangni (2020). De acordo com Winner, 1999), que diz, que superdotados se tornam adultos eminentes, não levando em consideração a importância da educação especial. Os profissionais escolares que aderem a esse mito não acreditam na relevância do ambiente educacional na construção e no impacto da trajetória de vida desses estudantes. Conforme o mesmo autor é mesmo um mito considerar que o superdotado não necessite de acompanhamento em sua trajetória de vida e que será um adulto eminente independentemente da escola e das oportunidades que a educação possa lhe oferecer bem como de sua aceitação na família.

Ao discutirmos sobre as altas habilidades/ superdotação, observa-se muitos conceitos são conceitos que terminologia suscita para o senso comum , como o aluno com AHSD são gênios? NÃO! Todo gênio é superdotado, mas nem todo superdotado é gênio. Superdotados são precoces? SIM! Mas nem todos que são precoces possuem superdotação, pois quem tem AHSD continua tendo um desempenho notável (destacado) na sua área de habilidade e quando não é se nivela com os demais.

Ao enxergar uma criança superdotada sob essa perspectiva, tanto o educador quanto a família podem adotar comportamentos que dificultam o pleno desenvolvimento das capacidades desse indivíduo. Isso ocorre porque o atendimento às necessidades dessas crianças não se limita exclusivamente à esfera intelectual, abrangendo também aspectos emocionais.

Embora muitos superdotados possam apresentar algumas dessas características, é fundamental evitar generalizações. Há alunos superdotados que manifestam desinteresse pela rotina da sala de aula, desmotivação e dificuldades de relacionamento com outras crianças, evidenciando a necessidade de uma abordagem educacional individualizada.

Conforme Winner (1998), que afirma que os superdotados apresentam alto desempenho escolar em todas as disciplinas acadêmicas, os profissionais escolares que acreditam nesse mito tendem a desconsiderar a possibilidade de um eventual insucesso. Essa visão fomenta a perspectiva equivocada de que todas as demandas escolares seriam naturalmente simples para esses estudantes.

Qual a diferença de AHSD e TDAH? A pessoa com TDAH se dispersa em qualquer ocasião, diferente do superdotado que pode estar desinteressado. Qual a diferença de AHSD e TEA? A pessoa com AHSD faz uso criativo dos conhecimentos que possui. A pessoa com TEA apresenta dificuldade de manejo criativo, trabalham de forma mecânica, mesmo quando possuem habilidades acima da média.

É possível ter AHSD junto à outra condição? SIM! É possível ter Dupla Excepcionalidade: AHSD e TEA, AHSD e TDAH, AHSD e deficiência, AHSD e outra condição/comorbidades. No entanto, a falta de conhecimento em AHSD tem gerado laudos equivocados de TDAH e TEA. Toda pessoa inteligente é AHSD? NÃO! Esforços contínuos podem ser confundidos com inteligência.

Identificar rotula a pessoa e a torna arrogante? NÃO! A identificação é necessária para o autoconhecimento e Atendimento

Educacional Especializado (AEE) de modo a complementar o currículo e trabalhar o desenvolvimento pleno (acadêmico, emocional, psicomotor etc). A pessoa com AHSD se destaca em tudo? NÃO! Também erram, possuem dificuldades e aprendem constantemente, precisando de orientações para o pleno desenvolvimento.

A aceleração escolar só acontece se o educando apresentar “maturidade emocional”? MITO. Ser superdotado está relacionado ao ritmo de aprendizagem, é uma condição única que apresentará questões emocionais ao longo da vida. A aceleração é uma resposta PEDAGÓGICA que está de acordo com a LDB, destinada à respeitar o sujeito superdotado. Aceleração é diferente de reclassificação. Art. 59. (Educação Especial), II - [...] e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

As AHSD não é doença, transtorno, não tem CID e não depende de avaliação médica para identificação, mas podem também serem avaliados clinicamente por psiquiatras, neurologistas, psicólogos, psicopedagogos, neuropsicólogos e afins, desde que seja especialista na área.

A avaliação por meio do parecer descritivo e dos instrumentos de identificação em sala de aula é suficiente para garantir os direitos educacionais, considerando a Nota Técnica 04/2014 (MEC). A identificação pedagógica não exclui que a escola oriente os pais/responsáveis a qualificar ainda mais a avaliação através da área clínica, fortalecendo um olhar multidisciplinar, compreendendo a multidimensionalidade do sujeito superdotado.

A identificação na escola é a mais recomendada, de forma que possa democratizar a possibilidade de reconhecimento destes educandos. A professora doutora Cristina Maria Carvalho Delou em sua obra intitulada Lista base de indicadores de superdotação - parâmetros para observação de alunos em sala de aula (2014), apresenta um instrumento de avaliação dos indicadores de superdotação, que tem como princípio sua utilização por profissional de educação em sala de aula.

Devido às suas características específicas de aprendizagem, o aluno com altas habilidades pode representar um desafio para o professor em sala de aula. A abordagem adotada para atender às suas necessidades educacionais é decisiva, pois pode influenciar diretamente sua motivação e engajamento do aluno.

Ao enxergar uma criança superdotada sob essa perspectiva, tanto o educador quanto a família podem adotar comportamentos que dificultam o pleno desenvolvimento das capacidades desse indivíduo. Isso ocorre porque o atendimento às necessidades dessas crianças não se limita exclusivamente à esfera intelectual, abrangendo também aspectos emocionais

Considerações finais

A inclusão não pode ser exclusivamente fornecimento de auxílios, condições ou suporte para indivíduos com algum tipo de deficiência. A literatura contemporânea tem enfatizado a inclusão como um processo de promoção do pertencimento social, no qual todos os membros da sociedade têm acesso aos mesmos direitos. Nesse sentido, a inclusão surge como um mecanismo para garantir os direitos de um grupo socialmente diverso, assegurando a participação plena e equitativa de todos os indivíduos na esfera social.

As dificuldades de inclusão de alunos com Altas Habilidades/Superdotação na prática são diversas, sendo que uma das mais significativas está relacionada à dificuldade dos pais em comunicar as características específicas de seus filhos. Essas características, não especificadas e detalhadas desde o início, podem comprometer o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula. Entre os desafios mais comuns, destaca-se a tendência desses alunos a questionar e confrontar frequentemente os professores podem dificultar seu relacionamento escolar.

Os alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) podem causar receio nos docentes, uma vez que, muitas vezes, estes

não possuem o conhecimento necessário sobre como lidar com as especificidades desses estudantes. Além disso, a grande responsabilidade atribuída ao professor no processo inclusivo, especialmente quando este não dispõe de formação específica ou de formação continuada na área, pode representar um obstáculo significativo para a inclusão desses alunos, a falta de preparo adequado pode dificultar a implementação de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades e potencialidades.

As crianças com altas habilidades ou superdotação podem alcançar grande sucesso na vida escolar, desde que sejam identificadas e apoiadas de maneira adequada. Isso exige que o sistema educacional esteja preparado para refletir e atender às suas necessidades específicas, oferecendo estímulos compatíveis com o seu potencial. É preciso que pais, educadores e gestores escolares trabalhem em conjunto para criar estratégias pedagógicas e ambientes inclusivos.

A garantia de direitos aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) deve se basear no princípio da valorização da diversidade humana, promovendo o respeito às singularidades de cada indivíduo. Isso implica a formulação e implementação de políticas educacionais que assegurem condições para desenvolvimento integral desse público, permitindo o desenvolvimento suas necessidades específicas e potenciais.

As políticas públicas desempenham um papel essencial na ampliação da visibilidade e no reconhecimento dessa população. Ao preconizar ações direcionadas à identificação, atendimento e acompanhamento dos alunos com AH/SD, essas políticas propostas para a inclusão educacional e social, fomentando práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as diferentes expressões do potencial humano.

Referências

DELOU, C. M.C. Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: legislação e políticas educacionais para inclusão. In: FLEITH, D. S. (Org). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/ superdotação**. Brasília/DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Volume 1: orientação a professores, p. 25-39, 2007.

MARCELO, C. A identidade docente: constantes e desafios. **Revista Brasileira Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 10, n 1, p. 109-131, 2009. Disponível em: <https://revformacaododocente.com.br/index.php/rbpdf/article/view/8/6>

VIRGOLIM, Angela Mágda Rodrigues. A contribuição dos instrumentos de investigação de Joseph Renzulli para a identificação de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. **Revista Educação Especial**, v. 27, n. 50, p. 581-609, 2014.

SENTIMENTOS NA REDE X EM 8 DE JANEIRO DE 2023: análise do discurso ocorrido durante os ataques aos três poderes do estado brasileiro

Rita Paulino
Ivone Rocha
Adriano Madureira
Marcos Seruff

Introdução

Desde o final do século XX que a mídia passa por constantes transformações provocadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com o consumidor mergulhado num imenso espaço de expressão e de oportunidades. Embora a nova mídia não substitua a velha, “as fronteiras entre a comunicação pública e a interpessoal tornaram-se cada vez mais nebulosas: hoje vivemos num mundo de mediação quase total” (Buckingham, 2022, p. 17). Como ressalta o autor, estamos diante de grandes desafios, alguns relevantes, como o combate à desinformação, violência virtual (muitas vezes avançando no mundo físico) e invasão de privacidade.

É sabido que esses problemas não são exclusivos do mundo moderno, no entanto, se intensificaram com as plataformas

de redes sociais. No campo da pesquisa, a tecnologia aplicada ao estudo de perfis e discursos em redes sociais tem se apresentado como uma ferramenta importante para se compreender as dinâmicas sociais e políticas contemporâneas. A rede social X (antigo Twitter), por exemplo, dispõe de um vasto repositório de dados, dando condições de se analisar padrões de comportamento, tendências e identificação de influenciadores. Ao monitorá-la, é possível até desvendar como diferentes grupos sociais se organizam, disseminam mensagens e impactam o debate público, sobretudo em cenários de polarização política.

Não por acaso, foi o antigo Twitter o escolhido para esta pesquisa. Ele chamou a atenção por sua capacidade de amplificação de discursos, evidenciando como narrativas podem se propagar rapidamente. Além disso, a escolha também considerou o fato de que, segundo o Report Twiplomacy de 2022, os principais líderes mundiais utilizam essa rede sociais. As ferramentas que analisam o conteúdo dessas redes permitem identificar discursos de ódio, desinformação e manipulação de opiniões, assim como reações por parte de protagonistas afetados, além de autoridades e as próprias plataformas. São tecnologias apropriadas para a segmentação de públicos e a personalização de mensagens, que auxiliam reportagens, campanhas de marketing e até mesmo análises de especialistas e investigadores.

No caso deste artigo, especificamente, foram utilizadas tais tecnologias para analisar a invasão às sedes do Congresso Nacional (CN), do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto (PP), em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Esse foi um evento sem precedentes, marcado na história do Brasil, que envolveu apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, portando bandeiras e cartazes e entoando slogans inflamáveis, numa tentativa fracassada de golpe de Estado, por meio de vandalismo nos edifícios públicos. Esta foi a conclusão de diversos veículos de imprensa do Brasil e do exterior, como o jornal Folha de S. Paulo. Um dia após o ocorrido, a

manchete desse veículo foi “Golpistas pró-Bolsonaro invadem o Planalto, o Supremo e o Congresso”.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, empossado havia oito dias, condenou os atos de violência e ressaltou a necessidade de respeitar as instituições democráticas. Além das tensões políticas, o episódio de 8 de janeiro evidenciou a fragilidade da segurança institucional e a necessidade urgente de proteger as bases democráticas do país. Passetti e Lucato (2023) definiram o ocorrido como “um desfile destrutivo de legião fascista” (p. 11), incomparável até mesmo aos conflitos da década de 1930, provocados, a rigor, pela crise financeira de 1929, com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque^[1].

Análise de 8 de janeiro no X

Diante de tal contexto, este estudo se vale do ocorrido no Brasil para ilustrar, a partir do emprego de métodos digitais de investigação, como ocorre a participação pública em mídias sociais. A análise foi utilizada como uma ferramenta diagnóstica para explicitar fluxos de informações que poderiam permanecer ocultos. Foram exploradas palavras-chave, tópicos mais mencionados nos discursos, menções positivas e negativas, com o objetivo de compreender o contexto, os sentimentos e as polaridades das postagens, demonstrados, inclusive, em engajamentos e em compartilhamentos. A pesquisa se desenvolveu após a coleta de 10 mil posts na rede X do dia 8 de janeiro, durante o ataque aos poderes do Estado brasileiro. Em apenas um minuto foi possível obter um volume extraordinário de dados que podem embasar inúmeras análises, como de comportamentos, sentimentos e desejos.

Para isso, a metodologia utilizada é a de análise do discurso na perspectiva da desinformação. Este método busca compreender como o sentido é produzido no interior das práticas sociais e das relações de poder. Não trata o discurso como uma simples expressão linguística, mas como um espaço de disputa e

negociação, onde as diferentes forças sociais se articulam e os sujeitos constroem significados a partir de suas posições dentro de um campo histórico e cultural (Manhães, 2015). É possível compreender o discurso no âmbito de um fenômeno social no contexto em que é criado; no reconhecimento das ideologias que influenciam nas relações, principalmente considerando aspectos históricos, culturais e institucionais nas práticas discursivas representadas de várias formas, como em textos, imagens, mídias, performances, enfim, que vão além do que se fala ou escreve, do que está por trás. Manhães (2015) considera a análise do discurso a partir de perspectivas interdisciplinares como da linha francesa, cujo foco está na intenção e nas crenças sociais do emissor, que podem vir da religião, da ciência, da filosofia, mitologia, da poesia, do jornalismo etc.; e da linha inglesa, “um campo de estudos de comunicação que confere primazia ao domínio da pragmática (daquilo que se objetiva alcançar na vida cotidiana quando se conversa com alguém) sobre a semântica e a sintaxe” (Manhães, 2015, p. 306).

Ainda nas reflexões do autor, o discurso – que significa “em curso” – compreende como uma mensagem é construída na concretização de um ato. E a linguagem faz parte da comunicação ativada. Assim, no discurso o emissor se apropria da linguagem, constituindo-se em sujeito da ação. Essas ideias convergem com o pensamento de Bakhtin (2016), para quem, a linguagem é um fenômeno social e histórico que se instala nas relações sociais influenciado pelas práticas culturais, e deve ser considerada nos gêneros do discurso, com características específicas, como estilo, conteúdo e função; na dialogicidade da linguagem, por entender que, na construção de um diálogo, todo enunciado é uma resposta a outros enunciados; e na linguagem heteroglossa, que se compõe de múltiplas vozes e perspectivas, sobre as quais cada enunciado tem consigo as marcas das vozes que o constitui.

Para Bakhtin (2016), os gêneros do discurso são importantes por serem os mediadores entre o indivíduo e a

sociedade; por expressar suas identidades sociais e culturais; e por sua capacidade de estruturar a vida social, estabelecendo normas e expectativas da comunicação presente. Ele chama a atenção para a heterogeneidade dos gêneros discursivos, o que dificulta, muitas vezes, a definição da natureza do enunciado. Como solução, acha importante trabalhar as diferenciações, como primários (simples) e secundários (complexos, como romances, dramas, pesquisas científicas, gêneros publicitários etc.). Os secundários são construídos de forma planejada e organizada. Os primários podem se integrar aos complexos. Assim,

se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios: por exemplo, a réplica do diálogo cotidiano ou da carta no romance, ao manterem a sua forma e o significado cotidiano apenas no plano do conteúdo romanesco, integram a realidade concreta apenas através do conjunto do romance, ou seja, como acontecimento artístico-literário e não da vida cotidiana. Em seu conjunto, o romance é um enunciado, assim como a réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada, mas difere deles por ser um enunciado secundário (complexo). (Bakhtin, 2016, p. 15).

Tais definições metodológicas convergem com nosso objetivo neste estudo, que é compreender como se estabeleceu o discurso, e toda sua complexidade, durante os ataques de 8 de janeiro em Brasília. Portanto, a análise do discurso é uma ferramenta que tem grande potencial para a compreensão dos sentidos por trás

das palavras e de como a linguagem molda a nossa realidade social. Ao analisarmos os discursos expressos em *posts* na rede X, assim como nos perfis acessados durante o acontecimento de 8 de janeiro, podemos identificar as ideologias dominantes, as relações de poder e as formas de dominação que permeiam os grupos envolvidos, dando uma conotação diferenciada à informação, de maneira que influencie e promova interpretação destorcida da que pretende o emissor.

Em Foucault (1987) o discurso não é neutro, mas um instrumento de poder que molda a forma como pensamos e agimos. O discurso de poder define a identidade de quem comanda e de quem é comandado. Prossegue Foucault, “assim que o crime for cometido, e sem perda de tempo, virá a punição, traduzindo em ações o discurso da lei e mostrando que o Código, que liga as ideias, liga também as realidades. A junção, imediata no texto, deve sê-lo nos atos” (1987, p. 130). Essa é outra consideração que se conecta com esta pesquisa sobre comportamento, ações e sentimentos demonstrados por usuários da rede X durante o evento de 8 de janeiro em Brasília e que resultou em análise qualitativa e quantitativa dos perfis, criando uma memória coletiva do fato no universo da big data.

O trabalho fundamenta-se em estudos que destacam os benefícios dos métodos digitais, como as técnicas de análise de redes sociais (ARS), análise de sentimento e mineração de opinião para interpretar comentários em plataformas online. Estudos anteriores, como os de Chen (2020), Santos (2016) e Mukherjee (2012), sublinham a relevância dessas técnicas na avaliação de comentários. Tottipati (2012) ressalta a importância de identificar comentários ponderados, enquanto Hakami (2017) destaca a utilização de Word Clouds para obter insights sobre temas principais. Mittal (2016) enfatiza a relevância da mineração e classificação de interesses para otimizar a sobrecarga de

informações e aprimorar o compartilhamento de recursos nas redes sociais, demonstrando o impacto da ARS em diferentes contextos.

As redes sociais como instrumentos de polarização de mobilizações

Depois da massificação das plataformas digitais, nunca mais fomos os mesmos nas nossas relações, no consumo de informações e nas mobilizações políticas. As redes sociais da internet, em particular, emergiram como potentes ferramentas no fortalecimento de grupos sociais, desafiando estruturas de poder. Contudo, se de um lado fortaleceu a voz dos excluídos e a organização de movimentos progressistas, de outro evidenciou discursos de ódio e fortaleceu grupos extremistas em proporções jamais imaginadas, especialmente em tempos de democracia. Historicamente, as mobilizações sempre compuseram situações de crise e insatisfação na condução do poder público. As ferramentas digitais, no entanto, deram robustez a esses eventos. Movimentos como o Black Lives Matter, o Me Too e as manifestações por justiça climática demonstram o poder das redes sociais em mobilizar as massas em torno de causas justas e urgentes, permitindo a rápida disseminação das informações e sua grande sensibilização.

Não nos esqueçamos, entretanto, da utilização das mesmas redes sociais para disseminar desinformação, incitar o ódio e radicalizar grupos minoritários. Isso demonstra que não são essas ferramentas as responsáveis nem por discursos progressistas nem tão pouco de ódio, mas as formas como são utilizadas, ou seja, a intencionalidade por trás delas, tornando-se terreno fértil para o bem ou para o mal. Movimentos de extrema direita se valem das plataformas de redes sociais para defender o nacionalismo, o autoritarismo e propagar ideologias contrárias ao estado democrático de direito. Mesmo com a disseminação das ideias da extrema direita pelo mundo, "é importante reforçar a heterogeneidade dos movimentos aqui incluídos e pluralidade de

agendas, muitas vezes contraditórias, que embasam essas diferentes lideranças” (Maschietto, 2024, p. 10).

A autora chama a atenção para a necessidade de que sejam bem explicados termos como ultradireita, direita radical, extrema direita na perspectiva do populismo. As diferenças, no tocante à preservação da democracia precisam ficar muito claras na compreensão do público (Mudde, 2022, apud Maschietto 2024). Ela entende que acontecimentos, como invasão do Capitólio nos Estados Unidos em 2021 e o ataque aos Três Poderes do Estado brasileiro em 8 de janeiro de 2023, podem colocar em risco até mesmo democracias já consolidadas, como algumas da Europa.

Fundamentada em alguns especialistas e pesquisadores, Maschietto (2024) comenta que a ascensão dos movimentos da extrema direita se deve a questões como crise econômica, globalização, imigração e a até a sensação de insegurança. Esses grupos se aproveitam do desânimo das pessoas e do descrédito com as instituições para oferecer soluções aparentemente simples para um cenário social e políticos um tanto contrário. Com isso, podemos concluir que as redes sociais são esferas de um campo de batalha ideológico, onde se vê o enfrentamento de forças progressistas e conservadoras. Refletir acerca dessas mobilizações é fundamental para entender os desafios e as oportunidades da democracia no século XXI. É preciso desenvolver estratégias para combater a desinformação, promover o diálogo e fortalecer as instituições democráticas.

A discussão dessas estratégias pode estar relacionada à análise de alguns tópicos, como o funcionamento das plataformas digitais na radicalização política, cujos algoritmos focam em conteúdos que engajam e em bolhas, o que pode levar a polarização e propagação de discursos de ódio e o enfraquecimento do debate público (Ferrari, 2018; Pariser, 2011). Outro tópico que cabe a análise é o da influência das *fake news* nas eleições e nos movimentos sociais. A desinformação é uma grande ameaça à democracia,

principalmente por seu poder de propagação, que pode causar descrédito das pessoas nas instituições, manipulação da opinião pública e a divisão de grupos (Vosoughi & Aral, 2018).

Mudde (2017) chama a atenção para as estratégias de comunicação dos movimentos de extrema direita, que destacam a emoção, utilizando vídeos e outros recursos de fácil acesso pela população, por meio de uma linguagem simples que estimula a curiosidade. Livingstone (2009) e Potter (2016) enfatizam a relevância de se trabalhar a educação digital para a cidadania, promovendo habilidades de educação midiática que levem ao pensamento crítico, para identificar e avaliar as informações produzidas e reconhecer a intencionalidade na sua manipulação.

Outro importante tópico trata da regulação das plataformas de redes sociais pelo Estado, como forma de garantir a liberdade de expressão, o combate à desinformação, a proteção dos direitos dos usuários de internet e a garantia do direito democrático. Segundo Zuboff (2019), a regulação das plataformas, bem como o controle do que se informa e se dissemina pode depender de leis severas e necessárias que penalizem na forma da lei empresas ou cidadãos que se valem de conteúdos ilegais.

Foi sob essas bandeiras da extrema direita e tais discursos ligados à desinformação que Jair Bolsonaro se elegeu em 2018 para chefiar o Brasil nos quatro anos seguintes (2019-2022), trazendo consigo elementos da dominação de classe. E esses eram os temas representantes da manifestação de ataque à democracia, em 8 de janeiro de 2023, com a tentativa de destruição dos Três Poderes do Brasil, que agora retratamos a partir das ações e respostas dos usuários da rede X.

Perfis e conteúdos presentes na rede X em 8 de janeiro

As técnicas de Análise de Redes Sociais (ARS) utilizadas para acompanhar os padrões de comportamento das pessoas na rede social X, durante o ataque de 8 de janeiro aos Três Poderes do

Estado brasileiro, foram importantes para que se pudesse obter *insights* da dinâmica das interações a partir das postagens. As respostas mostram a polarização de opiniões, comportamentos e sentimentos, demonstrados tanto em conteúdos positivos quanto negativos, favoráveis ou contrários ao ato.

Para a apresentação da análise, uma das abordagens foi a detecção de comunidades sócio semânticas, por meio da visualização de *tweets* como gráficos e cálculos de frequências de termos, conforme descrito por Abascal-Mena et al. (2015). Essa metodologia auxilia na identificação de grupos que compartilham interesses ou discursos semelhantes, revelando como as ideias se propagam e se consolidam em diferentes comunidades na plataforma. Modelos estatísticos conjuntos foram desenvolvidos para analisar as conexões temáticas entre *tweets* e transcrições de discurso, revelando que a maioria dos usuários do X fornece *feedback* de alto nível sobre tópicos gerais, em vez de parágrafos de discurso específicos (Hu et al., 2011). Uma abordagem de rede multicamadas direcionada tem sido empregada para identificar usuários influentes e grupos conectados, com o PageRank se mostrando eficaz para classificar a influência individual (Logan et al., 2023).

A ARS também tem sido utilizada para examinar padrões de interação e formação de comunidades em discussões na rede X relacionadas com a saúde, revelando participantes centrais e grupos influentes, ao mesmo tempo que demonstra que as ligações não são limitadas pelo estatuto profissional (Gruzd & Haythornthwaite, 2013). Estes estudos destacam o valor da ARS na compreensão das comunidades online e dos padrões de fala nas plataformas de redes sociais.

Paulino & Ventura (2021) observaram que métodos digitais podem revelar comportamentos de rede, de perfis e de sentimentos. A *hashtag* #Somos70porcento representou uma voz de revolta em um momento de crise sanitária como os vivenciados em

2020 e apontou as mídias sociais como um espaço democrático e de debate. Esses estudos reforçam o caráter positivo da ARS na compreensão das comunidades online e dos padrões de fala nas redes sociais digitais. Ao analisar a comunicação na plataforma X em eventos como o de 8 de janeiro, torna-se possível compreender melhor as dinâmicas dialógicas que ocorrem em cenários de crise ou de tensão, e perceber como estudos desse tipo contribuem para um entendimento mais amplo do papel das redes sociais na sociedade contemporânea.

O conteúdo veiculado na rede X e seus desdobramentos discursivos

A seguir, divididos em contextos positivos e negativos, quadros com verbos, substantivos, adjetivos e expressões idiomáticas extraídos das menções das postagens da rede X dão uma ideia do teor da comunicação e ilustram o conteúdo veiculado durante os ataques aos Três Poderes do Estado brasileiro. Na sequência, gráficos das emoções com os termos mais utilizados, separados pelas palavras-chave Exército, Intervenção e Terrorismo, dão a dimensão do que representou o 8 de janeiro. Continuando o demonstrativo da pesquisa, que coletou 10 mil postagens em 1 minuto durante o evento, apresentamos os posts mais compartilhados (*retweetados*), bem como os perfis mais ativos, obtidos em captura de telas. Tais demonstrações estarão acompanhadas de respectivas análises.

São considerados perfis mais ativos na rede X aqueles cujas contas ou usuários têm presença mais dinâmica e frequente na plataforma. Segundo Bruns & Highfield (2013), para se configurar como tal, devem ter frequência de postagens que pode ser em textos, imagens, vídeos ou enquetes. Também é característica a interação com outros usuários, por meio de curtidas, compartilhamentos (*retweets*) ou comentários em postagens. O engajamento em contas dinâmicas e participação em perfis que costumam postar informações de grande impacto, hashtags

populares ou eventos em tempo real são diferenciais que tornam os perfis mais ativos.

A análise de conteúdo, em casos como esse, é uma metodologia que possibilita identificar padrões, tendências e significados subjacentes ao uso de determinadas palavras de ação em um dado corpus textual (Bardin, 1977). Entre os aspectos a serem considerados, está a categorização, que deve compreender critérios semânticos, tal como se apresenta no quadro dos verbos, que representa sentimentos, como adorar, amar, emocionar, sensibilizar etc.

Quadro 1 – Verbos identificados nas mensagens

Em contextos positivos		Em contextos negativos	
adorar	emplacar	abandonar	empacar
agradar	empolgar	aborrecer	enfraquecer
amadurecer	encantar	arrepender	enganar
amar	enternecer	assustar	engolir
animar	entreter	aterrorizar	errar
apaixonar	facilitar	atormentar	estragar
apegar	fascinar	atrapalhar	estressar
apreciar	fluir	cansar	exagerar
aprender	gostar	chocar	faltar
arrebatar	identificar	complicar	frustrar
arrebentar	impressionar	decepcionar	incomodar
atrair	innovar	deprimir	irritar
cativar	recomendar	desanimar	largar
conquistar	sensibilizar	desgastar	limitar
curtir	simpatizar	desistir	odiar
deliciar	valorizar	desmerecer	pecar
destacar-se	vibrar	destorcer	perder
divertir	viciar	detestar	prolongar
emocionar		dificultar	revoltar

Fonte: os autores

Quadro 2 - Reações em substantivos durante os ataques de 8 de janeiro

Mencionados em contextos positivos		Mencionados em contextos negativos	
alegria	fluência	anticlímax	falta
astúcia	fluidez	besteira	furo
	genialidade	bobagem	imaturidade
atemporalidad	gostinho	boçal	incômodo
e	grandeza	bosta	inexperiente
beleza	inteligência	chatice	lixar
bem-estar	ironia	clichê	meleca
best-seller	joia	decepção	melodrama
brilho	magnetismo	defeito	
carisma	mérito	demorar	melodramáti
clímax	obra-prima	desastre	co
	originalidade	desconforto	meloso
companheiris	paixão	desesperança	monótono
mo	perfeição	desgraça	mundo
compreensão	prazer	desprazer	nojo
deleite	predileto	droga	passividade
densidade	preferido	engano	pena
diferencial	primor	erro	pieguice
diversão	sensibilidade	exagero	porca
doçura	sufocamento	exaustão	porcaria
emoção	talento	excesso	problema
empatia	taquicardia	falhar	sacrifício
entusiasmo	ternura	falho	

envolvente êxtase fã facilidade fascinação favorito	top virtude		sentimentalismo superficialidade vergonha
--	----------------	--	---

Fonte: os autores

Explica Bardin que “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento, segundo o gênero (analogia, com os critérios previamente definidos)” (1977, p. 117). Essas categorias seguem ao que estabelecemos no quadro, ou seja, reúne um grupo de elementos sob um título genérico, com critérios que podem ser semânticos, sintáticos (utilizando verbos ou adjetivos), léxicos (com a classificação das palavras de acordo com seu sentido) e expressivos (cujas categorias indicam as perturbações de linguagem), exatamente como seguem os dados obtidos da

plataforma X no 8 de janeiro. Os indicadores de frequência, mencionados por Bardin (1977) não se enquadram nesta análise, por serem utilizados em pesquisa quantitativa, o que não é o caso. Ele também menciona a análise da co-ocorrência de palavras ou expressões, com as associações mais comuns. E destaca a relevância da conotação dos verbos, considerando aspectos afetivos e sociais, bem como o contexto em que determinado verbo aparece.

Krippendorff (2013) corrobora as considerações de Bardin (1977) e destaca que a análise de conteúdo qualitativa explora as nuances do significado e colabora no entendimento de fenômenos complexos na comunicação e em estudos culturais. E, com o uso das ferramentas tecnológicas, é possível organizar e interpretar os dados sem perder a subjetividade inerente à pesquisa.

Quadro 3 – Emoções demonstradas em adjetivos positivos coletados da rede X

Adjetivos mencionados em contextos positivos				
admirável	criativo	favorito	jovial	raro
adorável	crivar	feliz	legal	razoável
agradável	curto	fluente	legítimo	real
alegre	decente	fluido	leve	realista
alucinante	delicado	foda	liça	realístico
apaixonante	delicioso	fofo	light	recente
apoteótico	demais	forte	linda	
ardente	denso	frenético	lindo	recomendável
arrasador	desafiador		lírico	ável
arrebatador	despretensioso	fundamenta	mágico	reflexivo
astuto	devanear	l	magistral	relaxante
atemporal	digno	genial		relevante
aterrador	dinâmico	gostoso	magnético	rico
atraente	direto	gotoso		sagaz
atual	distrativo	grande	magnificar	
atuar	divertido	grandioso		

autêntico	divino			
avassalador	doce	gratificante	magnífico	satisfatório
bacana	duro	grato		o
bárbaro	elegante	hilário	majestoso	seco
batuta	eletrizante	humano		sedutor
belíssimo	emocionante	ideal	maravilha	seguro
belo	empolgante			
bem	encantador	impactante	maravilhoso	sensacional
bem-humorado	encantável	impagável		al
bom	engenhoso	ímpar	marcante	sensível
bonito	engraçado	impecável	massa	sensual
brilhante	enigmático	imperdível	máximo	
carinhoso	enriquecedor		melífluo	sentimental
carismático	envolvente	importante		al
cativante	especial		memorável	sério
cativar	esperto	impressionante		sexy
certo	espetacular	inabalável	minucioso	significativo
claro	espirituoso			o
classe	esplêndido	inacreditável	misterioso	simples
clássico	essa		moderno	sincero
coerente	estonteante	incrível	notável	singelo
comédia	excelente		novo	singular
cômico	excepcional	indescritível	obra	sólido
comovente	excitante		ode	sublime
	exemplar	indispensável	original	
compreensível	extraordinário		ótimo	subversivo
	fabuloso	inédito	palpável	surpreso
comum	face		passável	surreal
consistente	fácil	inesquecível	perfeito	teres
contagiante	fama	infalível		tocante
contemporâneo	fantástico	inovador	pertinente	tranquilo
	fascinante		plausível	

<p>contente convincente corajoso</p>	<p>inquietante inquieto inspirador instigante instigar inteligente intenso</p>	<p>poderoso poético pontual positivo precioso predileto primo</p>	<p>translúcid o último válido verdadeiro</p>
	<p>interessante íntimo intrigante irado irônico irresistível</p>	<p>primoroso profético profundo pungente rápido</p>	<p>verossímil vertiginos o viciante vicioso vigoroso visceral vital voraz</p>

Fonte: os autores

Quadro 4 – Quadro 3 – Emoções demonstradas em adjetivos negativos coletados da rede X

Adjetivos mencionados em contextos negativos			
<p>aborrecente anacrônico besta bizarro bobo burro cansativo chato chocante chulo</p>	<p>egoísta enfadonho enjoado enjoativo entediante esdrúxulo estereotipado estranho falso fraco</p>	<p>irritante lamentável maçante machista mal manjado mau mediano médio meloso</p>	<p>plana pobre pomposo preguiçoso previsível puritano raso razoável reacionário repetitivo</p>

clichê	frio	mero	repulsivo
confuso	frustrante	modinha	revoltante
	fútil	monótono	ridículo
decepcionante	horrível	morno	ruim
defeituoso	horrorosa	negativo	simplista
deplorável	idiota	normal	sofrível
depressivo	idiotice	obsessivo	superficial
deprimente	imaturo	óbvio	surreal
desagradável	impaciente	oco	tédio
desconexo		opressivo	tedioso
desgastante	incompreensív el	paranoico	tenda
	inconsistente	patético	tosco
desinteressant e	ingênuo	pesaroso	triste
desnecessário	injustificável	péssimo	vazio
desprezível	insuportável	piegas	violento
difícil	interminável	piorar	volúvel
dispensável	inútil		
doentio			

Fonte: os autores

Na visão de Bardin (1977), os adjetivos têm papel importante na análise de conteúdo, pois indicam avaliação e tom da mensagem. Ao atribuir características ou instituir categorização, no caso dessa coleta, os adjetivos podem revelar determinadas posições do emissor sobre o seu discurso. A análise lexical, demonstrada nos adjetivos, se concentra no estudo das palavras e trazem algumas revelações, como a subjetividade expressa na opinião do emissor e que mostra sua visão de mundo. Pode indicar também a intencionalidade da mensagem, tanto a produzida pela própria pessoa, quanto a compartilhada ou a engajada. E contribuem, segundo o autor, para a construção do sentido, pois

qualifica substantivos e verbos. Enfim, a análise dos adjetivos, na visão de Bardin (1977) é uma ferramenta significativa para a compreensão da profundidade e da complexidade dos textos, aqui representados nas postagens da plataforma X.

Van Dijk (2010) reforça o pensamento de Bardin, quando valoriza os estudos do discurso, por meio do qual, na sua opinião, é possível compreender a sociedade. Ao mencionar a análise crítica do discurso (ACD), tema de suas pesquisas, não considera apenas questões sociais e cognitivas, “interesse-me, em especial, pela fascinante interface sociocognitiva da análise do discurso. Por exemplo, em meus primeiros trabalhos a respeito do racismo [...] e a respeito da ideologia [...] demonstrei que esses problemas são, ao mesmo tempo, fenômenos cognitivos e sociais” (p. 354). Ele entende, ainda, que a ACD deve ter como alicerce uma base linguística sólida e dar conta de detalhes inseridos na mensagem.

Quadro 5 – Sentimentos positivos apresentados em expressões na rede X

Expressões idiomáticas em contextos de conotações positivas		
abrir a mente	de fazer inveja	morrer de rir
abrir a minha mente	de tirar o fôlego	não ter adjetivos
amor à primeira vista	deixar de boca aberta	para
arrancar lágrimas	estar louco para	pra ninguém botar defeito
arrancar risadas	faltar adjetivos	ser show
arrancar gargalhadas	faltar palavras	ser um show
capturar a atenção	fazer pensar	ser um achado
chamar a atenção	fora de série	ser um tapa na cara
com chave de ouro	gostinho de quero mais	soco na boca de o estômago
dar certo	grata surpresa	ter fôlego
de corpo e alma	ir a nocaute	tudo de bom
de encher os olhos	lindo de morrer	valer cada N

Fonte: os autores

Quadro 6 – Sentimentos negativos apresentados em expressões na rede X

Expressões idiomáticas em contextos de conotações negativas		
água-com-açúcar	forçar a barra	pra criancinha
cabeça-dura	mala sem alça	quebrar o encanto
carregar nas tintas	melhor esquecer	sem graça
dar náuseas	não aturar	sem sal
dar raiva	não engolir	sem-noção
dar sono	não prestar	ser um balde de água
deixar a desejar	não se enxergar	fria
embrulhar o	perder o fôlego	ser um saco
estômago	picolé de chuchu	tempo perdido
esperar mais		perder tempo
		perda de tempo

Fonte: os autores

Linguistas do discurso interessados em gramática, como van Dijk (2017), consideram importantes expressões como essas, verificadas nas postagens da rede X e estudadas aqui, pelo seu caráter cognitivo, que acabam por contextualizar a condição e o perfil intelectual de quem as reproduz. A abordagem sociocognitiva explora como os modelos mentais (representações cognitivas de eventos, pessoas e situações) influenciam a produção e a interpretação dos discursos. Em seu estudo, van Dijk (2017) trabalha o caráter explorativo do discurso, fundamentado pela linguística, sociolinguística e psicologia cognitiva. Ele usa como exemplo, o discurso de Tony Blair na Câmara dos Comuns Britânica^[21] para justificar a defesa da Guerra contra o Iraque, em 2003.

Outra forma de construção de processos cognitivos, bem como de entendimento, são as metáforas. Segundo Lakoff e Johnson

(2003) essas figuras de linguagem nos ajudam a estruturar sistematicamente nossa compreensão do mundo. São expressões que fazem parte de sistemas conceituais amplos e coerentes com nossa orientação para pensar, pois moldam como agimos e nos comunicamos. As metáforas refletem padrões recorrentes da experiência humana. É o caso de expressões utilizadas nas postagens coletadas em 8 de janeiro na rede X (quadros 5 e 6), como: *arrancar lágrimas, arrancar risadas, capturar a atenção, de tirar o fôlego, deixar de boca aberta, um balde de água fria, mala sem alça*, entre outras.

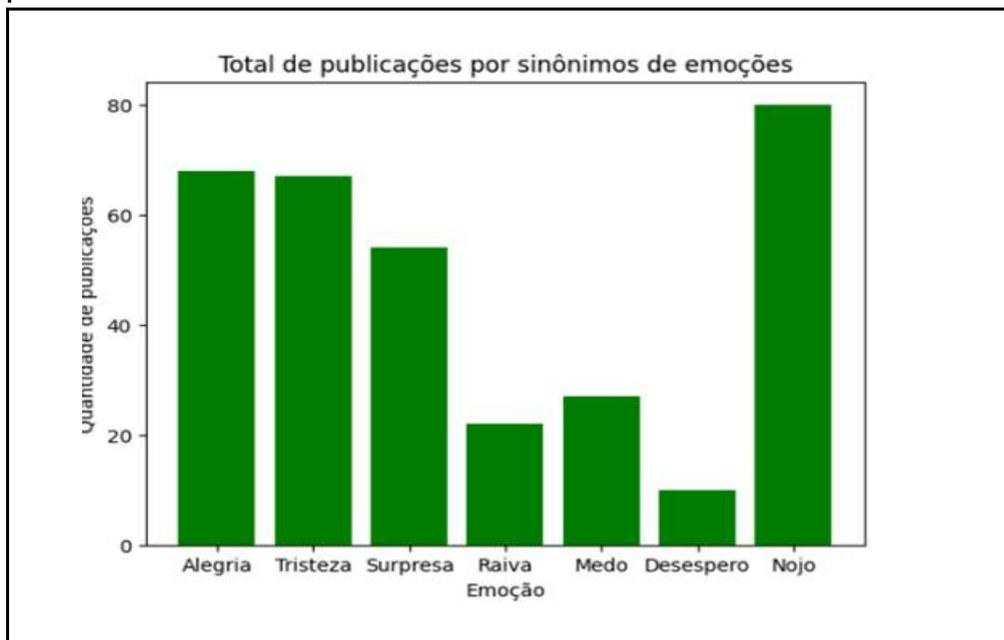
Os autores utilizam o exemplo da metáfora "*argument is war*" (o argumento é guerra), que passou a ser utilizada em vários contextos, como "ataca a visão" num sentido nada relacionado à guerra, mas a um posicionamento; "eu defendo minha posição", como forma de instituir um pensamento ao grupo; "ela destruiu meu argumento", referindo-se a uma consideração que se sobrepõe ou que se coloca como contrária a um posicionamento defendido; etc.

We saw in the ARGUMENT IS WAR metaphor that expressions from the vocabulary of war, e.g., attack a position, indefensible, strategy, new line of attack, win, gain ground, etc., form a systematic way of talking about the battling aspects of arguing. It is no accident that these expressions mean what they mean when we use them to talk about arguments. A portion of the conceptual network of battle partially characterizes the concept of an argument, and the language follows suit. Since metaphorical expressions in our language are tied to metaphorical concepts in a systematic way, we can use metaphorical linguistic expressions to study the nature of

metaphorical concepts and to gain an understanding of the metaphorical nature of our activities (Lakoff e Johnson, 2003, p. 8).^[3]

Mais do que figuras de linguagens, Lakoff e Johnson (2003) entendem que as metáforas são ferramentas cognitivas que, além de organizarem nossa visão de mundo, nos ajudam na comunicação, decodificando a mensagem pelo receptor e propiciando um diálogo fluente. Percebemos isso nas expressões captadas das mensagens em 8 de janeiro, tanto nos contextos positivos quanto nos negativos em relação ao evento, cujas metáforas utilizadas deram o contexto dos sentimentos do público.

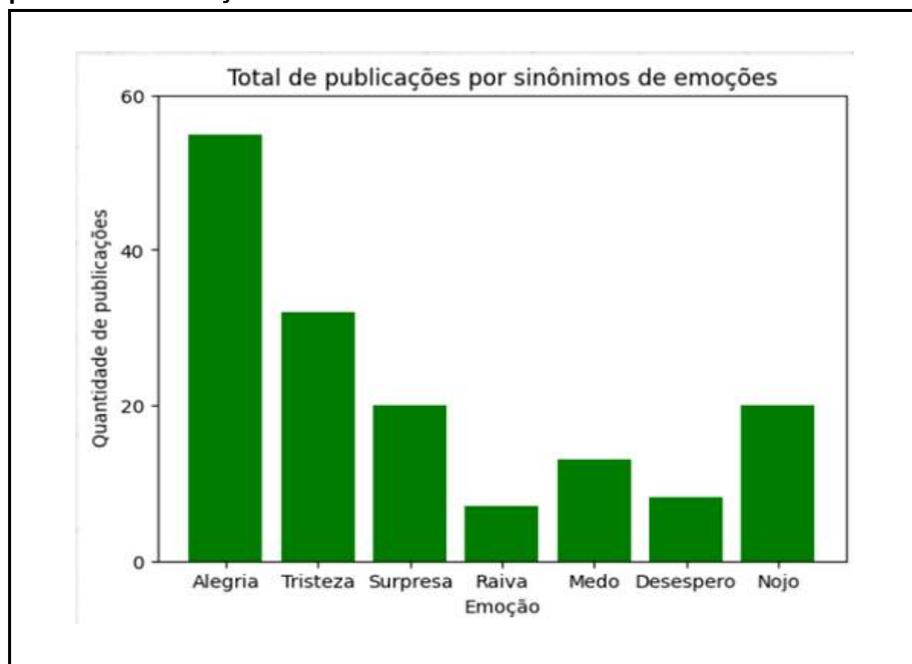
Gráfico 1 – Emoções demonstradas nos posts, relacionadas à palavra Exército



Fonte: os autores

Como se apresenta no gráfico 1, as palavras nojo, alegria, tristeza, surpresa, medo, raiva e desespero (pela ordem de menções), relacionadas à palavra-chave Exército, estiveram entre as mais citadas nas postagens, em engajamentos e nos compartilhamentos. Isso ilustra a polarização dos sentimentos, dos posicionamentos e das ideologias políticas. Apesar do ato ser criminoso, tanto que há várias pessoas presas e outras enfrentando processos na justiça, acompanhados pelo Supremo Tribunal Federal (STF)^[4], percebemos, por meio das menções, que há ainda quem ignore o fato como tal.

Gráfico 2 - Emoções demonstradas nos posts, relacionadas à palavra Intervenção



Em relação à Intervenção, as mesmas palavras tiveram ordem de relevância diferenciadas. Em relação ao número de menções, em primeiro lugar ficou Alegria, seguida de Tristeza.

Surpresa e Nojo empataram na terceira colocação, tendo Medo em quarto lugar, seguido de Desespero e de Raiva. Isso demonstra um peso diferenciado para a palavra Intervenção, em relação a Exército, que foi a anterior. São observações que se conectam a reflexões de alguns autores, como Charaudeau (2007), por exemplo.

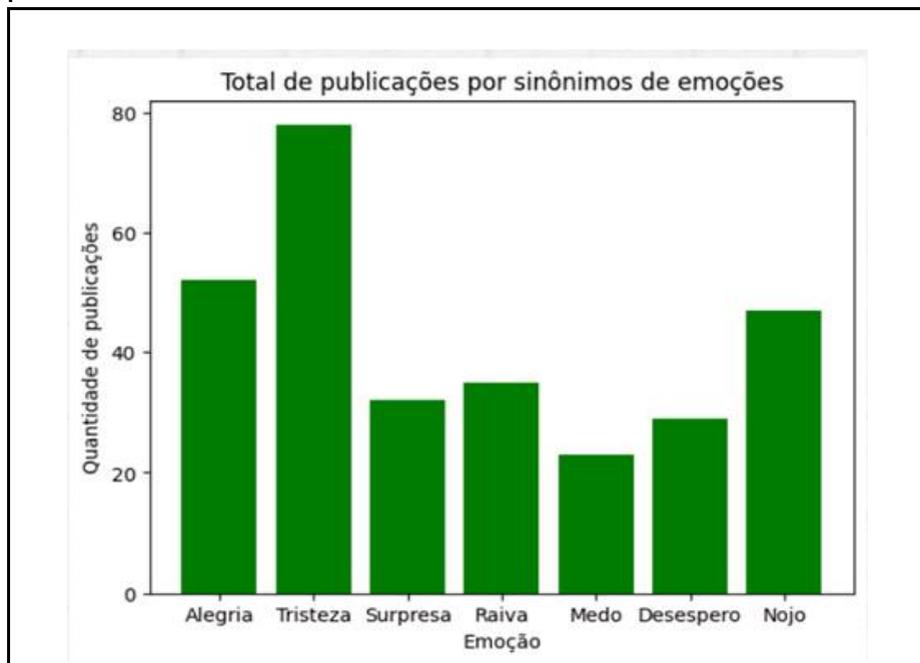
Para ele, na análise do discurso, o valor dos sentimentos e das emoções é fundamental na construção e na interpretação dos diálogos. E entende ser muito importante se considerar os sentimentos como um elemento que constitui o discurso, e não somente ele. Encara as emoções como uma parte integrante da construção do discurso. Tal como se destacam os sentimentos que mais tiveram alta nas postagens, a maior expressividade deles se deu pelo contexto, incluindo, sobretudo, as imagens dos ataques em 8 de janeiro. Ele justifica a partir de uma indagação:

Existem traços próprios às expressões das emoções que serviriam de suporte ao receptor para, se não para ele próprio experimentá-la, pelo menos para especificá-los? A resposta não é fácil, pois, em se tratando da linguagem verbal, da linguagem da imagem ou de outros meios de expressão, tais como os gestos ou as mímicas, o emprego das palavras ou dos traços icônicos, não constituiriam necessariamente a prova da existência de uma emoção. Palavras como “cólera, horror, angústia, indignação” etc. designam estados emocionais, mas não provocam, necessariamente, emoção. Pode acontecer que seu emprego tenha um efeito contra-produtivo: explicitar um estado emocional poderia ser interpretado como um faz-de-conta, porque, como se faz em

determinadas culturas, a verdadeira emoção não é dita, é sentida (Charaudeau, 2007, p. 242)

Esse pensamento faz sentido, quando analisamos a coleta dos 10 mil posts obtidos da rede X, durante o ato contra a democracia, que destruiu os patrimônios dos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do STF. Charaudeau (2007), inclusive, menciona palavras que se relacionam com o corrido, como “vítima, assassinato, crime, massacre, imagens de destruição, de inundação” (p. 243) etc. que podem representar medo, horror, entre outros sentimentos. São palavras que, associadas a imagens, promovem o desencadeamento de emoções. No entanto, precisam se relacionar a contextos e situações que se inserem.

Gráfico 3 - Emoções demonstradas nos posts, relacionadas à palavra Terrorismo



Neste gráfico, cuja ordem de relevância das palavras, para o público que postou na rede X durante o ato de 8 de janeiro, o termo Terrorismo esteve mais relacionado a Tristeza, tendo em segundo lugar Alegria, seguida de Nojo, Raiva, Surpresa, Desespero e Medo. Interessante notar aí a polaridade, com os sentimentos de tristeza, em primeiro lugar, e alegria, em segundo, já que o termo Terrorismo, por si só, já tem uma conotação negativa. E associado a imagens e outros sentimentos relacionados ao contexto, acaba tendo um peso ainda maior.

Com esse e os demais gráficos, se percebe a relevância dos sentimentos na construção dos significados, por influenciarem na escolha do vocabulário; no engajamento público, pois as

emoções são ferramentas que promovem a conexão entre os públicos e podem levar à persuasão, por exemplo; no melhor entendimento dos processos sociais, por representarem um reflexo da identidade social (Charaudeau, 2007 & Ekman, 2011).

Barthes (1987) tem contribuições consideráveis à análise do discurso e que se conecta com esta pesquisa. Diferentemente dos autores mencionados anteriormente, ele não se refere diretamente a emoções as teorias sobre linguagem. No entanto considera que a semiologia e a construção dos sentidos contribuem para uma análise mais profunda e abrangente do discurso na dimensão dos sentimentos. Ele procura descolar o foco da análise linguística para um campo que envolve a linguagem nos campos culturais e sociais, cujo signo surge carregado de conotações e valores da sociedade de seu contexto. E defende que o leitor não é um co-produtor de sentido, sobretudo, quando traz a leitura para suas próprias experiências, conhecimentos e emoções, que influenciam a interpretação.

A troca, na visão de Barthes (1987), é o que tem mais valia no discurso. Ele critica a ação da modernidade de querer se sobrepor à troca, o que nunca acontece, na sua visão. “A troca recupera tudo, aclimatando o que parece negá-la: apreende o texto, coloca-o no circuito das despesas inúteis, mas legais: ei-lo de novo metido numa economia coletiva [...]; é a própria inutilidade do texto que é útil, a título de *potlach*^[5]” (cerimônia tradicional praticada por diversas tribos indígenas da costa noroeste da América do Norte) (Barthes, 1987, p. 33). Para o autor, “a sociedade vive sobre o modo de clivagem” (p.34), no entanto, desconhece tal afastamento ou desmembramento, o que é um tanto prejudicial, fato que certificamos nos resultados desta pesquisa que analisa 8 de janeiro.

As imagens a seguir mostram, para cada palavra-chave, o post que teve mais compartilhamento, assim como o perfil mais ativo. Vamos perceber que nem sempre a imagem irá retratar o

ataque de 8 de janeiro, porém estará, de alguma forma, relacionada ao fato.

Imagem 1 – Post com mais compartilhamento da palavra Exército

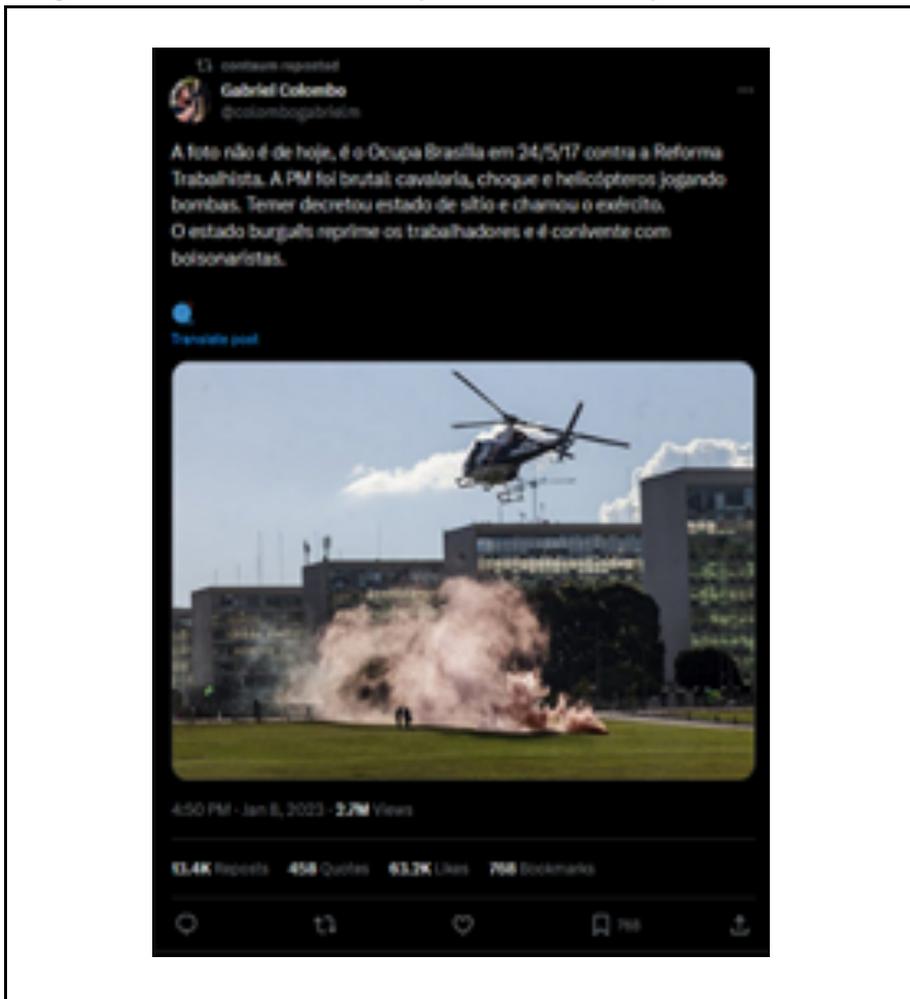


Imagem 2 – Perfis ativos com maior número de seguidores com a menção Exército

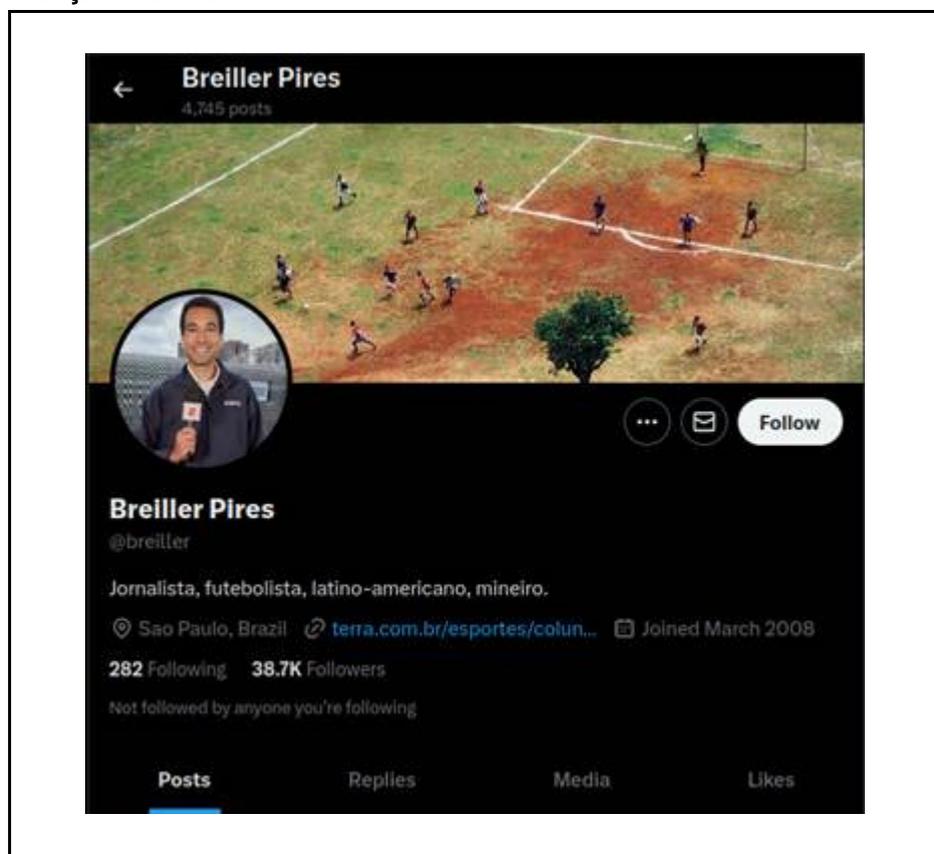


Imagem 3 – Post com mais compartilhamento da palavra Intervenção



Imagem 4 – Perfis ativos com maior número de seguidores com a menção Intervenção



Imagem 5 – Post com mais compartilhamento da palavra Terrorismo

Glray Agnelli repostou

 **Lula** 
@LulaOficial

Decreto assinado por Lula para intervenção federal no Distrito Federal.
#EquipeLula

Decreto Intervenção Federal no Distrito Federal com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento do orden público, nos termos em que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confiere o art. 84, inciso I, e no art. 34, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada intervenção federal no Distrito Federal até 31 de janeiro de 2023.

§ 1º A intervenção de que trata o caput se limita à área de segurança pública, conforme o disposto no art. 117-A da Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 2º O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento do orden público no Distrito Federal, mediante por atos de violência e inação de órgãos públicos.

Art. 2º Fica nomeado para o cargo de interventor Ricardo Garcia Caspelli.

Art. 3º As atribuições do interventor são aquelas necessárias às ações de segurança pública, em conformidade com os princípios e objetivos previstos no art. 117-A da Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 1º O interventor fica subordinado ao Presidente da República e não está sujeito às normas distritais que conflitam com as medidas necessárias à execução da intervenção.

§ 2º O interventor poderá requisitar, se necessário, os recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Distrito Federal afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da intervenção.

§ 3º O interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para consecução do objetivo da intervenção.

§ 4º As atribuições previstas no art. 117-A da Lei Orgânica do Distrito Federal que não tenham relação direta ou indireta com a segurança pública permanecerão sob a titularidade do Governador do Distrito Federal.

§ 5º O interventor, no âmbito do Estado do Distrito Federal, exercerá o controle operacional de todos os órgãos distritais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal e no art. 117-A da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 4º Poderão ser requisitados, durante o período da intervenção, os bens, serviços e servidores afetos às áreas da Secretaria de Estado de Segurança do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para emprego nas ações de segurança pública determinadas pelo interventor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

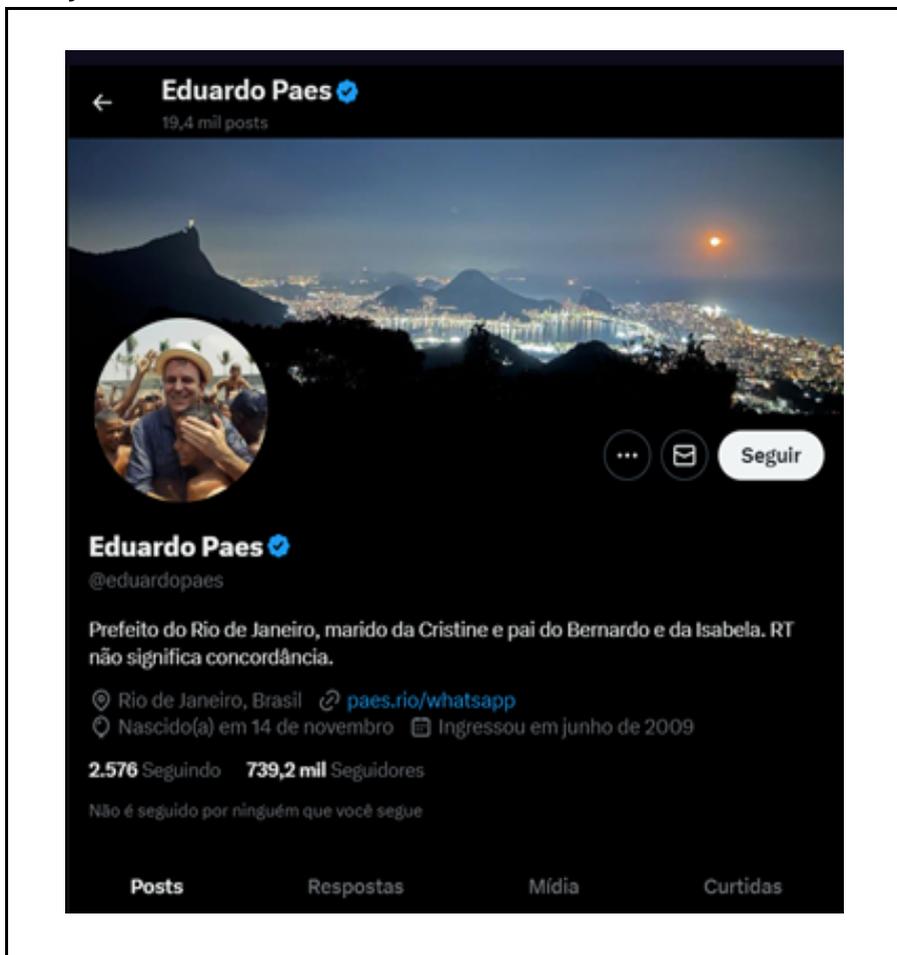
Brasília, 08 de janeiro de 2023, 202ª da Independência e 157ª da República.



6:04 PM • 8 de jan de 2023 • 8 mil Visualizações

 6 mil  42 mil  228 mil  803 

Imagem 6 – Perfis ativos com maior número de seguidores com a menção Terrorismo



O crescimento, bem como o desempenho, das redes sociais proporcionou um olhar diferenciado para a análise do discurso a partir de imagens. Como reforçam alguns dos autores que mencionamos aqui, as imagens são um elemento central na construção de narrativas e na expressão de sentimentos, emoções, culturas e contextos sociais. Por si só, elas engajam, pois ilustram

diálogos, retóricas e ideias. Barthes (1990) estuda o desempenho da imagem na perspectiva semiótica e discursiva, e distingue entre denotação, com significado literal da imagem; e conotação, com significado simbólico.

Ele sugere uma análise profunda sobre o diálogo por meio das imagens, pois entende que assim se consegue desvendar diversas camadas de significado contido nelas. E argumenta que uma imagem pode transmitir, ao menos, três tipos de mensagens, a começar pela literal que é aquela direta e objetiva, refletindo exatamente aquilo que se vê, com seus elementos, cores, formas, objetos e pessoas. A mensagem literal se opõe à precedente, que é simbólica. Dessa forma, consegue passar informações básicas de sua representação. Por exemplo, entre as capturas de tela da pesquisa, identificamos o perfil do presidente Lula. A decodificação da mensagem ali contida é explícita e clara, por ser uma personalidade de total conhecimento dos brasileiros.

A segunda mensagem da imagem é a iconográfica, que muito além da descrição literal, traz signos visuais com códigos. Tem a função de conectar a imagem a um sistema de significados. Como exemplo, podemos citar a maçã, com a falta de um pedaço, da Apple ou a marca da Nike. Sem ser preciso ter nome ou qualquer explicação, já se consegue identificar a marca e o que ela representa no contexto social e mercadológico.

Por último, Barthes (1990) menciona a mensagem cultural, que é a conotativa, que representa a profundidade da imagem, a que carrega valores, ideologias e crenças sociais. Sua função é transmitir mensagens implícitas, que podem se relacionar a poder, sentimento, identidade, ideologia, entre outros. Ela representa o valor histórico ou conceitual. Por exemplo, a imagem de um jovem com mochila nas costas pode representar viagem. Um carro esportivo pode trazer a sensação de liberdade. A imagem de uma mão segurando uma bola caracterizada pelo planeta Terra, pode representar educação ambiental. E assim por diante.

Trazendo essas definições para as imagens captadas da rede X em 8 de janeiro, pudemos perceber que o *post* mais compartilhado (*retweetado*) a partir da palavra-chave Exército foi de um helicóptero prestes a pousar em Brasília, diante de uma nuvem de fumaça. A foto não tinha relação com o ataque, era de outro dia. Mas, diante do fato, uma imagem como aquela dentro do contexto, poderia trazer uma mensagem implícita.

Barthes (1990) chama a atenção para a fixação da linguagem inserida na imagem que exerce uma função elucidativa e seletiva. Trata-se de uma metalinguagem aplicada não a totalidade da mensagem icônica, mas unicamente a alguns de seus signos.

A mensagem linguística tem na fixação sua função mais importante. É mais fácil de ser observada em fotojornalismo, com fotos de pessoas em gestos ou de cenários e situações que podem transmitir informações totalmente alheias ao objetivo da mensagem literal ali colocada. A publicidade também se coloca em contextos semelhantes com imagens de pessoas desconhecidas ou objetos, por exemplo, que denotem poder. É a palavra com a imagem se complementando. “As palavras são, então, fragmentos de um sintagma mais geral, assim como as imagens, e a unidade da mensagem é feita em um nível superior: o da história, o da anedota, o da diegese” (Barthes, 1990, p. 34) devendo essa diegese ser tratada como um sistema autônomo.

Considerações finais

A mídia, quando unida à tecnologia, traz um universo de oportunidades nunca antes verificado, o que tornam fundamentais análises aprofundadas de seus espaços, a partir de comportamentos e ações das sociedades, sejam elas organizadas ou não. Estudos como este, que analisa o discurso nas redes como forma de provocar reflexões acerca do combate à desinformação, à violência virtual e à invasão de privacidade, são fundamentais para promover uma

sociedade mais humanizada, responsável e que preza pela democracia.

A utilização da metodologia de análise do discurso para entender como se comportaram os usuários da rede X, durante o ataque aos Três Poderes do Estado brasileiro, no dia 8 de janeiro, foi preponderante para decodificar mensagens, identificando sentimentos, ações e comportamentos nessa rede social. A escolha dessa rede faz todo o sentido, por sua dinamicidade em tempo real. Não é por acaso que as notícias bombásticas costumam chegar primeiro nesse canal.

A análise do discurso, portanto, foi importante para mostrar como os fluxos de informação se reproduzem e traçam perfis. Nesse caso, por meio de menções positivas e negativas foi possível compreender o contexto e a polarização de opiniões e de ideias ocorridas em 8 de janeiro e refletir acerca do desafio de se combater a desinformação.

Autores como Manhães (2015) e Bakhtin (2016) dão um norte para a análise. Bardin (1977), Barthes (1990), Charaudeau (2007) e van Dijk (1999), para mencionar alguns, trazem o caráter cognitivo das mensagens expressas em sentidos positivos e negativos e apresentadas em verbos, substantivos, adjetivos e expressões idiomáticas identificadas na coleta de dados e através de imagens.

Portanto, como vimos neste estudo, a análise do discurso por meio de verbos, substantivos, adjetivos, expressões e imagens, evidencia o papel central que a comunicação e o diálogo desempenham na construção de narrativas e no engajamento social. Os textos escritos trazem representações e significações de maneira explícita e implícita que podem ser identificadas pelo receptor. As imagens não são apenas complementos visuais; elas contêm camadas de significados que podem comunicar ideias, valores e emoções de maneira potente, às vezes até mais impactante do que as palavras. Barthes (1990) nos oferece uma estrutura teórica robusta

para compreender essas dimensões, ao distinguir as mensagens literal, iconográfica e cultural. Essa análise aponta para a complexidade inerente às imagens e para o potencial que elas têm de influenciar percepções e comportamentos em diferentes contextos sociais.

Aplicar essas categorias ao universo das redes sociais, como fizemos ao analisar as postagens da rede X, reafirma a importância de compreender o contexto e os códigos culturais que moldam a interpretação das imagens. A fotografia do helicóptero em Brasília, por exemplo, ganha significados que vão além de sua literalidade, ao ser inserida em um contexto de crise política e social, como pretenderam os grupos organizados que invadiram os Três Poderes. Isso demonstra como as imagens podem ser ressignificadas pelo público, dependendo do momento histórico e das narrativas em circulação.

Assim, compreender as nuances da comunicação é vital, especialmente em uma era de crescente protagonismo das redes sociais. O diálogo entre imagem e palavra, como apontado por Barthes (1990), reforça a necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar na análise do discurso. Essa perspectiva nos convida a explorar não apenas o que se vê, mas também o que está implícito e o que é sugerido, contribuindo para uma leitura mais ampla e profunda das mensagens que nos cercam.

Referências

ABASCAL-MENA, R.; LEMA, R.; SÈDES, F. Detecting sociosemantic communities by applying social network analysis in tweets. **Soc. Netw. Anal. Min.**, v. 5, n. 38, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13278-015-0280-2>.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. São Paulo: Ed. 34, 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTHES, R. O prazer do texto. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. O Óbvio e o Obtuso. São Paulo: Nova Fronteira, 1990.

BRUNS, A.; HIGHFIELD, T. Political networks on Twitter: Tweeting the Queensland state election. **Information, Communication & Society**, v. 16, n. 5, p. 667-691, 2013.

BUCKINGHAM, D. Manifesto pela Educação Midiática. São Paulo: Sesc, 2020.

CHARAUDEAU, P. Pathos e discurso político. In: MACHADO, I. L.; MENESES, W.; MENDES, E. (Orgs.). As Emoções do discurso. Rio de Janeiro: **Lucerna**, 2007. p. 240-251.

CHEN, C. W.-Y. Analyzing online comments: a language-awareness approach to cultivating digital literacies. **Computer Assisted Language Learning**, v. 33, n. 4, p. 435-454, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09588221.2019.1569068>.

EKMAN, P. A linguagem das emoções. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

FERRARI, P. Como sair das bolhas. São Paulo: EDUC, 2018.

FOLHA DE S.PAULO. Golpistas invadem Planalto, Congresso e STF; PM reage com bombas. 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/bolsonaristas-sobem-em-teto-do-congresso-e-pm-reage-com-bombas.shtml>.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GRUZD, A.; HAYTHORNTHWAITE, C. Enabling community through social media. **Journal of Medical Internet Research**, 2013. Disponível em: <https://www.jmir.org/2013/6/e129/>.

HOFF, S. L.; BARBOZA, G. As línguas, a língua e os linguistas: o estudo da diversidade das línguas em Saussure e Benveniste. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. e65692, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-4573p65692>.

HU, Y.; JOHN, A.; SELIGMANN, D. D. Event analytics via social media. In: **SBNMA '11**, 2011. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/abs/10.1145/2531602.2531623>.

KRIPPENDORFF, K. Content Analysis: An Introduction to Its Methodology. Londres: Sage, 2013.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Metaphors We Live By. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

LANGACKER, R. W. Foundations of Cognitive Grammar - VOLUME I. Stanford: **Stanford University Press**, 1987.

LOGAN, A. P. et al. Social network analysis of Twitter interactions: a directed multilayer network approach. **Social Network Analysis and Mining**, v. 13, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13278-023-01063-2>.

MANHÃES, E. Análise do discurso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 304-315.

MASCHIETTO, R. H. A ascensão da extrema-direita no mundo: convergências, diferenças e o papel da história. **CEBRI-Revista**, n. 11, jul.-set. 2024. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/177>.

MITTAL, P. et al. Social Network Analysis using Interest Mining: A Critical Review. **Indian Journal of Science and Technology**, v. 9, n. 16, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303377102>.

MUDDE, C.; ROVIRA, C. Populism: A Very Short Introduction. Oxford: **Oxford University Press**, 2017.

MUKHERJEE, S. Identifying the greatest team and captain: A complex network approach to cricket matches. **Physica A**, v. 391, n. 23, p. 6066-6076, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.physa.2012.06.063>.

PARISER, E. O filtro-bolha. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PASSETTI, E.; LUCATO, D. 8 de janeiro de 2023, um golpe de ar azedo. **Publicações UERJ**, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/76206/46043>.

PAULINO, R. C. R.; VENTURA, M. P. O engajamento no Twitter: Métodos de análise para #Somos70porcento. **Cuadernos. info**, n. 49, p. 51-71, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7764/cdi.49.27293>.
POTTER, J. A Media Literacy Compass. Londres: Sage, 2016.

REPORT TWIPLOMACY. **Top 50 Power Ranking**. 2022. Disponível em: <https://www.twiplomacy.com/top-50-world-leader-power-ranking>.

SANTOS, R. et al. Evaluating the importance of Web comments through metrics extraction and opinion mining. In: **35th International**

Conference of the Chilean Computer Science Society, 2016.
Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/313452644>.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. **Discurso e Manipulação**. São Paulo: Contexto, 2008.

VOSOUGHI, S. et al. The spread of true and false news online.
Science, 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.1126/science.aap9559>.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

A

- Acessibilidade:
 - cultural - 44-46, 51, 55-57, 64-65
 - e desinformação - 11, 44
 - digital - 34, 36, 40-41, 65
 - em eventos culturais - 44, 55
 - em materiais educacionais - 37, 39, 41
 - para estudantes surdos - 35-43
- Alfabetização midiática - 14, 64, 81, 83
- Altas Habilidades (AH/SD) - 11, 135, 142, 184, 187, 190, 197
 - e família - 190, 192
 - e escola - 190-191, 197
 - Identificação - 195-196
 - Mitos sobre - 193-195
 - Tecnologias para - 191
- Audiodescrição - 11, 44, 51, 55-57, 59-65
 - Conceito - 59
 - Lei Paulo Gustavo (LPG) - 11, 44, 51, 55, 57-58, 61-62, 65
- Autismo (TEA) - 11, 111, 115, 118, 120, 123, 149, 151-153, 155, 158, 161
 - e vacinas - 111, 115, 120, 123, 149, 151-153, 155, 161

B

- Bakhtin, M. - 204-205, 236
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - 15, 21, 24, 157, 162
- Bolsonaro, Jair - 96, 108-110, 118, 125-127, 135-139, 140-142

- e "kit gay" - 126, 134-139, 141
- e discurso moral - 108
- e fake news - 106, 110, 118, 125, 135
- e o Exército - 114
- Brasil Sem Homofobia, Programa - 125, 131-134, 139-140

C

- Campanhas eleitorais:
 - 2018 - 94, 126, 136-137, 140
 - 2022 - 72, 94, 106, 108-109, 112, 114, 116, 120
 - e desinformação - 11, 72, 90
- Clickbait - 18, 20
- Comunicação digital - 14, 201
- Conspiração, teorias da - 19, 26, 149

D

- Democracia - 15, 17, 55, 196, 202, 208-209, 236
- Desinformação:
 - Conceito de - 15-23, 39
 - em campanhas eleitorais - 11, 72, 90
 - em contextos de calamidade pública - 124, 166-167, 172-173
 - e inclusão cultural - 11, 44-45, 55-57
 - e estudantes surdos - 11, 29, 31, 35-36, 39-43
 - na educação - 10-11, 14-15, 21, 24, 29, 31, 35-36, 39-43, 46-48, 50-51, 54-58, 62, 64-65, 69-72, 79, 81-87, 112, 115, 118, 120, 123, 126-129, 131-132, 134-135, 139-148, 149-165, 166-183, 184-200, 201-241
- Desinformação, combate à - 10, 13, 21, 23, 25, 41, 48, 51
- Discurso:
 - antissolidariedade - 11, 124, 166, 176
 - moral - 11, 94, 107-110, 125-126, 134-135, 139-140

- de ódio - 15, 101, 107, 127, 129, 135, 139-140, 201, 207-208
- político - 15, 72, 96-97, 106, 108-110, 113-115, 116-120, 125-129, 131, 135, 139-142, 169, 171, 176, 178-180, 201, 203-206, 207-211, 223-227, 237
- pós-verdade - 64, 80, 89, 116-117, 132, 179

E

- Educação:
 - básica - 13, 24
 - inclusiva - 4, 11, 44-45, 50, 54-59, 64, 69-71, 73, 75-79, 81, 83-88, 184, 187-191, 197
 - midiática - 14-15, 21, 24-25, 41, 46, 57
 - no ensino superior - 54, 69-71, 73-79, 87-88, 247-248
- Eleições e fake news - 34, 73, 75, 80, 88, 91, 95, 101, 105, 154
- Enchentes no Rio Grande do Sul - 11, 124, 166-167, 170-174, 176, 180
- Ensino remoto - 29, 31, 35-36, 38-39, 41-43, 54, 69, 71-72, 81, 83-87
- Estatuto da pessoa com deficiência (LBI) - 57

F

- Fact-checking - 29
- Fake news - 15, 20-23, 72-94, 111-123, 124-147, 148-165, 166-183, 201-241
 - Definições e tipologias - 19-22
 - Disseminação em redes sociais - 15, 20-21, 111
 - Impacto em eleições - 72
 - "Kit gay" - 126, 134-139, 141
 - e vacinas - 111, 115, 120, 123, 149, 151-153, 155, 161

- e eleições - 34, 73, 75, 80, 88, 91, 95, 101, 105, 154
- Formação:
 - cidadã - 14, 25, 131, 135
 - docente - 28, 191
 - do pensamento crítico - 14-15, 23

G

- Gabinete do ódio - 110
- Gênero e sexualidade - 125, 129, 131-132, 134-135, 139-141

H

- Hoax - 18, 20
- Homofobia, combate à - 11, 94, 125-126, 131, 133-135, 139-141

I

- Inclusão:
 - educacional - 4, 11, 44-45, 50, 54-59, 64, 69-71, 73, 75-79, 81, 83-88, 184, 187-191, 197
 - digital - 34, 36, 40-41, 48
 - e desinformação - 11, 44
 - e estudantes surdos - 11, 29, 31, 35-43
- Infodemia - 80-81, 83
- Informação:
 - Errada (misinformation) - 21
 - Má (malinformation) - 21
- Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) - 35, 42-43, 46-50
- Intérpretes de Libras - 37-38, 41, 43, 54, 70, 74, 78-79, 84, 86-88, 198, 248

J

- Jornalismo - 15, 27
 - Manual para educação e treinamento - 27
- Justiça Eleitoral - 105-106

K

- "Kit gay" - 126, 134-139, 141

L

- Lei Paulo Gustavo (LPG) - 11, 44, 51, 55, 57-58, 61-62, 65
- Letramento:
 - digital - 14, 33, 40-41, 48
 - informacional - 14
 - midiático - 14-15, 21, 24-25, 41, 46, 57
- Libras (Língua Brasileira de Sinais) - 30-31, 36-38, 39-42, 54, 61, 66-69, 70-74, 76-80, 84-88, 198, 247-248, 253
- Linguística cognitiva - 26
- Lula da Silva, Luiz Inácio - 96, 109-110, 112, 114, 126, 136, 142, 167, 170-171, 175, 234
 - Governo - 167, 170-171, 173, 176, 180, 203

M

- Manipulação da informação - 13, 20, 33, 46, 81, 88, 97, 149, 154, 168, 201-202, 208
- Má informação (malinformation) - 21
- Mídia:
 - Letramento - 14, 41, 46, 57
 - Teoria crítica da - 14
- Movimento antivacinação - 11, 112, 115, 118, 120, 123, 149, 151-152, 155-156, 161

- Mitos - 11, 135, 193-195

N

- Negacionismo científico - 15, 62, 80, 119, 153

O

- Opinião pública, manipulação da - 13, 20, 33, 46, 81, 88, 97, 149, 154, 168, 201-202, 208
- Organização Mundial da Saúde (OMS) - 149, 184

P

- Pandemia (COVID-19) - 19, 29, 31, 35-37, 39-43, 54, 62-65, 69-71, 79-87, 114, 126, 149, 153, 161-162, 170, 179, 201-203
 - e desinformação - 19, 30-31, 35-36, 39-43, 54, 62-65, 69-71, 79-87, 114, 126, 149, 153, 161-162, 170, 179, 201-203
 - e estudantes surdos - 29, 35-43, 54, 69-71, 79, 83-87
- Pessoas com Deficiência (PcD) - 11, 44-45, 55-59, 62-65, 189, 197, 247, 249
- Pós-verdade - 64, 80, 89, 116-117, 132, 179
- Profissionais da saúde - 158-159

R

- Redes sociais - 15, 20-21, 29, 37, 39, 80-82, 106, 109-110, 112, 116, 127, 129, 139-142, 148-156, 157-162, 163-165, 166-182, 201-241
 - e fake news - 15, 20-21, 106, 109-110, 112, 116, 127, 129, 139-142, 148-165, 166-182, 201-241
 - e polarização - 15, 106, 109, 201-202, 208, 210-211, 223, 236

- Regulação da informação - 90, 119, 154, 209
- Revolta da vacina - 150, 153

S

- Salamanca, Declaração de - 189
- Saúde pública - 11, 29, 31, 35, 37, 39, 42, 55, 62-65, 80-81, 83, 87, 112, 119, 149-153, 155-156, 161-162, 179
- Solidariedade - 11, 124, 166-167, 170-171, 176, 180
- Superdotação (ver Altas Habilidades) - 11, 135, 142, 184, 187, 190, 197
- Surdos, estudantes - 29, 31, 35-43, 54, 69-71, 79, 83-87

T

- Tecnologias digitais - 10, 27, 95
 - e desinformação - 10, 27, 95
- Teoria crítica da mídia - 14
- Teorias da conspiração - 19, 26, 149
- Terrorismo - 148, 201, 226, 232-233
- Tradução de textos acadêmicos para Libras - 11, 54, 69-72, 77-79, 87
- Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) - 153, 155, 158, 161

V

- Vacinação - 111-112, 115, 118, 120, 123, 149-152, 155-157, 159, 161-162
- Vacinas - 11, 111-112, 115, 118, 120, 123, 149-153, 155-158, 161
 - e autismo - 111, 115, 120, 123, 149, 151-153, 155, 161
- Verificação de fatos (fact-checking) - 17, 21, 24, 161

- Vírus da varíola - 149-150
- Voto, direito ao - 114

X

X (antigo Twitter) - 11, 148, 201-203, 209-241

Adriana Lopes do Espírito Santo

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão da Universidade Federal Fluminense - UFF/RJ. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, na linha de pesquisa Ética, Inclusão e Interculturalidade. Especialista em Libras pela Universidade Dom Bosco (2017). Curso de Extensão de Formação Continuada do Profissional Tradutor Intérprete Educacional de Língua Brasileira de Sinais Libras Língua Portuguesa (TILSP): Nos Espaços de Educação Superior. Atuou como Diretora Substituta e coordenadora Geral de Avaliação e Supervisão de Programas Educacionais Bilíngues na Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação - SEMESP / MEC (2022-2023).

Adriano Madureira

Doutorando em Engenharia Elétrica, com Mestrado e graduação na mesma área pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente exerce pesquisas com foco em Inteligência Computacional, Visão Computacional e Processamento de Linguagem Natural.

Aline dos Santos Ribeiro

Doutoranda em Ciências, Tecnologias e Inclusão, pela Universidade Federal Fluminense (PGCTin- UFF). Mestre em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (CMPDI- 2017). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (2013). Formação complementar em: Técnicas de Criação de Documentos Digitais Acessíveis aplicados a Deficiência Visual (2021), Audiodescrição em QR Code (2021), Língua Brasileira de Sinais com Ênfase nos Aspectos Gerais da Surdez (2020), Ledora (2020) e Audiodescrição de imagens estáticas e animação (2020). Diretora da Plataforma Urbana Digital da Engenhoca, projeto pertencente a Secretaria Municipal de

Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói. Tutora no curso: Aplicação de Ferramentas Computacionais para Apoio ao Ensino de Matemática para Alunos com Deficiência Visual - Instituto Tércio Pacitti-NCE/Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

Ana Regina e Souza Campello

Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Santa Úrsula (1981), graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Atualmente é vice-coordenadora do GT libras - (ABRALIN) Associação Brasileira de Linguística, vice coordenadora do GT libras da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, membro do nde - núcleo docente estruturante - Departamento de Ensino Superior - CEAD / DESU / INES, associada da Associação Catarinense de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais, sócia da Associação de Tradutores Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais, docente do Curso de Mestrado Profissional de Diversidade e Inclusão, docente - Pós Graduação de Ciências, Tecnologia e Inclusão, docente do Curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue, primeira tesoureira do Centro de Integração de Arte e Cultura Surda, pesquisadora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, e professora associada do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Cristiane Menezes Ferreira

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn), da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), especialista em Meio Ambiente e Sustentabilidade e graduada em Ciências Biológicas pela

Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1999). Sou professora do Ensino Fundamental II na Secretaria Municipal de Educação de Niterói e, atualmente, membro da Coordenação de Bibliotecas Populares Municipais da Subsecretaria de Projetos Especiais, da SME/FME- Niterói. Participo, ainda, do grupo de pesquisa: "Ensino e Formação em Ciências, Tecnologias e Inclusão na União Europeia Pós-Bolonha: estudo dos processos de implementação ", do PGCTIn/UFF.

Duílio Fabbri Júnior

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com período de pesquisa na Universidade de Toulouse, na França (Jean Jaurès). Mestre em Comunicação e Mercado pela Faculdade Cásper Líbero, onde cursou também a especialização em Comunicação Empresarial. Jornalista pela PUC-Campinas. Realizou pós-doutorado em "Ciência, Tecnologia e Inclusão" na Universidade Federal Fluminense (UFF). Reitor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Professor da graduação em Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Já atuou como professor e gestor em diversas instituições de Ensino Superior, em cursos de graduação e pós, como a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), a Facamp, o UniAnchieta, a UniFaccamp, a PUC-Campinas e o Unisal, onde foi professor e coordenador dos cursos de Publicidade e Propaganda e Moda. É membro do grupo de pesquisa "Processos Imagéticos", da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e do grupo "Tessituras", da UFSCar. Foi professor no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), entre 06/2021 e 11/2022. Tem livros e dezenas de textos publicados em revistas e anais de congressos, no Brasil e no Exterior. É autor, entre outros, do livro *Transmídia Storytelling* (Editora Senac, 2019). Consultor de empresas e órgãos públicos na área de Comunicação e Gestão. Trabalha, principalmente, com os seguintes temas: produção

audiovisual, discurso midiático, comunicação digital, telejornalismo, tecnologias, convergência midiática, marketing e gestão.

Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula (1988) e mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura - UERJ/ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (2020). Atualmente é psicólogo do Centro Especializado em Reabilitação e psicólogo - Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: transtorno do espectro do autismo -, pessoa com deficiência, corpo, *inclusive special student* e educação especial inclusiva. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia da Inclusão - PGCTIn/ Universidade Federal Fluminense

Fabiano Ormanzeze

Doutor em Linguística, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com tese sobre o discurso biográfico sobre políticos brasileiros. Mestre em Divulgação Científica e Cultural pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LabJor), da mesma universidade, com dissertação sobre o discurso biográfico sobre cientistas. Especialista em Jornalismo Literário, pela Academia Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL). Jornalista pela PUC-Campinas. Professor permanente do programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LabJor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde também atua na Escola de Extensão (Extecamp). Coordenador da Curadoria de Conteúdo no Centro Universitário Anchieta (UniAnchieta), em Jundiaí-SP. Tem experiência docente desde 2008, em cursos de graduação e pós, nas áreas de Comunicação, Letras e Linguagem. Atuou em projetos de Educomunicação, voltados à formação de professores e estudantes

na Educação Básica e como atividade de extensão universitária. Atuou em várias instituições de Ensino Superior, como PUC-Campinas, Unisal, UniMetrocamp e Centro Universitário Senac-SP. Foi ainda professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus Parintins, em 2021, na área de jornalismo impresso e grande-reportagem. É autor do livro "Do jornalismo literário ao científico: discurso, representação e biografia (ed. Pontes, 2016), entre outros dezenas de trabalhos em revistas e congressos, no Brasil e no Exterior. Como jornalista, atuou como repórter e editor em jornalismo impresso e também em assessorias de imprensa. Avaliador Ad hoc para cursos de graduação do Inep/MEC. Integrante do grupo de pesquisa "Ponto - Afetos, Gêneros, Narrativas" (UFOP) e "Tessituras" (UFSCar), ambos destinados aos estudos da narrativa e do discurso. Realizou pós-doutorado em Ciências, Tecnologia e Inclusão na Universidade Federal Fluminense (UFF). Trabalha, principalmente, com os seguintes temas: análise do discurso midiático, discurso biográfico, divulgação científica e cultural, extensão universitária, jornalismo literário.

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Gilson Pôrto Jr.)

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento nas universidades de Coimbra (Portugal), Cádiz (Espanha), Brasília (UnB) e Unesp. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIn-UFF), no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS-UFT) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA). Coordenador do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira

Graduada em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (1982), mestre em Bioquímica e Imunologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e doutora em Patologia pela Universidade Federal Fluminense (2003). Paralelo a minha qualificação como imunologista busquei me qualificar como educadora. Sou professora da Universidade Federal Fluminense desde 1982. Diretora do Espaço UFF de Ciências desde 1999, um programa de formação inicial e continuada de professores e de divulgação científica. Fui coordenadora do curso de graduação em Ciências Biológicas de 2004 a 2010 e Coordenadora da Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn-UFF) de 2019-2021. Estou vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patologia da Faculdade de Medicina da UFF. Minha experiência como pesquisadora se localiza em duas áreas. A primeira em Imunologia onde desenvolvi um modelo animal para o estudo da alergia alimentar a partir do qual o grupo que coordeno tem focado os estudos na alergia alimentar e na inflamação intestinal crônica como principais linhas de pesquisa. A segunda em Educação de Ciências e Biologia, onde desenvolvo, com minha equipe, métodos e técnicas de aprendizagem, e de estímulo a criatividade através da geração de modelos educacionais. Também estudamos a influência da educação não formal sobre a educação formal no âmbito do ensino de Ciências.

Ivo Marins

Mestre em Ensino de Ciências pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ (2023). Graduação em Pedagogia pela Universidade Salgado de Oliveira (2008). Graduação em Normal Superior pela Universidade Candido Mendes (2001). Pós-graduação lato sensu em Orientação Educacional pela AVM - Faculdade Integrada (2013). Pós-graduação lato sensu em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2009). Pós-graduação lato sensu em

Supervisão Escolar - Universidade Candido Mendes (2006). Professor da Secretaria Estadual de Educação do RJ (SEEDUC). Data de admissão: 16/05/1994. Orientador educacional da Secretaria Municipal de Educação de Araruama. Data de admissão: 24/02/2016.

Ivone Rocha

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), estágio em doutoramento pela Universidade de Coimbra, mestre em políticas públicas e jornalista de formação. Integra o grupo de pesquisa CNPQ Hipermídia e Linguagem (Nephi-Jor) e é bolsista Capes.

Jaqueline Luna de Oliveira da Rocha

Doutoranda em Ciência, Tecnologias e Inclusão - PGCTIn (Universidade Federal Fluminense/ UFF); Mestre em Diversidade e Inclusão - CMPDI (Universidade Federal Fluminense/UFF). Especialista em Libras; Graduada em Gestão Pública. Desde 2006, atua profissionalmente como Tradutor-Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP), entretanto, já atuava com interpretação em contextos comunitários e familiares por ser filha ouvinte de pais surdos - Coda (*Children of Deaf Adults*). TILSP certificada pelo Exame de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Português/Libras (PROLIBRAS/MEC, 2010). TILSP do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES desde janeiro de 2014. Atuei/atuo como tradutora e intérprete de Libras no Ensino Superior, no curso de graduação em Pedagogia com perspectiva bilíngue (Libras/Língua Portuguesa) e na Pós-graduação de Ensino de LP para surdos. Além de ter atuado nos programas de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense - UFF nos cursos: PGCTIn- Pós-graduação em Ciência, Tecnologias e Inclusão (Doutorado); PPGPsi - Pós-graduação em Psicologia (Doutorado); CMPDI - Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (Mestre); Ensino médio regular; Ensino Profissionalizante/Técnico e

Ensino Fundamental nas redes de ensino público e privado. Atuo também em outros contextos, como: Empresariais, Culturais, Acadêmicos e Científicos. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Tradução de textos, Ensino e Línguas de Sinais (GP TRATELS/ UFRJ). Experiência na parte administrativa atuei como Coordenadora Administrativa Acadêmica (COADA) do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos e como Chefe da Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE) do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos entre os anos de 2019 e 2022. Minhas áreas de estudos/pesquisas são: Estudos da interpretação de Língua Portuguesa/Libras - Libras/Língua Portuguesa; Estudos da Tradução (teóricos, históricos e aplicados); Tradução de Textos em/para Libras e formação em contextos bilíngue, Conflito interacional e narrativo.

Marcos Seruffo

Doutor em Engenharia Elétrica, com ênfase em Computação Aplicada (PPGEE - UFPA - 2012). Pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica (PPGEE - PUC-RJ - 2020) . É mestre em Ciências da Computação e graduado em Tecnologia em Processamento de Dados.

Rita Paulino

Pós-Doutora, ex-bolsista do CNPq no *Social Media Lab* na Universidade de Ryerson, Toronto - Ca em 2020. Concluiu o Doutorado no Programa de Pós-Graduação Engenharia e Gestão do Conhecimento, na área de Mídia e Conhecimento, pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2011. É professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Shabbina Ribeiro Messina

Possui graduação em Terapia Ocupacional, pela Universidade de Uberaba, MG, em (2011), atua na área hospitalar, atendendo crianças, adolescentes, adultos e idosos. Tem experiência em Equoterapia e Cinoterapia, além de experiência nas áreas de infância e saúde mental atendendo indivíduos com Deficiência intelectual e Deficiência múltiplas, Paralisia cerebral, Transtorno do Espectro do Autismo, Deficiência visual, Encefalopatia crônica não progressiva da infância e Transtornos de aprendizagem. Palestrante em Congressos e tem trabalhos publicados. Graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba, (em 2020). Tem experiência com alunos com necessidades específicas de aprendizagem e desenvolvimento. Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica (2020). Atualmente realiza atendimentos Home-Care na cidade de Uberaba, Minas Gerais.

Tatiana Ramalho Barbosa

Mestre em Linguística e Ensino (2023) pelo Programa de Pós Graduação em Linguística e Ensino (PGLE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestrado em Jornalismo (2021) pelo Programa de Pós Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Especialização em Literaturas de língua inglesa pela Faculdade São Luís (2021); Especialização em Semiótica e Análise do Discurso (2022); Pós Graduação - MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Tem Graduação em Comunicação Social - Jornalismo (2001) e em Letras - língua inglesa (2020), ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Jornalismo e Comunicação; e na área de Letras, com ênfase em ensino de Inglês, Espanhol e Português. Atualmente faz Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB), com pesquisa na área de Linguística Cognitiva e envelhecimento.

Zulmira Nóbrega Piva de Carvalho

Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba. Docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e no Curso e Graduação em Jornalismo. Graduada em Jornalismo (UFPB), mestre em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e doutora em Cultura e Sociedade (UFBA). Coordenadora do Mestrado em Jornalismo Profissional (PPJ/UFPB). Membro do Conselho Editorial da Revista Latino-Americana de Jornalismo. Últimas publicações: O Maior São João do Mundo: multifaces de uma grande festa brasileira (2019); Cooperativa de Jornalistas: um estudo sobre a Jorgraf - Maceió, AL (2018); Memória, Telejornalismo e Banco de Dados: lugares de narrativas da cultura (2019); e Ciberjornalismo: parâmetros para avaliação da qualidade da informação jornalística nos portais de notícias (2019). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Telejornalismo Regional.

ENSINO, COMUNICAÇÃO e DEZINFORMAÇÃO

Volume IV -

Pesquisas e Aplicações

Organizadores:

Gilson Pôrto Jr.

Gerlinde Agate Platais Brasil Teixeira

Cristiane Menezes Ferreira



Observatório
Edições

ISBN: 978-6-59844-992-6



9 786598 449926